



Relatório de Sustentabilidade numa PME da Indústria Têxtil e Vestuário

Pedro Filipe Machado Rodrigues

Uminho | 2022



Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Pedro Filipe Machado Rodrigues

Relatório de Sustentabilidade numa PME
da Indústria Têxtil e Vestuário

outubro de 2022



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Pedro Filipe Machado Rodrigues

**Relatório de Sustentabilidade numa PME
da Indústria Têxtil e Vestuário**

Dissertação de Mestrado em Engenharia Industrial – Gestão
Industrial

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Paula Varandas Ferreira
Professor Doutor Jorge Miguel Oliveira Sá Cunha

Outubro de 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, dalguma forma, deram suporte para que este trabalho se materializasse.

Aos professores Paula Ferreira e Jorge Cunha o meu agradecimento e consideração pelo total apoio, disponibilidade, compreensão e partilha de conhecimentos efetuada ao longo de todo o percurso que este trabalho foi seguindo. Obrigado por confiarem e acreditarem sempre no trabalho que fui desenvolvendo.

Aos administradores da empresa AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda., César Vilas Boas e Paulo Vilas Boas, um agradecimento pela total confiança no meu trabalho, assim como pela permanente disponibilidade no apoio, aquisição e tratamento de dados inerentes à organização.

Ao meu imprescindível e valioso núcleo familiar, encabeçado pelos meus pais, João Rodrigues e Rosalina Machado, e a minha irmã Vera Rodrigues, um ‘muito obrigado’ por estarem sempre presentes, por apoiarem-me incondicionalmente em tudo o que faço e por acreditarem sempre em mim.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial à Carla Ferreira pelo apoio moral e emocional incondicionais, a par da excelência no desempenho do papel de esposa, ao longo de todo o percurso deste trabalho. Apesar das dificuldades e limitações pelas quais passou, fez questão de estar sempre presente. Obrigado por todo o teu amor, por seres o meu porto-de-abrigo e por diariamente fazeres de mim uma pessoa melhor e mais feliz. Sou o teu eterno admirador. És o meu orgulho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Relatório de Sustentabilidade numa PME da Indústria Têxtil e Vestuário

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Engenharia Industrial da Universidade do Minho. Este trabalho de investigação procurou fornecer orientações e estrutura para o primeiro relatório de sustentabilidade da AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda, uma Pequena e Média Empresa (PME) portuguesa do setor Têxtil e Vestuário, seguindo o disposto nas últimas atualizações das normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), decorrentes do ano 2021.

Aproveitando o trabalho já desenvolvido pela empresa no âmbito da sustentabilidade foi desenvolvida uma metodologia de ajuste à avaliação da materialidade, que implicou o recurso a fontes diretas e indiretas de informação, criando um mecanismo facilitador para a construção de sequentes relatórios de sustentabilidade. A reduzida amostragem de relatórios de sustentabilidade no setor; a ausência de relatórios de sustentabilidade de acordo com as normas da GRI no têxtil em Portugal; e a subjetividade inerente às avaliações de materialidade neles verificadas foram as principais limitações confrontadas nesta dissertação.

Este estudo resulta assim em importantes contributos para a academia e empresa. Será de destacar a contribuição metodológica, pela apresentação detalhada das fases necessárias à elaboração do relatório de sustentabilidade e que poderão ser replicadas ou adaptadas a diferentes organizações. Adicionalmente, importa referir o contributo para a empresa AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. com a elaboração do seu relatório de sustentabilidade e o modelo de recolha e organização da informação associado.

Este trabalho contribuiu para reforçar o posicionamento e a imagem da empresa no setor, através da construção e divulgação do seu primeiro relatório de sustentabilidade. Houve ainda o contributo na melhoria de comunicação com os seus *stakeholders*, na divulgação mais rápida e eficaz do seu desempenho económico, social e ambiental, num auxílio direto ao crescimento, credibilidade e inovação da empresa no negócio.

PALAVRAS-CHAVE

Global Reporting Initiative (GRI), Pequenas e Médias Empresas (PME), Relatório de Sustentabilidade, Setor Têxtil e Vestuário

ABSTRACT

Sustainability Report on a SME in the Textile and Clothing Industry

This dissertation was developed in the scope of the Master's in Industrial Engineering at the University of Minho. This study sought to provide guidelines and structure for the first sustainability report of AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda, a Portuguese Small and Medium Enterprises (SME) in the Textile and Clothing sector, following the provisions of the latest updates of the Global Reporting Initiative (GRI) standards, arising from the year 2021.

Taking advantage of the work already developed by the company in the field of sustainability, an adjustment methodology for the materiality assessment was developed. Direct and indirect sources of information were used, creating a facilitating mechanism for the construction of subsequent sustainability reports. The small sample of sustainability reports in the sector; the absence of sustainability reports according to GRI standards in textiles in Portugal; and the subjectivity inherent to the materiality assessments verified in them were the main limitations found in this dissertation.

This work is an important contribution to academia and the company. It provides a methodological contribution with a detailed presentation of the phases necessary for the elaboration of the sustainability report, which may be replicated or adapted in different organizations. Additionally, it is important to refer to the contribution of this work to the company AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda, with the elaboration of its sustainability report and the associated information collection and organization model.

This study contributed to the consolidation of the company's positioning and image in the sector, through the construction and disclosure of its first sustainability report. It also contributed to improving communication with its stakeholders, and to more rapidly and effectively disclosing its economic, social, and environmental performance, directly helping the company's growth, credibility, and innovation in the business.

KEYWORDS

Global Reporting Initiative (GRI), Small and Medium-sized Enterprises (SMEs), Sustainability Report, Textile and Clothing Industry

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice.....	vii
Índice de Figuras.....	x
Índice de Tabelas	xi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xii
1. Introdução	1
1.1 Enquadramento	1
1.2 Estrutura da Dissertação	2
2. Enquadramento Teórico.....	3
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	3
2.2 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável: <i>Triple Bottom Line</i> (TBL).....	5
2.2.1 Dimensão Económica	6
2.2.2 Dimensão Social.....	6
2.2.3 Dimensão Ambiental.....	6
2.2.4 Outras Dimensões	7
2.3 A Sustentabilidade na Indústria Têxtil e do Vestuário	7
2.3.1 Uma Visão no Mundo	8
2.3.2 Uma Visão em Portugal	9
2.3.3 Estratégias de fortalecimento da Sustentabilidade na ITV.....	10
2.4 <i>Greenwashing</i>	11
2.5 Relatórios de Sustentabilidade	12
2.6 Relatórios Integrados.....	16
2.7 <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI).....	18
2.7.1 História e evolução da GRI	19
2.7.2 Estrutura GRI Standards 2021	20
2.7.3 GRI 2016 <i>vs</i> GRI 2021	23

3.	Metodologia	26
3.1	Objetivos da Investigação	26
3.2	Métodos de pesquisa e instrumentos de recolha de dados	26
3.2.1	Etapa A - Análise de Materialidade	28
3.2.2	Etapa B - Elaboração do Relatório de Sustentabilidade	34
3.3	Empresa em Estudo	35
3.3.1	A AF Vilas Boas, Lda	35
3.3.2	Produtos e Serviços	36
3.3.3	Processos de Produção	36
3.3.4	Certificações	38
4.	Resultados e Análise	39
4.1	Contextualização da Organização	39
4.2	Identificação dos Impactos Positivos e Negativos	40
4.3	Avaliação de significância dos impactos	40
4.4	Identificação dos Temas Relevantes	41
4.5	Priorização dos Temas Relevantes	41
4.6	Matriz de Materialidade	43
4.7	Tópicos Materiais	43
4.8	Gestão dos Tópicos Materiais	44
4.9	Índice GRI	45
4.10	Relatório de Sustentabilidade	45
5.	Conclusões	47
5.1	Considerações Finais	47
5.2	Investigações Futuras	48
	Referências Bibliográficas	50
	Apêndice 1 – Avaliação de Significância dos Impactos	58
	Apêndice 2 – Temas Relevantes	60
	Apêndice 3 – Fontes de Informação	63
	Apêndice 4 – Relatório de Sustentabilidade 2021	64
	Apêndice 5 – Índice GRI	95
	Anexo 1 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fases de evolução e eventos simbólicos do conceito de DS.	3
Figura2 - The triple bottom line.	5
Figura 3 - Taxas de reporte de RS	13
Figura 4 - Taxas de reporte de RS por setor industrial.....	14
Figura 5 - ODS mais e menos priorizados no grupo de empresas N100.....	15
Figura 6 - História das normas GRI	20
Figura 7 - Normas GRI: normas universais, setoriais e tópicos.	21
Figura 8 - Metodologia aplicada no estudo de caso.....	27
Figura 9 - Layout da Matriz de Materialidade.	33
Figura 10 - Diagrama ilustrativo da gestão de tópicos materiais.	34
Figura 11 - Fachada exterior da atual unidade industrial da AF Vilas Boas, Lda.	36
Figura 12 - Bordado em missangas produzido pela AF Vilas Boas, Lda.	37
Figura 13 - Estrutura de Stakeholders da AF Vilas Boas, Lda.	39
Figura 14 - Eixos estruturais da AF Vilas Boas, Lda.....	40
Figura 15 - Impactos positivos e negativos afetos à organização.	41
Figura 16 - Matriz de Materialidade 2021 da organização.....	44

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de capitais a desenvolver num RI por uma empresa	17
Tabela 2 - Distinções entre a versão GRI 2016 e a versão GRI 2021	24
Tabela 3 - Avaliação de significância dos impactos	30
Tabela 4 - Grau de relevância dos TR para dados com avaliação do grau de importância	31
Tabela 5 - Grau de relevância dos TR para dados com avaliação do grau de surgimento	32
Tabela 6 - Grau de relevância dos TRs para as fontes consultadas.....	32
Tabela 7 - Matriz corporativa 2021 da organização.....	42
Tabela 8 - Tópicos Materiais 2021 afetos à organização	45
Tabela 9 - Avaliação de significância dos impactos positivos e negativos	58
Tabela 10 - Temas Relevantes identificados no caso de estudo	60
Tabela 11 - Fontes de informação consultadas.....	63
Tabela 12 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AF – AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda.

ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal

CE – Comissão Europeia

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

DQ – Departamento da Qualidade

DS – Desenvolvimento Sustentável

ERFAG – Grupo Consultivo Europeu de Relatórios Financeiros

ETI – *Ethical Trading Initiative*

EU – União europeia

GRI – *Global Reporting Initiative*

ICGN – *International Corporate Governance Network*

IIRC – International Integrated Reporting Council

ISO – Organização Internacional de Normalização

ISSB – *International Sustainability Standards Board*

ITV – Indústria Têxtil e do Vestuário

MIRR – Mapa Integrado de Registo de Resíduos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequena e Média Empresa

RI – Relatório Integrado

RS – Relatório de Sustentabilidade

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

SASB – *Sustainability Accounting Standards Board*

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

SSGEE – Síntese Setorial do Gabinete de Estratégia e Estudos (SSGEE)

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

TBL – *Triple Bottom Line*

TR – Tema Relevante

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

IUCN – *International Union for Conservation of Nature's*

GEE – Gases de Efeito de Estufa

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Engenharia Industrial na Universidade do Minho. Esta dissertação é o resultado de um estudo de caso na empresa AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. (AF), sediada no concelho de Barcelos – Portugal.

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma breve contextualização do tema de investigação, os objetivos propostos do trabalho, a metodologia de investigação utilizada e o enquadramento geral da dissertação.

1.1 Enquadramento

A dissertação de mestrado tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento de novas abordagens ao primeiro Relatório de Sustentabilidade (RS) da AF, uma Pequena e Média Empresa (PME) da indústria têxtil e vestuário, de acordo com as atuais normas da *Global Reporting Initiative* (GRI). Considerando que estes são publicados periodicamente, este processo simplificará a organização dos futuros relatórios da AF.

Em termos empresariais a sustentabilidade é percebida como a capacidade de uma empresa sobreviver a longo prazo. Com uma abordagem sustentável, a empresa deve procurar o seu lucro, levando em consideração o seu impacto ambiental e a responsabilidade social (Lombardi Netto et al., 2021). O recente relatório da (KPMG International, 2020) demonstrou que o interesse no RS se mantém crescente nas grandes empresas em todo o mundo. No entanto, o RS em PMEs é ainda substancialmente mais reduzido. (Krawczyk, 2021) sublinha que a responsabilidade social corporativa não pode ser reservada a grandes empresas sendo essencial envolver as PME nesta transição para a economia sustentável. Em 2020, a indústria do têxtil e vestuário era composta maioritariamente por PME familiares, responsáveis por 75% do volume de negócios do setor (Banco de Portugal, 2020). A Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP) destaca como um dos objetivos estratégicos a sustentabilidade ambiental das atividades (ATP, 2021). Nesse sentido, esta dissertação pretende responder à seguinte questão de investigação:

Como analisar e comunicar o impacto ambiental, social e económico de uma PME da indústria têxtil e vestuário?

Assim, os objetivos deste projeto são os seguintes:

1. Caracterizar os diferentes modelos e *standards* para a construção de um Relatório de Sustentabilidade;

2. Construir uma análise crítica do Relatório de Sustentabilidade numa perspetiva regulatória, social e empresarial numa PME;
3. Desenvolver uma metodologia de aplicação das normas GRI a uma PME da indústria têxtil e vestuário;
4. Aplicar e testar uma metodologia suporte para a construção de um 'Relatório de Sustentabilidade' de uma PME da indústria têxtil e vestuário.

De acordo com os objetivos atrás descritos, espera-se desenvolver um procedimento de recolha, análise e comunicação que permita uma PME informar os seus *stakeholders* sobre a sua performance de impacto económico, social e ambiental, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, cumprindo as diretrizes das normas da GRI.

1.2 Estrutura da Dissertação

Em termos globais, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Relativamente a este primeiro capítulo pretende-se apresentar uma contextualização do trabalho de dissertação, definindo os principais objetivos e identificando a questão de investigação. Em simultâneo, é apresentada e justificada a estratégia de pesquisa adotada para este trabalho, com o objetivo de alcançar os objetivos propostos.

No Capítulo 2 é realizado um enquadramento teórico da dissertação, explorando a literatura existente sobre os vários temas subjacentes o trabalho, onde os “relatórios de sustentabilidade” compõe o principal foco de atenção.

Posteriormente, o Capítulo 3 apresenta a estrutura metodológica desenhada para este trabalho, com os procedimentos seguidos desde a identificação dos *stakeholders* da organização até à elaboração do RS, ao abrigo das atuais normas GRI. Paralelamente, é apresentada uma breve descrição da empresa em estudo, com um resumo dos produtos, processos de produção e certificações que atualmente possui.

O Capítulo 4 apresenta os resultados obtidos oriundos da aplicação da estrutura metodológica referida no Capítulo 3, juntamente com uma análise e discussão crítica dos mesmos.

Por fim, o Capítulo 5 fornece uma reflexão geral sobre o desenvolvimento desta dissertação, reportando as conclusões obtidas ao trabalho, e sugerindo orientações para investigações futuras que promovam a melhoria contínua e o crescimento da empresa.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O 'Desenvolvimento Sustentável' (DS) é um conceito fundamental na sociedade nos dias de hoje, e simultaneamente um método para resolver os problemas globais atuais (Sachs, 2015). De uma forma concreta, o conceito de DS é relativamente recente. Segundo Shi et al. (2019) a formação deste conceito partiu de uma evolução repartida em três principais períodos, de acordo com a Figura 1.

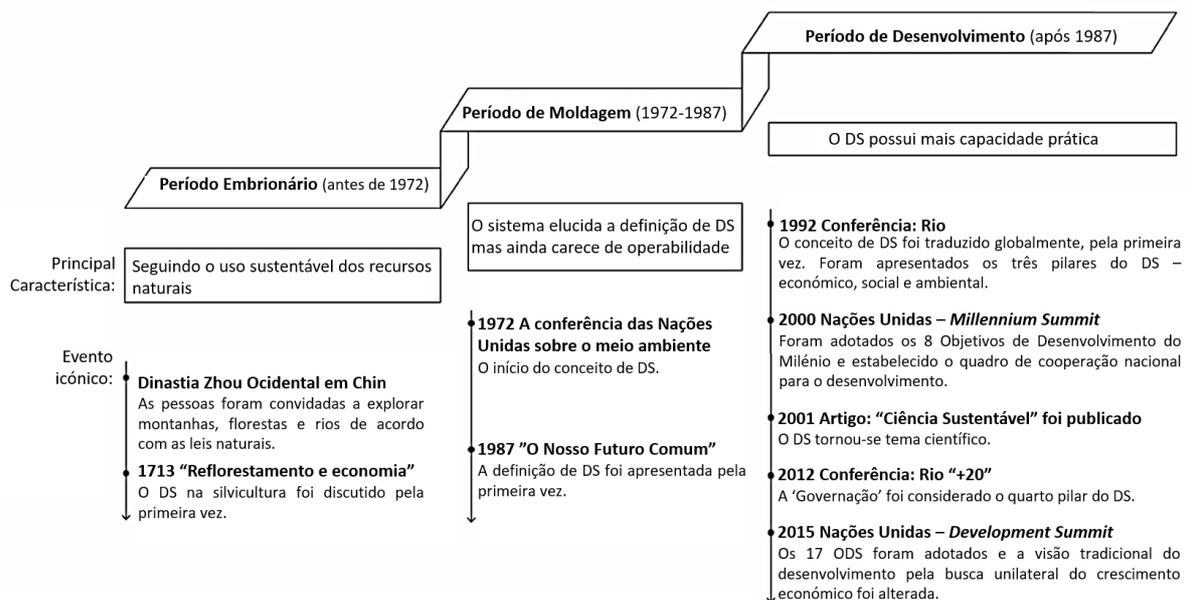


Figura 1 – Fases de evolução e eventos simbólicos do conceito de DS.

Adaptado de: Shi et al. (2019).

1) Período Embrionário (Antes de 1972)

Embora o termo "sustentabilidade" tenha surgido na sociedade pela primeira vez no século XX, a equivalência ao seu conceito foi amplamente utilizada durante séculos no seguimento de questões ecológicas e da preservação dos recursos naturais. A aplicação deste princípio remonta desde os primórdios da sociedade chinesa com a implementação de medidas de racionalização e proteção dos recursos naturais, como meio de combater as consequências da sua sobre-exploração (Zhou, 2009). Em 1713 o termo "sustentabilidade" foi aplicado pela primeira vez na monografia de Carlowitz – *Afforestation and Economy*, com a abordagem sistemática da silvicultura sustentável (Shi et al., 2019).

2) Período de Moldagem (1972-1987)

Historicamente a definição de 'Desenvolvimento Sustentável' (DS) começou a ganhar forma no contexto das preocupações ambientais, no âmbito do aparecimento da Carta Mundial para a Natureza, adotada pelos estados-membros das Nações Unidas a 28 de outubro de 1982 (Gacek & Jochelson, 2022; Hák et al., 2016). Neste documento são proclamados cinco princípios de conservação, pelos quais toda a conduta humana que afeta a natureza deve ser guiada e julgada (Gacek & Jochelson, 2022).

A publicação do relatório Brundtland em 1987 trouxe pela primeira vez uma abordagem e definição sistemáticas do conceito de DS. O DS foi definido como o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras" (World Commission on Environment and Development, 1987). Atualmente, esta definição é ainda amplamente aceita na sociedade, uma vez que é o ponto de partida para muitos estudos sobre o desenvolvimento em escalas ecológicas, económicas e sociais (Sneddon et al., 2006).

3) Período de Desenvolvimento (Após 1987)

O período de 1987 até aos dias de hoje fica marcado pela mudança de visão do DS, assim como dos seus objetivos na sociedade. O DS evoluiu gradualmente de uma definição conceitual para uma ação global necessária, assinalada pela primeira vez na Conferência do Rio em 1992 (Shi et al., 2019). Um exemplo disso, é a mais recente "Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável", que constitui uma iniciativa para promover um desenvolvimento mundial com base nos princípios da sustentabilidade (Lu et al., 2015).

Segundo Parry (2018) a sustentabilidade já não é uma opção, mas sim um imperativo para o crescimento de uma organização. Estudos comprovam que as gerações mais jovens estão mais orientadas para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade (Musova et al., 2021), estando dispostas a pagar um preço mais alto pelos bens e serviços (em comparação com gerações mais velhas), se estes forem produzidos ou fornecidos de forma sustentável (Belas & Zvarikova, 2021). Estas questões tornam-se relevantes para as empresas de todo o mundo e está globalmente resolvida.

Atualmente, a sustentabilidade é um conceito multidimensional que abrange dimensões ambientais, sociais e económicas. Cada dimensão representa uma condição necessária, mas não suficiente para alcançar a sustentabilidade (Braccini & Margherita, 2018). Quando uma organização não apoia uma destas dimensões, ela não atua de forma sustentável (Evans et al., 2017).

2.2 Dimensões do Desenvolvimento Sustentável: *Triple Bottom Line* (TBL)

O conceito de sustentabilidade tem vindo a ganhar importância no mundo empresarial, sendo nos dias de hoje amplamente aplicado no contexto da sustentabilidade corporativa (Tjahjadi et al., 2021).

Em 1994, (Elkington, 1994) apresentou o conceito *Triple Bottom Line*, fornecendo orientações para a medição e avaliação do desempenho de uma organização na ótica do DS. O conceito TBL envolve fatores outrora apontados no Relatório Brundtland, sendo constituído por três dimensões de desenvolvimento: económico, social e ambiental (Figura 2). Segundo o autor, a sustentabilidade é o equilíbrio entre estes três pilares, devendo o DS ser ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente justo. O TBL expressa um caminho de incentivo às organizações, para que dediquem esforços não apenas no sentido do crescimento económico, mas também na procura de uma responsabilidade social e ambiental que o impacto do seu negócio acarreta no planeta (Elkington, 1994). No seguimento do conceito TBL, surge o termo “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC), que se caracteriza por ações de contribuição voluntária para o DS por parte de uma empresa que vai além dos requisitos legais aplicáveis à sua atividade (Belas & Zvarikova, 2021). Estas ações abrangem atividades associadas às três dimensões de desenvolvimento lançadas pelo TBL.

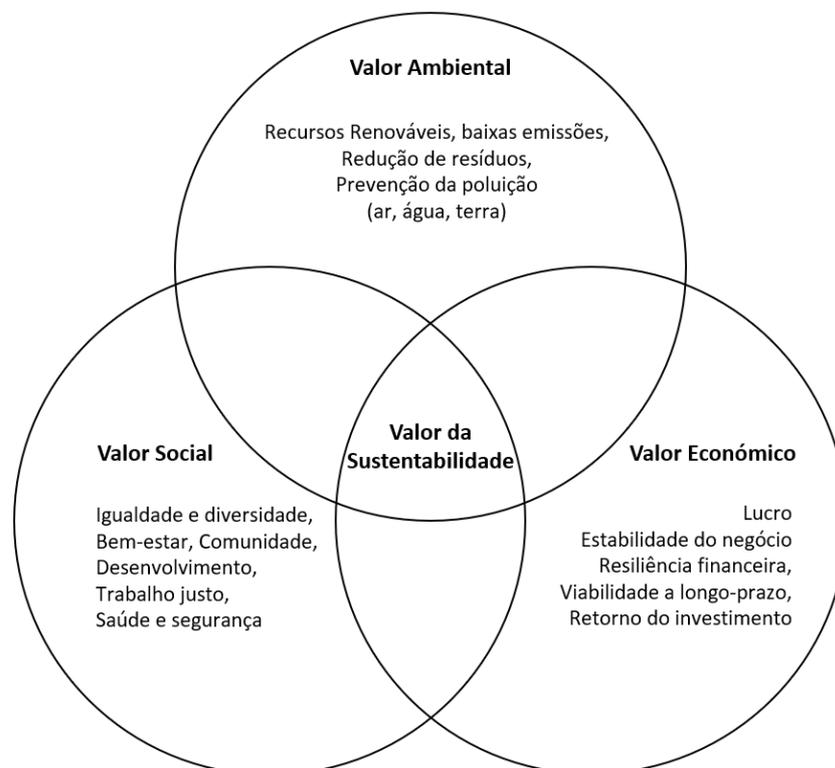


Figura 2 - The triple bottom line.

Adaptado de: Evans et al. (2017)

Segundo Perner et al. (2020) as empresas com foco na TBL aumentam a sua vantagem competitiva face aos seus concorrentes. No mesmo caminho, os negócios e os investimentos tem tendência a crescer quando uma organização alcança o equilíbrio da satisfação das necessidades dos atuais e futuros *stakeholders* (Perner et al., 2020; Tjahjadi et al., 2021).

2.2.1 Dimensão Económica

O pilar económico do TBL está associado ao impacto das práticas comerciais da organização no sistema económico (Alhaddi, 2015). É um dos subsistemas da sustentabilidade que facilita a sobrevivência e contribui para a evolução da sociedade, apoiando as gerações futuras (Spangenberg, 2005). A dimensão económica liga o crescimento da organização ao crescimento da economia e à forma como esta contribui para a apoiar (Alhaddi, 2015). Estudos realizados por (Nogueira et al., 2022) revelam que a dimensão económica do TBL tem uma influência negativa sobre a DS, denotando uma preocupação com o lucro em detrimento das preocupações ambientais e sociais. No entanto, vários estudos revelam ainda um efeito positivo da aplicação da RSC no valor corporativo e no lucro das organizações (Ardi et al., 2021; Belas & Zvarikova, 2021). (Ardi et al., 2021) destaca ainda o facto de a RSC ser uma ferramenta potencial de atração de investidores para as empresas.

2.2.2 Dimensão Social

A dimensão social do TBL engloba o impacto de uma organização na segurança, saúde e bem-estar dos seus *stakeholders*, donde fazem parte os seus colaboradores e a comunidade no geral. Neste subsistema da sustentabilidade são abordadas questões como o direito à educação, a reprovação da discriminação, ou a prática de remunerações justas e legalmente estabelecidas (Correia, 2019). Ignorar a responsabilidade social numa organização pode afetar o desempenho e a sustentabilidade do negócio. Estudos assentes na gestão de indústrias revelam que existem custos económicos associados ao ignorar a responsabilidade social (Alhaddi, 2015). Outros estudos comprovam que existe um efeito positivo na aplicação da RSC numa organização, aumentando a satisfação dos colaboradores e a fidelização dos clientes, uma vez que estes relacionam, principalmente, a qualidade do produto ou serviço com empresas orientadas à aplicação da RSC (Belas & Zvarikova, 2021; Moisescu & Gică, 2020).

2.2.3 Dimensão Ambiental

O envolvimento de práticas que não comprometam os recursos ambientais para as gerações futuras é o núcleo base da dimensão ambiental no TBL (Alhaddi, 2015). Tais práticas estão relacionadas com as tentativas da organização minimizar o seu impacto ambiental, bem como a utilização de energia e

produção de resíduos, a fim de reduzir a sua pegada ecológica. A visão de que a sustentabilidade ambiental é um entrave à força económica de um negócio tem vindo crescentemente a mudar (Nogueira et al., 2022). Segundo Książak & Fischbach (2018) todas as ações ambientais melhoram a reputação de uma organização, atraindo clientes, e podendo conduzir a uma vantagem competitiva significativa. Estudos revelam que empresas focadas no DS têm maior probabilidade de resistir a uma recessão económica em marcha, apresentando vantagens financeiras comparativamente à concorrência. Essas vantagens resultam da redução de custos operacionais e do aumento de receitas provenientes do desenvolvimento de produções ou serviços ecológicos e inovadores (Alhaddi, 2015). Existem algumas provas que vêm demonstrando que as empresas e os respetivos negócios estão a tornar-se cada vez mais ecológicos. Prova disso é o crescimento no mercado de produtos e serviços verdes, da rotulagem ecológica, e da aposta na certificação ISO 14001 por parte das organizações (Correia, 2019).

2.2.4 Outras Dimensões

Ao longo dos últimos anos têm sido sugeridas dimensões adicionais aos três modelos de sustentabilidade apresentados pelo TBL. Alguns autores conceptualizam um quarto pilar da sustentabilidade que consiste numa dimensão institucional, cultural ou ética. Outros defendem que o TBL deve ser complementado por valores humanos, éticos e visões do mundo, ou até mesmo por uma dimensão tecnológica (Correia, 2019).

2.3 A Sustentabilidade na Indústria Têxtil e do Vestuário

A sustentabilidade tem uma especial importância na Indústria Têxtil e do Vestuário (ITV), pelo impacto ambiental e social significativos que apresenta ao longo da sua cadeia de valor (Bürklin, 2019). A nível ambiental, atualmente, a ITV está entre as indústrias mais poluentes do mundo (ficando apenas atrás da indústria petrolífera), deixando uma significativa pegada de carbono no planeta (Salomão, 2020). Não só requer enormes quantidades de matérias-primas, como também gera níveis consideráveis de resíduos que geram alarmantes níveis de poluição (Brewer, 2019). O consumo de água na ITV é um dos impactos mais significativos neste setor. De acordo com o (World Wildlife Fund, 2019), são necessários cerca de 20.000 litros de água para produzir um quilo de algodão. Além disso, a ITV é responsável pela produção de enormes quantidades de resíduos industriais. Alguns autores estimam que esta indústria contribui com cerca de 17 a 20% da poluição industrial da água em todo o planeta (Brewer, 2019). Além do impacto nocivo no consumo e abastecimento de água, a ITV é responsável por 10% do total das emissões

de carbono no mundo, com emissões significativas tanto na produção como na logística e distribuição (Brewer, 2019; Salomão, 2020).

A ITV apresenta ainda muitas fragilidades também no âmbito da sustentabilidade e responsabilidade social, onde as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores são, por vezes, largamente violados (Brewer, 2019). Para combater esta realidade, alguns organismos independentes como a *Ethical Trading Initiative* (ETI), em parceria com outras organizações, empresas, sindicatos e ONGs, monitorizam as cadeias de produção, logística e distribuição, no cumprimento da responsabilidade social das empresas. Estão em causa requisitos como a liberdade de expressão e associação dos trabalhadores; as condições seguras de trabalho; a irradicação do trabalho infantil; o pagamento devido do salário; a luta contra a discriminação; a redução do número excessivo de horas laborais (Ethical Trading Initiative, 2019). No que diz respeito à ITV em particular, a ETI tem promovido iniciativas para melhorar as condições de trabalho na produção de vestuário (Brewer, 2019).

2.3.1 Uma Visão no Mundo

Atualmente, a nível mundial, a ITV tem um valor global de vários biliões de dólares, empregando cerca de 300 milhões de pessoas, e contribuindo com cerca de 7% do total das exportações mundiais (Costa et al., 2020). O seu impacto ambiental é dramático. Anualmente, são consumidos mais de 70 mil milhões de m³ de água, o suficiente para encher 16 vezes a Barragem de Alqueva na sua capacidade total máxima. São consumidos mais de 30 mil milhões de litros de petróleo, e utilizados mais de 40 milhões de toneladas de produtos químicos em todas as etapas da sua cadeia de valor, tornando-se numa das indústrias mais poluentes do mundo. Além disso, aproximadamente 25% das substâncias perigosas são lançadas na água, destruindo os ecossistemas aquáticos com implicações graves também na saúde humana (Rather et al., 2021).

No âmbito da responsabilidade social, a ITV apresenta ainda bastantes fragilidades um pouco por todo o mundo. Cerca de 14 milhões de trabalhadores ganham menos de US\$ 3 por dia, ou seja, pouco mais do que 2,5€/dia. Mais de 180 milhões de trabalhadores operam em condições precárias, estando a maior parte da produção alocada em países com rendimentos médio-baixos, cujos seus sistemas regulatórios ambientais e de segurança no trabalho estão ainda em desenvolvimento (Rather et al., 2021).

Em 2017, apenas 2% das empresas da ITV global estavam envolvidas em algum processo de certificação no âmbito da sustentabilidade ou ética empresarial, enquanto 85% das marcas de moda apresentavam um mau desempenho no campo da sustentabilidade. Por outro lado, os consumidores demonstram um

baixo nível de conscientização sobre as questões e os impactos ambientais e sociais ligados à ITV, ao serem atingidos valores de vendas extremamente altos. Mais de 100 mil milhões de peças são vendidas anualmente em todo o mundo, o equivalente a mais de 12 peças de roupa compradas por ano por cada habitante da Terra (Rather et al., 2021).

Apesar do longo caminho a percorrer no âmbito da sustentabilidade na ITV, há cada vez mais empresas a adotar práticas de DS, um pouco por todo o mundo. Numa indústria cada vez mais competitiva e globalizada, os produtores são cada vez mais responsáveis e responsabilizados pelo seu próprio desempenho sustentável, apesar dos desafios e limitações técnicas, gerenciais e de recursos que por vezes vão enfrentando (Singh & Trivedi, 2016). Algumas dessas práticas incluem o desenvolvimento de processos e tecnologias mais verdes, a reutilização de água nos processos produtivos, a aplicação de técnicas mais sustentáveis nos processos de tingimento e lavagem têxteis, a redução de resíduos na logística e transporte, ou ainda a implementação de estratégias de eficiência energética (Islam et al., 2021).

2.3.2 Uma Visão em Portugal

A ITV é uma das mais antigas e tradicionais indústrias portuguesas e continua a ser um dos maiores e mais influentes setores empresariais nacionais (DGAE, 2018). Abrange diversas atividades, desde a transformação de fibras naturais, artificiais ou sintéticas em fios e tecidos até a produção de uma ampla variedade de produtos. O setor retalhista é a parte final da cadeia de valor desta indústria, de enorme relevância ao nível do consumidor. Algumas empresas industriais, integradas verticalmente, têm as suas próprias redes de distribuição (DGAE, 2018).

Com base nos últimos dados disponíveis pela Síntese Setorial do Gabinete de Estratégia e Estudos (SSGEE) do Ministério da Economia (Banco de Portugal, 2020), em 2020, a ITV é constituída por 11943 empresas (das quais 3463 estão relacionadas com o subsetor têxtil e 8480 associadas ao subsetor do vestuário). Estas empresas representam cerca de 17,6% do total da indústria transformadora nacional (IAPMEI, 2022).

Quanto à localização geográfica, cerca de 76,1% destas indústrias encontram-se no Norte do país, 10,6% no Centro, 9,2% na Área Metropolitana de Lisboa. Os restantes 4% distribuem-se pelo Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira (DGAE, 2018).

Dados de 2020, indicam que o setor têxtil e de vestuário emprega 128.373 pessoas, representando cerca de 17,8% do total da indústria de transformação (IAPMEI, 2022). Só em 2016, a ITV contribuiu

com cerca de 4% do produto interno bruto (PIB) do país (DGAE, 2018). Olhando para os números apresentados, é razoável reconhecer que esta indústria representa um dos setores mais críticos da economia portuguesa, devido ao impacto que possui na criação de emprego e ao seu contributo para a riqueza criada em Portugal.

O crescimento da ITV em Portugal, e na Europa, tem sido o reflexo de várias mudanças e desafios que o setor enfrentou e continua a enfrentar, assentes em vários fatores: *knowhow* industrial, inovação tecnológica, *design*, qualidade, rapidez e flexibilidade, fiabilidade, recursos humanos especializados, serviços de elevado valor acrescentado e produção sustentável (Costa et al., 2020).

Atualmente, um dos elementos diferenciadores e pilar estratégico da ITV em Portugal é a aposta na sustentabilidade aliada à inovação (ATP, 2019). Algumas boas práticas sustentáveis vêm sendo adotadas na ITV portuguesa na última década, levando Portugal a demarcar-se na sustentabilidade têxtil. Estas práticas incluem ações como, reutilização e reciclagem de água e resíduos (Portugal Têxtil, 2021a), aposta na utilização de fibras orgânicas e recicladas (Portugal Têxtil, 2021b), implementação de economia circular dentro da própria empresa (Portugal Têxtil, 2022a), ou a dedicação à cidadania empresarial, com a constituição de empresas como membros do Pacto Global das Nações Unidas, no cumprimento dos 10 princípios do DS (Portugal Têxtil, 2022b).

No âmbito do DS na ITV em Portugal têm também surgido espaços dedicados à divulgação de práticas sustentáveis, como é o caso do iTechStyle Green Circle - *Sustainability Showcase*, uma iniciativa destinada a promover, nos mercados internacionais, a excelência dos produtos têxteis portugueses ao nível da sustentabilidade e da economia circular, desenvolvido pelo CITEVE, centro tecnológico de apoio às empresas do setor (DGAE, 2018).

2.3.3 Estratégias de fortalecimento da Sustentabilidade na ITV

Embora a ITV seja uma das indústrias mais poluidoras no mundo, o segmento de *fast fashion* (conceito que engloba a conceção de fabricação barata, introdução rápida de novos produtos de uso e desgaste a curto prazo) continua em fase de crescimento, o que leva a um maior impacto negativo da indústria em questões ambientais (Niinimäki et al., 2020).

Os produtores e retalhistas devem ser os primeiros a incentivar os consumidores a comprar com responsabilidade ambiental e social, apostando no conceito de *slow fashion* e adotando práticas de reutilização e reciclagem. O *slow fashion* ajuda os consumidores a terem em linha conta o uso de práticas sustentáveis nos processos de produção, distribuição e venda dos produtos têxteis. Por outro lado,

permite mitigar a produção de grandes quantidades de resíduos e, conseqüentemente, reduzir a poluição ambiental (Costa et al., 2020).

Grande parte das empresas têxteis adotam práticas sustentáveis com o intuito primário de cumprir os requisitos legais aplicáveis à sua atividade, havendo, por isso, reduzida proatividade em procurar atingir objetivos mais ambiciosos para além dos exigidos por lei. Nesse sentido, uma legislação mais rigorosa poderá trazer resultados mais eficazes na sustentabilidade global da ITV (Islam et al., 2021).

Outra ação que promove a consciencialização da sustentabilidade na indústria é o estabelecimento de acordos contratuais entre os vários *stakeholders* com a criação de compromissos mútuos na aplicação de práticas sustentáveis que beneficiem todas as partes relacionadas (Islam et al., 2021).

A ITV deve ser proativa, aumentando a qualidade dos produtos de modo a promover uma maior vida útil dos mesmos. Uma maior qualidade está associada a preços e margens mais elevadas, num cenário de menor produção e vendas, o que implica maior sustentabilidade no setor. Por outro lado, uma qualidade dos produtos também fará aumentar a possibilidade da sua reutilização, ajudando desse modo à diminuição do desperdício de materiais (Costa et al., 2020).

Outra prática de sustentabilidade para a ITV está associada à incorporação mais eficiente de materiais têxteis reciclados, que permite ao setor diminuir a dependência de matérias-primas virgens e, em simultâneo, reduzir o impacto dos resíduos têxteis produzidos (Costa et al., 2020).

2.4 Greenwashing

Formulado por Jay Westerveld, em 1986, o termo *greenwashing* está associado à prática de utilização de afirmações duvidosas ou enganosas sobre o carácter ecológico dos produtos ou do desempenho ambiental da empresa como um todo (Malyan & Duhan, 2021). Corresponde, por isso, à divulgação de informações falsas ou incompletas por uma organização com o intuito de apresentar uma imagem pública ambientalmente responsável (Nurse, 2022). Dependendo da definição exata, o *greenwashing* inclui encobrir comportamentos prejudiciais ao ambiente através de iniciativas classificadas de "verdes" ou atividades de sustentabilidade que, de facto, não têm qualquer efeito na preservação do ambiente. Trata-se, por isso, de uma forma de violação de ética ou hipocrisia empresarial, com a prática de uma empresa em se pintar a si própria de uma forma amiga do ambiente, sem ter os resultados que a justifiquem (Lutge & Uhl, 2021).

Alguns autores defendem que uma empresa deve ser acusada de prática de *greenwashing* se ao aplicarem uma medida ambiental obtiverem recompensas financeiramente positivas (Lutge & Uhl,

2021). Por exemplo, o biólogo e ativista Jay Westerveld acusa os hotéis de *greenwashing* quando estes promovem a reutilização de toalhas como medida de conservação de recursos, quando a verdadeira razão é reduzir os custos (Malyan & Duhan, 2021).

Em síntese, a prática de *greenwashing* atribui um impacto prejudicial no prestígio e credibilidade da implementação de ações no âmbito do DS nas organizações, não dando a devida vantagem às empresas que estão a investir capital para tornar seus produtos e atividades verdadeiramente verdes (Silva, 2021). Por outro lado, pode levar à decepção dos *stakeholders* de uma organização e à descrença nos princípios associados ao modelo TBL (Belas & Zvarikova, 2021), ao mesmo tempo que constitui uma barreira para a transição das organizações para uma economia verde (Silva, 2021). Para combater esta situação, a União Europeia lançou em 2019 o Pacto Ecológico Europeu, um conjunto de políticas e estratégias para travar o aquecimento global, onde requer que as empresas que façam 'declarações verdes' devem comprová-las com uma metodologia padrão para avaliar seu impacto no meio ambiente (European Commission, 2019).

2.5 Relatórios de Sustentabilidade

A divulgação de resultados não financeiros e a tomada de compromissos e práticas sustentáveis tem vindo a crescer e a tornar-se cada vez mais popular dentro da comunidade empresarial global (Perello-Marin et al., 2022).

O Relatório de Sustentabilidade aborda desde questões ambientais, até questões sociais, de direitos humanos, comunidade, corrupção e económicas (Masum et al., 2020). O RS tem, por isso, o objetivo de tornar todas as atividades de uma empresa (financeiras e não financeiras) transparentes para todos os *stakeholders* de modo a que estes tenham conhecimento não só dos alcances financeiros do negócio, mas também do contributo social e ambiental da organização (Masum et al., 2020). É notório um maior avanço do surgimento de RS em empresas sediadas em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento. Isto deve-se ao facto de existir falta de experiência e custo considerável associado à prática de elaboração de RS numa organização (Masum et al., 2020).

Nas últimas décadas os princípios de RSC tornaram-se centrais na estratégia e operações de muitas empresas. Este crescimento encontra-se relacionado com uma maior sensibilização por parte das empresas para as questões sociais e ambientais. Estudos indicam que investimentos em iniciativas de RSC podem trazer benefícios para as empresas, como a melhoria da sua imagem corporativa ou um melhor desempenho económico-financeiro (Orzes et al., 2020).

O número de empresas que publicam voluntariamente RS tem crescido substancialmente. Segundo a 11ª edição da Pesquisa Global de Relatórios de Sustentabilidade da empresa KPMG, em 2020, 96% das 250 maiores empresas do mundo com base no ranking *Fortune Global 250* (G250) publicaram RS próprios (Figura 3), atingindo o maior valor registado desde 1999. De acordo com a (KPMG International, 2020) estas grandes empresas são geralmente líderes em RS e preconizam tendências que posteriormente são adotadas de forma mais alargada pelas restantes empresas. Desde 2011, 90% ou mais das empresas do G250 reportam RS.

A KPMG analisou ainda, nesta 11ª edição, a prática de reporte de sustentabilidade de uma amostra de 5.200 empresas, onde estão presentes as 100 maiores empresas em vendas em cada um dos 52 países em estudo (N100). Os resultados revelam que 80% das empresas N100, publicam RS (KPMG International, 2020). Esta taxa subiu 5 pontos percentuais desde a última análise realizada pela KPMG em 2017, subindo de 75% para os 80%, como apresentado na Figura 3.

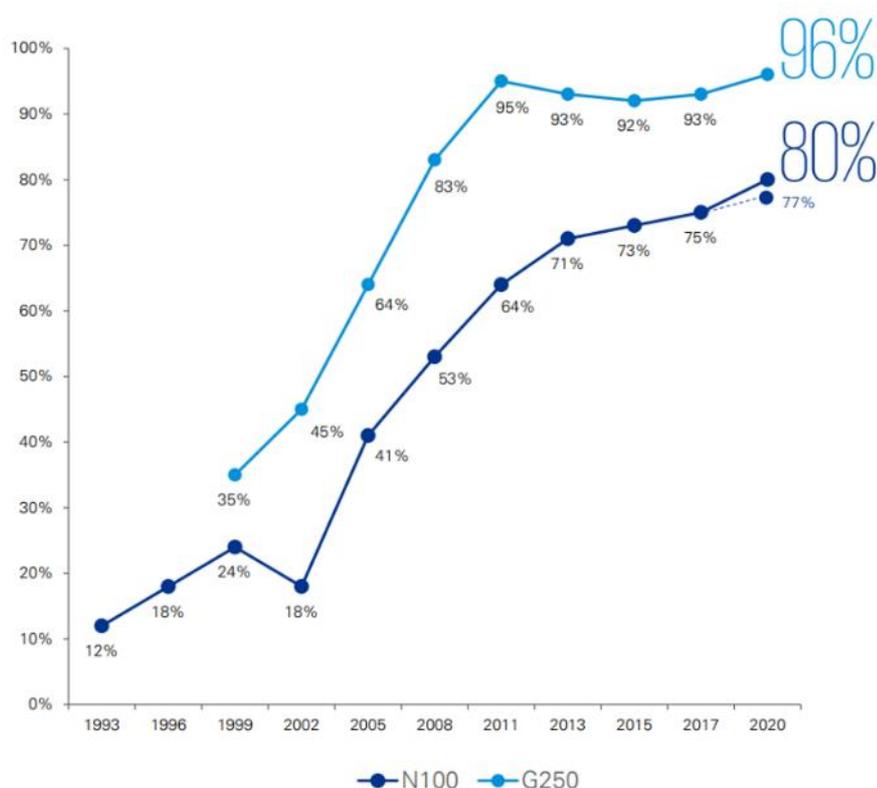


Figura 3 - Taxas de reporte de RS

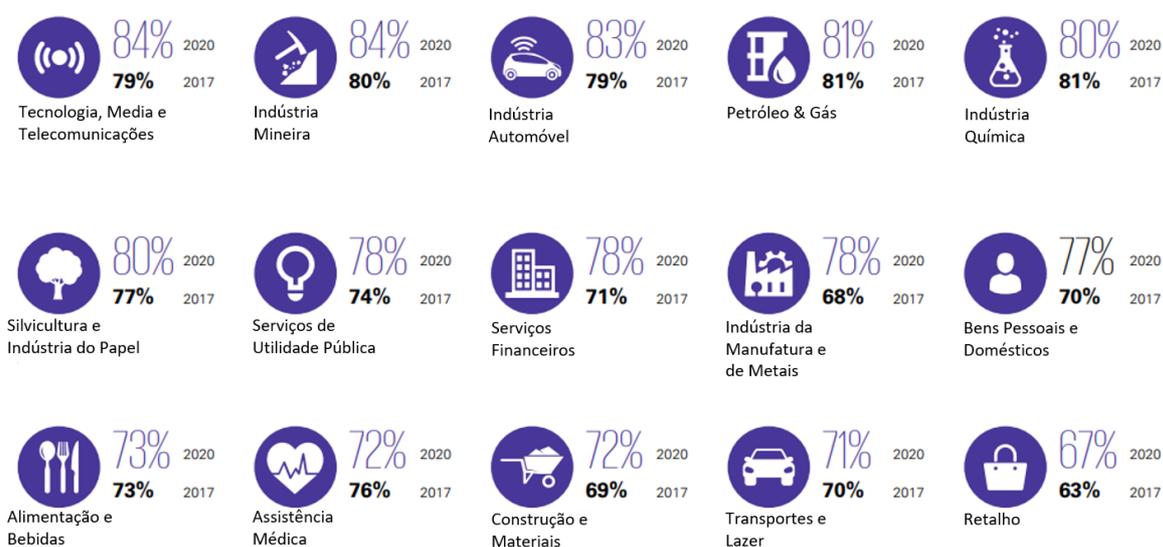
Adaptado de: KPMG International, (2020).

Segundo a KPMG International (2020) Portugal sofreu uma quebra na taxa de reporte de RS das suas empresas presentes no N100, com um decréscimo de 8 pontos percentuais entre os anos de 2017 e

2020. A taxa passou dos 80% para os 72% ficando, desse modo, abaixo da média global das empresas N100. Este valor veio contrapor a tendência de aumento que o país estava a verificar desde o ano 2011.

Em 2020, pelo menos 70% das empresas N100 reportaram RS em todas os setores industriais, exceto no sector retalhista, algo semelhante ao ocorrido no ano 2017 (Figura 4). Segundo o relatório da KPMG os mesmos seis sectores que lideraram em 2017 também lideraram em 2020: Tecnologia, *media* e telecomunicações; Indústria mineira; Indústria automóvel; Petróleo & gás; Indústria química; Silvicultura e indústria do papel. Todos estes setores registam taxas de reporte de RS superiores ou iguais a 80% (KPMG International, 2020).

Taxas de Relatórios de Sustentabilidade: N100 por setor

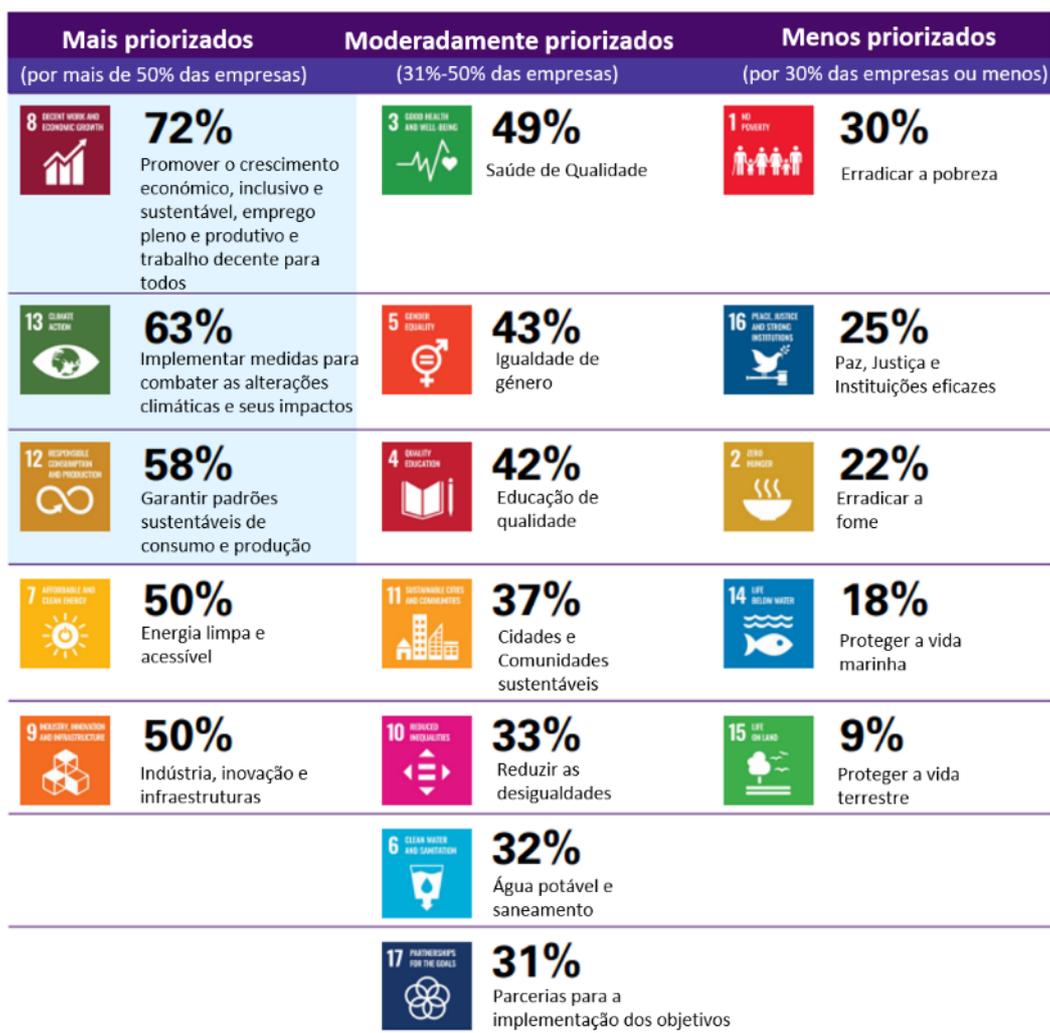


Base: 5200 empresas N100
 Fonte: Survey de Relatórios de Sustentabilidade da KPMG, (ano 2020)

Figura 4 - Taxas de reporte de RS por setor industrial

Adaptado de: KPMG (2020).

De acordo com a (KPMG International, 2020), existe uma grande disparidade e nenhum padrão claro no número de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Tabela 12 – Anexo 1) que as empresas dão prioridade nos seus respetivos RS, como foco para os seus negócios. Este estudo revela ainda que os ODS priorizados pelas 5200 empresas em análise no grupo global N100 são mais e menos comuns. Os ODS mais priorizados no grupo de empresas N100 são: ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico; ODS 13 – Ação Climática; e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis. Por outro lado, poucas empresas dão prioridade às duas ODS que se concentram na biodiversidade: ODS 14 – Proteger a Vida Marinha e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre (Figura 5).



Base: 2 243 N100 empresas que identificaram os ODSs relevantes para o seu negócio
 Fonte: KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020

Figura 5 - ODS mais e menos priorizados no grupo de empresas N100

Adaptado de: KPMG International (2020).

Atualmente, os principais instrumentos de gestão de RSC nas empresas, incluem o Pacto Global das Nações Unidas (PGNU), o *Global Reporting Initiative* (GRI), a norma ISO 26000 e SA8000, e a *FLA Workplace Code* (Orzes et al., 2020).

Ao contrário dos relatórios financeiros, os RS são ainda voluntários na maioria dos países do mundo, levando a que existam muitas vezes diferenças significativas no conteúdo e na qualidade destes relatórios entre empresas. Tendencialmente e/ou de forma estratégica, muitas empresas tendem a relatar nos RS aspetos positivos ao invés de aspetos negativos, de modo a apresentar uma boa imagem no mercado (Carp et al., 2019).

A evolução de novas normas de relatórios de sustentabilidade tem vindo a crescer. Na última década, foram criadas outras normas orientadoras na construção de relatórios de sustentabilidade, como é o

caso do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) ambos nos Estados Unidos (VRF, 2022).

Também na europa têm sido feito avanços na apresentação de diretrizes orientadas para a construção de RS, numa tentativa de alcançar a comparabilidade de informações não financeiras e de sustentabilidade de uma organização, como é o caso da Diretiva da EU 95/2014 (UE, 2014). Contudo, esta revelou possuir alguns limites no estabelecimento de padrões obrigatórios entre relatórios não financeiros e de sustentabilidade (de Villiers et al., 2022).

Em 2020, a Comissão Europeia (CE) autorizou o Grupo Consultivo Europeu de Relatórios Financeiros (ERFAG) a iniciar os trabalhos de desenvolvimento de normas para relatórios não financeiros e de sustentabilidade da União Europeia (UE), sendo realizada a revisão da Diretiva da UE (n. 95/2014) referente a relatórios não financeiros (ERFAG, 2021). Em março de 2021, um relatório do ERFAG delineou o modo como as normas de RS da UE devem ser desenvolvidas, devendo, para isso, ser utilizados processos inclusivos, consultivos e rigorosos. Em abril de 2021, a CE propôs uma Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa, com a obrigatoriedade das organizações cumprirem esses padrões (ERFAG, 2021). Os processos de consulta pública do ERFAG estão em andamento e as suas iniciativas estabelecerão normas unificadas para a construção de RS para empresas dentro da UE, e para muitas outras fora da zona euro, que negociem com a UE (de Villiers et al., 2022).

Apesar do surgimento de novas normas para RS, o GRI é o relatório de sustentabilidade mais adotado em todo o mundo (Carungu et al., 2022; de Villiers et al., 2022). Atualmente, em alternativa às GRI, a SASB e a Organização Internacional de Normalização (ISO) são as normas mais comumente utilizadas para relatórios de sustentabilidade (KPMG International, 2020).

Em 2020, cerca de 73% das maiores empresas do mundo que publicaram RS utilizaram as normas GRI como referência, sendo, atualmente, as mais dominantes no mundo. A implementação do GRI tem sido avaliada para permitir que as organizações aumentem o valor acrescentado e a credibilidade dos seus relatórios (KPMG International, 2020).

2.6 Relatórios Integrados

O Relatório Integrado (RI) surge como uma necessidade de divulgação de informações financeiras e não financeiras, de uma forma menos complexa (Eccles et al., 2015). Trata-se de um tipo de relatório corporativo, de componente geral e holístico do sistema, que informa sobre as estratégias, o desempenho, a governança e as perspetivas seguidas pela organização, com o fim de levar à criação de

valor a curto, médio e longo prazo (IIRC, 2011), podendo demonstrar de forma transparente a todos os seus *stakeholders* como estes podem sair beneficiados. O RI tem o propósito de criar integração de informações de todos os diferentes componentes dos relatórios corporativos já existentes na organização (Mio, 2020).

São 7 os princípios básicos nos quais se devem basear os RIs, nomeadamente: a integração da informação; as relações com as partes interessadas; a coerência e comparabilidade; a concisão; a confiabilidade e integralidade; o foco estratégico; e orientação para o futuro (IIRC, 2013). No documento proposto pelo (IIRC, 2013) são ainda apresentados os elementos que devem fazer parte do conteúdo dos RI donde fazem parte a visão geral da organização; a governança; os riscos e oportunidades do negócio; as estratégias e alocação de recursos; a perspetiva; o modelo de negócio; e a base para a apresentação.

Dentro da estrutura conceitual do RI são identificados seis tipos de capitais a serem desenvolvidos pela organização (Tabela 1), onde estão presentes informações financeiras e informações não financeiras (IIRC, 2013).

Tabela 1 - Tipos de capitais a desenvolver num RI por uma empresa
(IIRC, 2013)

Capital	Definição
1. Financeiro	• Recursos financeiros.
2. Manufaturado	• Recursos para utilização no fabrico de bens ou prestação de serviços, tais como máquinas e equipamentos.
3. Intelectual	• Intangíveis organizacionais baseados no conhecimento.
4. Humano	• Competências, experiências e motivações das pessoas envolvidas, incluindo os valores éticos da empresa.
5. Social	• Padrões e comportamentos entre as partes interessadas, bem como o envolvimento da organização com projetos sociais e culturais.
6. Ambiental	• Recursos e processos ambientais.

Segundo Eccles et al. (2015), as empresas devem apostar em RI, uma vez que estes desempenham um papel fundamental nos compromissos de responsabilidade social, para além de atribuírem um verdadeiro compromisso, transparência e estratégia de sustentabilidade.

O RI apresenta várias vantagens comparativamente ao relatório tradicional, nomeadamente (IIRC, 2011):

- Informações mais adaptadas às necessidades e expectativas dos utilizadores.

- Melhor gestão e eficiência de recursos, na redução de custos e gestão de riscos.
- Aumento do nível de confiança dos utilizadores.
- Informação não financeira mais clara e assertiva.
- Maior foco na captação de oportunidades de negócio
- Maior comprometimento com as várias partes interessadas

Todas estas vantagens resultam da utilização de uma linguagem mais transversal na escrita do relatório, de uma maior e melhor divulgação do RI aos vários *stakeholders*, assim como de uma colaboração entre as diferentes áreas funcionais da organização (IIRC, 2011). A ideia central do RI passa, assim, por criar valor numa organização ao longo do tempo (IIRC, 2013).

Pesquisas demonstram que existe um aumento na preferência de utilização de RI pelos *stakeholders* de uma organização. Segundo estudos, 70,9% dos investidores veem benefícios na implementação de RI numa empresa, afirmando serem essenciais e importantes para a tomada de decisões (Freitas & Freire, 2017).

A crescente tendência de publicação de RI é cada vez mais visível um pouco por todo o mundo, contudo permanece ainda limitada a certos países. De acordo com o (KPMG International, 2020), em 2020 16% das empresas N100 rotularam os seus relatórios anuais como integrados (mais 2 pontos percentuais do que o verificado em 2017) e 22% das empresas G250 (mais 8 pontos percentuais do que o verificado em 2017). Este aumento verificou-se, sobretudo devido, em grande parte, a aumentos significativos de RI em França e no Japão. Um crescimento significativo de RI desde 2017 foi também observado na Índia e na Malásia. Atualmente, existem apenas três países onde os RI são uma prática maioritária: África do Sul, Japão e Sri Lanka (KPMG International, 2020).

2.7 Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI é um dos mais aclamados órgãos normativos para a construção de RS. Este órgão desenvolveu padrões para a construção de relatórios orientados para os *stakeholders*, com o objetivo de garantir a divulgação de informações que facilitem a compreensão do modo como a organização relatora aborda as questões económicas, sociais e ambientais associadas ao seu negócio (de Villiers et al., 2022).

As normas GRI permitem que qualquer organização (de grande ou pequena dimensão, pública ou privada) compreenda e relate os seus impactos na economia, no ambiente e a nível social de uma forma comparável e confiável, aumentando assim a transparência na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Para além das empresas reladoras, os padrões GRI são muito relevantes para as partes

interessadas do respetivo negócio, incluindo investidores, fornecedores, mercados e sociedade civil em geral (de Villiers et al., 2022; GRI, 2022e).

Os padrões GRI têm desempenhado um papel de liderança no desenvolvimento de relatórios voluntários de sustentabilidade, antes dos requisitos de divulgação não financeira poderem vir a ser obrigatórios (Carungu et al., 2022). A adoção voluntária das diretrizes GRI por muitas empresas espalhadas um pouco por todo o mundo, ao longo dos últimos anos, tornaram as GRI, atualmente, as normas mais relevantes a serem adotadas na construção de RS, apesar de possíveis fragilidades e desvantagens práticas que possam possuir, comparativamente a outros referenciais normativos (de Villiers et al., 2022).

Recentemente, a GRI assinou um acordo de colaboração com a *International Sustainability Standards Board* (ISSB), com o intuito de coordenar os seus programas de definição normativa na conexão com o mercado de capitais e os padrões multissetoriais (IFRS, 2022).

2.7.1 História e evolução da GRI

A GRI é uma organização internacional independente, criada em 1997 em Boston nos Estados Unidos da América, como resultado de uma iniciativa conjunta da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), uma organização não-governamental americana, e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) (Figura 6). A partir do ano 2021 a GRI tornou-se numa instituição sem fins lucrativos. O objetivo inicial com a publicação destas normas foi a construção de um primeiro mecanismo de responsabilização das empresas na garantia de adesão aos princípios de conduta ambiental responsável, posteriormente ampliado para a inclusão de questões sociais, económicas e de governação (GRI, 2022d).

A primeira versão das diretrizes GRI foi publicada no ano 2000, fornecendo a primeira estrutura global para a construção de RS. Em 2002, a GRI lançou a primeira atualização das suas diretrizes (G2), com a mudança da instituição para Amsterdão, na Holanda. À medida que a procura por relatórios GRI e a aceitação das organizações cresceram constantemente, as diretrizes foram alargadas e aprimoradas, levando a atualizações em 2006 (G3) e 2013 (G4). Em 2015 adota o quadro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) publicados pela Nações Unidas nesse mesmo ano. No ano seguinte, a GRI estabelece uma mudança radical de paradigma, deixando de fornecer diretrizes para estabelecer os primeiros padrões/normas globais para relatórios de sustentabilidade – Padrões/Normas GRI. Nos anos seguintes, as Normas GRI continuam a sofrer novas atualizações, com o surgimento de novas normas tópicos associadas à Fiscalidade (2019) e Resíduos (2020). No ano 2021 foi lançada a primeira

norma setorial GRI associadas ao setor do Petróleo e Gás. Nesse mesmo ano foi também publicada uma revisão das normas universais GRI, representando a atualização mais significativa desde a transição da GRI do fornecimento de diretrizes para o estabelecimento de normas, ocorrido no ano 2016. As normas universais entram em vigor para RS a partir do dia 1 janeiro de 2023, com adoção antecipada aconselhada (GRI, 2022d).

No presente ano 2022, foram publicadas mais duas normas setoriais, uma dentro do setor do Carvão, e outra associada ao setor da Agricultura, Aquicultura e Pesca (GRI, 2022b).

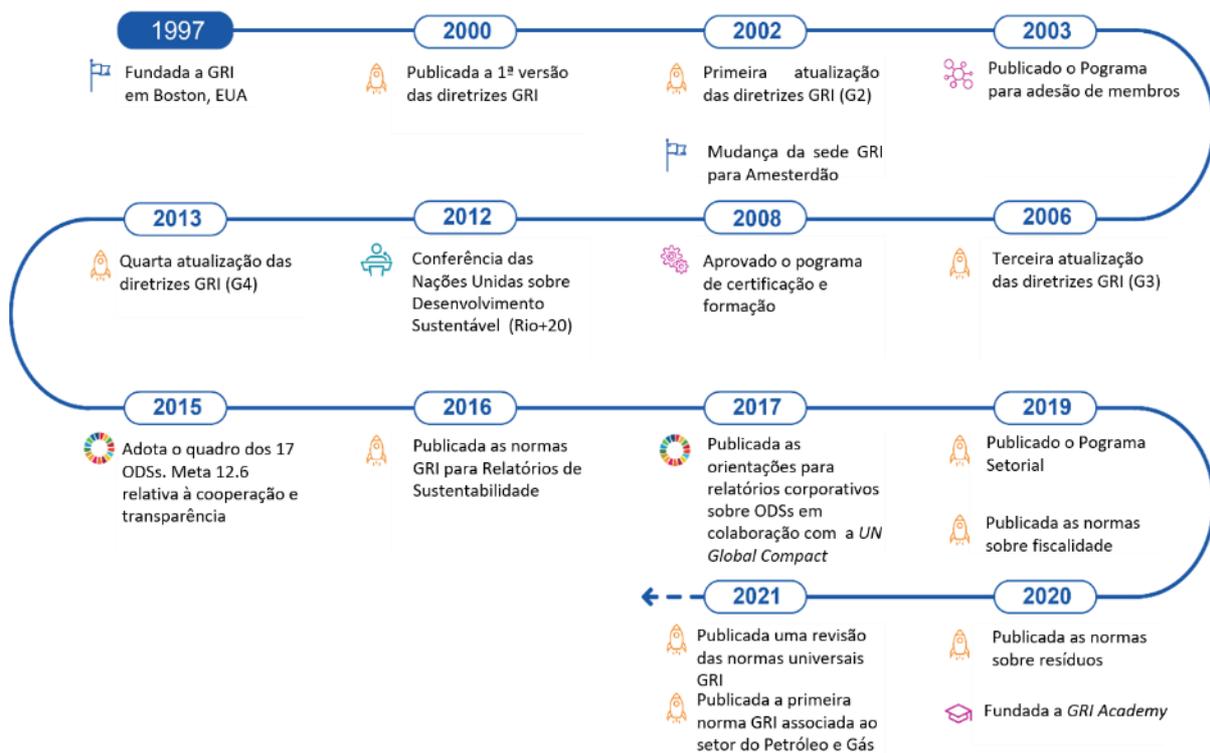


Figura 6 - História das normas GRI

Adaptado de: GRI (2022d).

2.7.2 Estrutura GRI Standards 2021

As normas GRI são um sistema modular de normas interconectadas que permitem as organizações relatarem publicamente os impactos das suas atividades de forma estruturada e transparente para as partes interessadas e qualquer outra entidade (GRI, 2022a).

As normas GRI são um sistema modular composto por três séries de normas: as Normas Universais, as Normas Setoriais e Normas Temáticas (Figura 7). Nelas estão contidas divulgações, que fornecem meios estruturados para uma organização ter a capacidade de reportar impactos e informações sobre si. Estas divulgações podem possuir requisitos e incluir também recomendações. Os requisitos listam as

informações que uma organização deve reportar ou as instruções que deve cumprir e relatar de acordo com a Normas GRI. As recomendações indicam que a obtenção de certos dados, ou a aplicação de uma ação específica, são aconselhados embora não obrigatórios (GRI, 2022a).

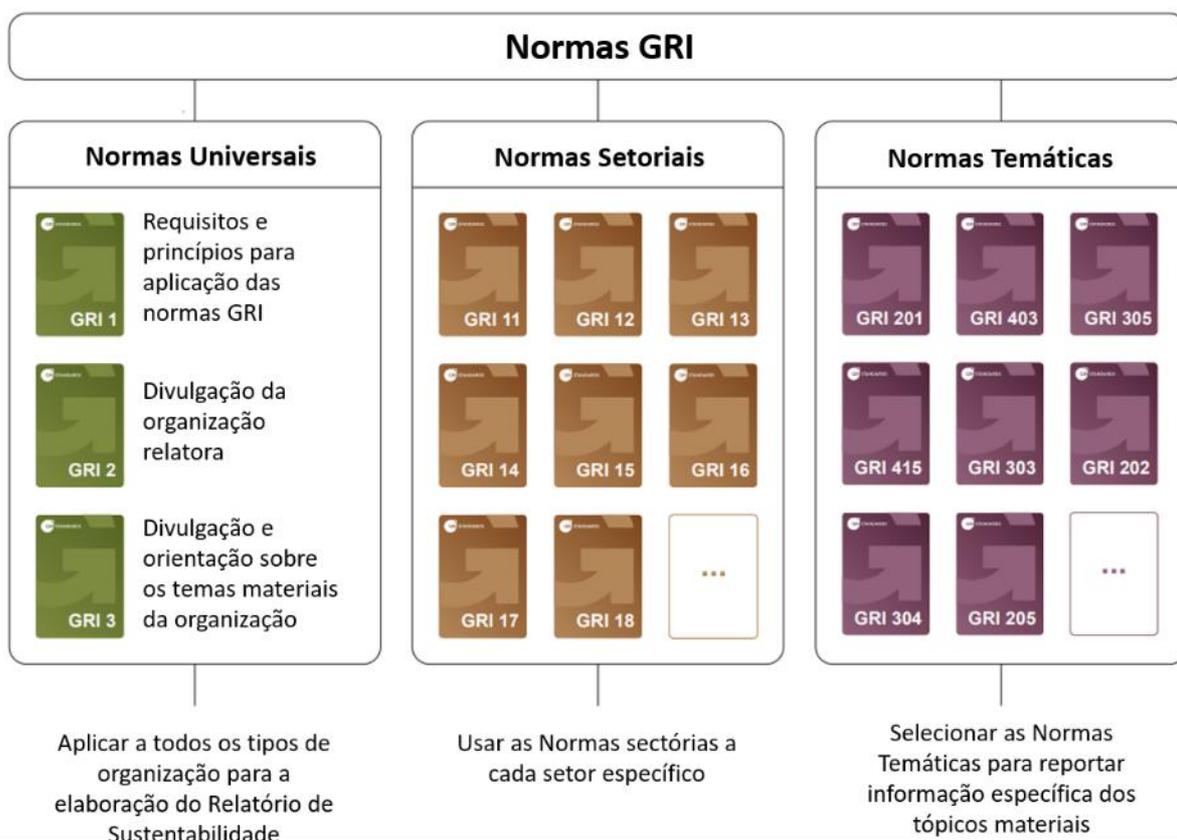


Figura 7 - Normas GRI: normas universais, setoriais e tópicos.

Adaptado de: GRI (2022a)

Normas Universais GRI

As Normas Universais aplicam-se a todos os tipos de organizações, e correspondem às diretrizes gerais para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade de acordo com o referencial da GRI. São identificadas por uma design de cor verde e um número de código de um dígito. Todas as empresas reladoras GRI devem aplicar as três normas universais de forma obrigatória (GRI, 2022a):

- *GRI 1: Fundação 2021* - define o objetivo das Normas GRI e o modo de utilização, clarificando conceitos base. Enumera os requisitos que uma organização deve cumprir para a construção do RS em conformidade com as Normas GRI, especificando os princípios fundamentais para a elaboração de relatórios de qualidade, tais como a comparabilidade, a verificabilidade e a clareza dos dados (GRI 1, 2022).

- *GRI 2: Divulgações Gerais 2021* - contém orientações para práticas de apresentação de relatórios; atividades e trabalhadores; governação; estratégias; políticas; e envolvimento das partes interessadas. Concedem ainda uma orientação sobre o perfil da organização, ajudando-a na deteção e compreensão dos seus impactos (GRI 2, 2022).
- *GRI 3: Tópicos Materiais 2021* - demarca os passos a seguir por uma organização pode poder determinar os tópicos materiais mais relevantes associados aos seus impactos, descrevendo o modo como as Normas Setoriais são utilizadas neste processo. Contém ainda orientações para a comunicação da lista de tópicos materiais; o processo pelo qual a organização determinou estes tópicos materiais; e o modo como gere cada tópico (GRI 3, 2021).

Normas Setoriais GRI

As Normas Sectoriais GRI pretendem aumentar a qualidade e consistência dos relatórios nas organizações. O objetivo da GRI é desenvolver normas para 40 sectores industriais, começando por aqueles que apresentam maiores impactos no planeta. Até agosto de 2022, encontravam-se disponibilizados pela GRI três normas setoriais: GRI 11 – Setor Petróleo e Gás 2021; GRI 12 – Setor do carvão 2022; GRI 13 - Setor da Agricultura, Aquicultura e Pesca 2022 (GRI, 2022a).

Cada norma sectorial oferece uma visão geral das características do sector, incluindo as atividades e relações comerciais que podem sustentar os impactos da organização. A secção principal da norma enumera os prováveis tópicos materiais do sector, descrevendo os impactos mais significativos associados. Para o GRI, um tópico material é qualquer tópico que tenha um impacto significativo na avaliação e decisão de uma parte interessada, ou que reflita importantes impactos económicos, ambientais ou sociais à organização (GRI, 2022a).

As normas setoriais listam tópicos materiais que provavelmente serão tópicos materiais para a maioria das organizações de respetivo sector em causa, indicando informações relevantes a relatar no RS sobre estes tópicos. Se uma norma sectorial estiver disponível e for aplicável a uma organização, é exigido a esta última que a interprete e a utilize na construção do seu RS de modo a este ficar em conformidade com as Normas GRI (GRI, 2022a).

Uma Norma Setorial pode também listar informações adicionais que não estejam definidas numa determinada norma temática ou que não sejam suficientes para a identificação e interpretação dos impactos da organização relativamente a esse tema. O GRI identificou para já 40 setores aos quais

pretende desenvolver normas setoriais específicas. (GRI, 2022a). Cada norma setorial é identificada por um design em tons cor de laranja e um número de código de dois dígitos.

Normas Temáticas GRI

As Normas Temáticas GRI contêm orientações para o fornecimento de informações sobre temas específicos, como por exemplo, resíduos, saúde e segurança no trabalho, e energia. Cada norma incorpora uma visão geral e orientações específicas ao tema, auxiliando a organização a gerir os seus impactos associados. Uma organização segue as normas temáticas que correspondem aos tópicos materiais que determinou, utilizando-as para a elaboração do RS. Das Normas temáticas fazem parte as séries GRI 200, 300 e 400 que incluem vários padrões económicos, ambientais e sociais específicos de cada tema, respetivamente (GRI, 2022a). Todas as normas desta série são reconhecidas por um design em tom de cor púrpura e um número de código de três dígitos.

2.7.3 GRI 2016 vs GRI 2021

No ano 2021 as normas GRI sofreram uma revisão significativa com a publicação de novos referenciais, o aperfeiçoamento da aplicação de alguns conceitos e uma mudança de estrutura (Tabela 2). Esta revisão vem permitir que as normas GRI garantam um melhor alinhamento com instrumentos oficiais, permitindo que os RS sigam os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da ONU; as diretrizes da OCDE para as empresas; as orientações da OCDE sobre a *due diligence* na conduta empresarial responsável; as Normas Internacionais do Trabalho promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT); e os Princípios de Governança Global da ICGN (*International Corporate Governance Network*).

A estrutura GRI compreendia anteriormente duas tipologias de normas: as três normas universais, com aplicação obrigatória a todas as organizações relatoras (101, 102, e 103); e as normas temáticas específicas de sustentabilidade, divididas em três séries, com a aplicação de padrões específicas nas áreas económica, ambiental e social (séries 200, 300 e 400 respetivamente). Esta estrutura foi reformulada, surgindo agora em três séries de normas: normas universais, normas setoriais e normas temáticas. Foram introduzidas as chamadas normas setoriais, com o intuito de auxiliar as empresas de um determinado setor a identificar os seus tópicos materiais e os seus principais impactos económicos, ambientais e sociais, estabelecendo o contexto para a elaboração de relatórios (GRI, 2022c).

O presidente do conselho do padrão global de sustentabilidade independente da GRI, Judy Kuszewski, afirma que: “*Com a mudança mais significativa desde as Normas GRI lançadas em 2016, as Normas Universais revistas estabeleceram uma nova referência global para a transparência corporativa. Abordando totalmente as lacunas entre as estruturas de difusão disponíveis e as expectativas intergovernamentais para negócios responsáveis, incluindo relatórios de direitos humanos, eles permitirão relatórios mais eficazes e abrangentes do que nunca. Construídas em torno dos conceitos de impacto, tópicos materiais, due diligence e envolvimento das partes interessadas, essas atualizações deixam claro como as empresas podem fornecer transparência e responsabilidade naquilo que relatam.*” (GRI, 2022e).

Um dos conceitos-chave dos RS é a "Materialidade". Nas revisões apresentadas pelo GRI em 2021 os impactos causados pelas organizações ganham maior foco. As organizações devem assegurar que compreendem os seus impactos económicos, ambientais e sociais, reais e potenciais, numa perspetiva de reunir informações que contribuam para uma melhor compreensão dos seus impactos (GRI, 2022c).

O conceito *due diligence* toma um papel importante nas novas atualizações da GRI, outrora praticamente ausente na primeira versão da norma. A *due diligence* é definido como "o processo pelo qual uma organização identifica, previne, diminui e responde pelos seus impactos negativos reais e potenciais na economia, no ambiente e nas pessoas". Nesse sentido, segundo as GRI Standards de 2021 as organizações relatoras devem estabelecer um processo *due diligence* de forma a identificar e gerir os seus impactos (GRI, 2022c).

Tabela 2 - Distinções entre a versão GRI 2016 e a versão GRI 2021

(GRI, 2022c)

	GRI Standard 2016	GRI Standard 2021
Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Normas Universais (GRI 101, GRI 102 e GRI 103) • Normas Temáticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Normas Universais (GRI 1, GRI 2 e GRI 3) • Normas Setoriais • Normas Temáticas
Materialidade	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância para as partes interessadas • Relevância para a empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • Influência nas decisões das partes interessadas • Materialidade dos impactos económicos, ambientais e sociais, reais e potenciais
Impactos	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito <i>Due diligence</i> praticamente ausente 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito <i>Due diligence</i> aplicável
Relatório	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios Centrais (<i>Core</i>) • Relatórios Abrangentes (<i>Comprehensive</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Único

Outra alteração notável é a eliminação da distinção entre RS que tratam somente informações essenciais (*Core*) dos relatórios que relatam informações abrangentes (*Comprehensive*). Esta mudança vem mostrar que tornam-se obrigatório que as organizações relatoras forneçam todas as divulgações para todos os tópicos materiais considerados (GRI, 2022c).

3. METODOLOGIA

No presente capítulo pretende-se descrever os objetivos de investigação, bem como a metodologia utilizada na componente empírica do trabalho, nomeadamente os instrumentos e métodos de recolha e análise de dados utilizados para atingir os objetivos propostos. Adicionalmente, é apresentada uma caracterização da empresa de estudo de caso que serviu de base para este trabalho.

3.1 Objetivos da Investigação

Ao longo dos últimos anos as orientações das normas GRI tornaram-se sinónimo de boas práticas para reportar publicamente os impactos económicos, ambientais e sociais das organizações, sendo os RS motivados pela vontade de dar conhecimento aos diferentes grupos de *stakeholders* as atividades e os resultados das empresas. Assim, este trabalho pretende construir o RS de 2021 da empresa de estudo de caso de acordo com a última atualização das Normas GRI de 2021 (GRI, 2022e), contribuindo para reforçar a credibilidade da organização no panorama industrial nacional e internacional e, simultaneamente, estreitar as suas relações de confiança e de negócio com os seus vários *stakeholders*.

3.2 Métodos de pesquisa e instrumentos de recolha de dados

A presente investigação recai no estudo de caso da empresa AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda (denominada daqui em diante de AF) para a elaboração do seu primeiro RS, de acordo com a última atualização das Normas GRI, tendo o ano 2021 como o ano de referência na recolha de dados (GRI, 2022e). Dado o contexto interno e externo no qual a AF se insere, bem como a sua estratégia de negócio, o presente estudo aplica uma perspetiva empírica, combinando a recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos, através de um leque alargado de métodos, designados como: métodos diretos e indiretos. Os métodos diretos estão associados a fontes diretas de informação, onde se destacam reuniões, entrevistas e inquéritos efetuados à administração da empresa e a grupos de *stakeholders* da organização. Por outro lado, os métodos indiretos compreendem a análise documental, com a recolha, leitura e análise de informações disponibilizadas pela empresa, onde se destacam relatórios de auditorias, políticas internas, certificados de conformidade, metas e objetivos, e avaliação de riscos e oportunidades. Outras fontes de informação foram também alvo de análise e recolha de dados, entre elas: relatórios públicos, documentos normativos e regulamentares, *websites* e redes sociais, notícias e artigos informativos, assim como processos de análise de dados de navegação e interação '*web analytics*'.

A Figura 8 apresenta o diagrama da metodologia seguida neste trabalho para a obtenção dos objetivos propostos. Esta metodologia é composta por duas etapas (Etapa A e Etapa B), num somatório de dez fases de trabalho. Na Etapa A a "Identificação dos impactos positivos e negativos" e a "Determinação dos tópicos materiais" são os principais procedimentos a ter em linha de conta. Esta etapa encontra-se dividida em 8 fases, na qual as últimas quatro correspondem à determinação dos tópicos materiais. A Etapa B centra-se na análise GRI Standard 2021 e na elaboração do RS propriamente dito, e dela fazem parte as duas últimas fases de trabalho de toda a metodologia. Nos pontos seguintes é apresentada, em detalhe, a descrição de cada etapa e de cada fase aplicada na metodologia.

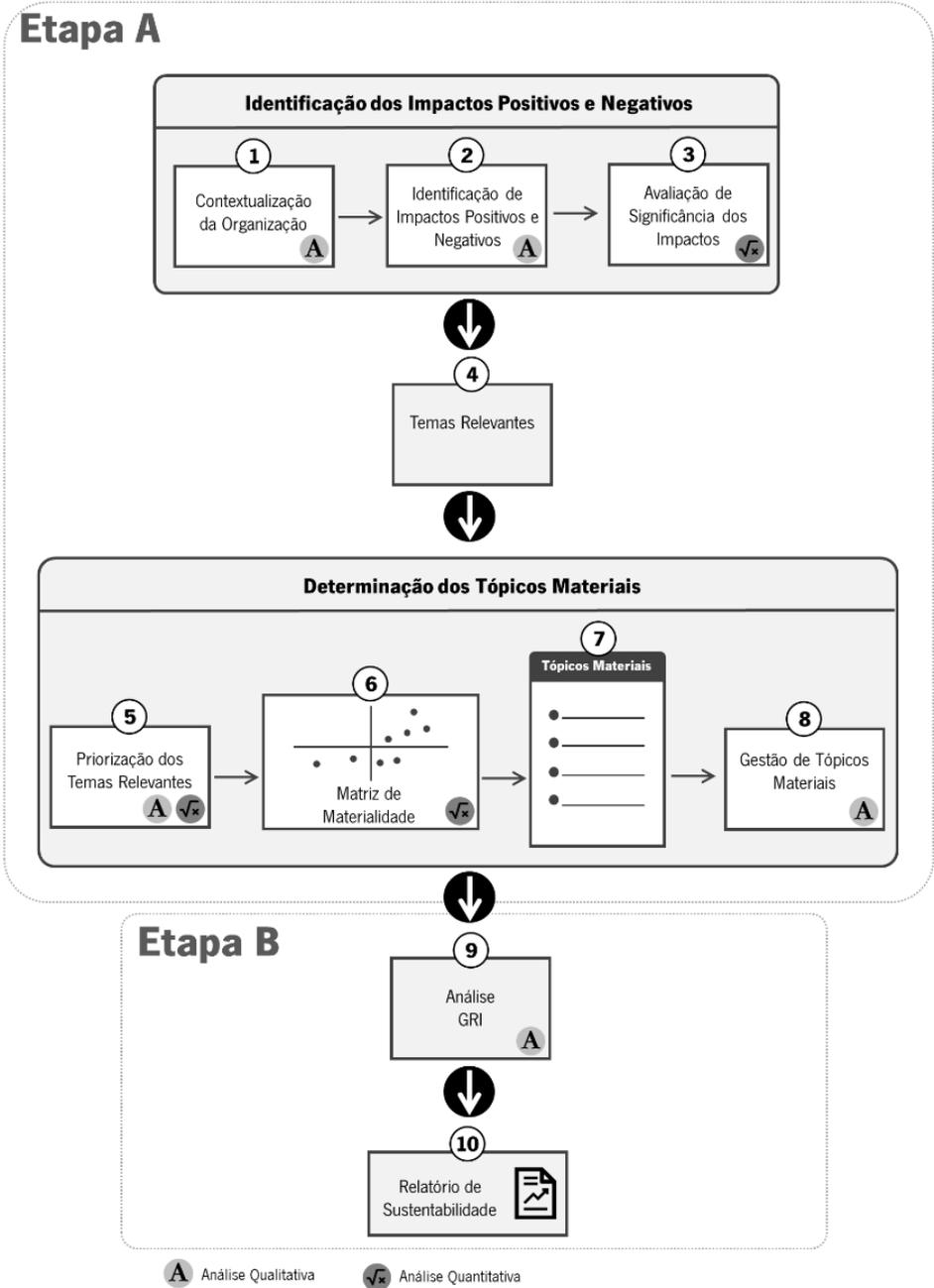


Figura 8 - Metodologia aplicada no estudo de caso.

3.2.1 Etapa A - Análise de Materialidade

O conceito de ‘Materialidade’ surge na área da contabilidade financeira e é importado para os RS, associado ao processo de priorização de Temas Relevantes (TRs) nas três dimensões da sustentabilidade (Correia, 2019). Este processo constitui a primeira etapa da elaboração de um RS, uma vez que permite elencar os temas suficientemente relevantes que devem ser objeto de análise e de reporte. As normas GRI mencionam dois princípios a considerar: (1) o princípio da inclusão das partes interessadas (*stakeholders*) e (2) o princípio da materialidade (GRI 1, 2022).

(1) O primeiro princípio assenta na identificação dos *stakeholders*, bem como na explicação de como a empresa responde às suas expectativas. As partes interessadas podem fornecer informações sobre os produtos, que pode influenciar positivamente o sucesso da empresa. Segundo a Teoria das Partes Interessadas (Freeman, 2010), a criação de valor através do envolvimento das partes interessadas permite resolver ou pelo menos avaliar vários problemas específicos (McGrath & Whitty, 2017; Phillips et al., 2003). A identificação das partes interessadas constitui uma ferramenta essencial para um RS, dado que as suas necessidades são transformadas num conjunto definido de requisitos que devem ser respondidos pela empresa (GRI, 2022b).

(2) Por sua vez, o segundo princípio refere-se ao processo de priorização dos temas que devem refletir os impactos económicos, ambientais e sociais, reais e potenciais da organização, ou influenciar as decisões dos *stakeholders* (GRI 1, 2022).

Respeitando os princípios acima mencionados, a análise de materialidade da AF seguiu uma metodologia sistematizada, estruturada em oito fases (Etapa A), que permitiu identificar a relevância dos temas para os seus *stakeholders*, cruzando-a com a relevância dos mesmos, face às prioridades e estratégias do negócio. Esta análise suportou o processo de tomada de decisão e o desenvolvimento de estratégias na organização, nomeadamente na definição da sua atuação ao nível da sustentabilidade. As oito fases utilizadas na Etapa A da metodologia encontram-se desenvolvidas nos pontos seguintes.

FASE ① – Contextualização da Organização

De acordo com os princípios mencionados nas Normas GRI, a primeira fase da análise de materialidade centrou-se na identificação dos principais *stakeholders*, através de uma contextualização da organização. Esta contextualização teve por base o descrito no ‘Sistema de Gestão da Qualidade’ (SGQ) da empresa (sendo 2021 o ano de referência) na identificação das partes interessadas (*stakeholders*), e na visão

corporativa e holística das suas estratégias de negócio. Adicionalmente, procedeu-se a uma análise de conteúdo a outras fontes de informação disponibilizadas pela organização, tais como: modelo de gestão; canais de comunicação; análise *SWOT* das relações estabelecidas; e tópicos relevantes em matéria de sustentabilidade. A estratégia de recolha e análise destas diferentes fontes de informação permitiu uma melhor contextualização da AF, bem como a identificação mais precisa dos seus *stakeholders*.

FASE ② – *Identificação dos Impactos Positivos e Negativos*

A segunda fase da análise de materialidade advém da atualização das Normas GRI e prevê a identificação dos impactos positivos e negativos à organização, no âmbito económico, ambiental e social, ao longo de toda a cadeia de valor da organização. Um impacto positivo apresenta benefícios para a empresa, caso venha a ocorrer. Por outro lado, um impacto negativo expõe sempre uma organização a consequências negativas. Os impactos negativos foram classificados como reais ou potenciais. Os impactos reais são aqueles que por algum motivo, já ocorreram no seio da empresa, e os impactos potenciais são aqueles que têm probabilidade de poder vir a ocorrer. Tantos os impactos reais e potenciais podem ser impactos de curto e longo prazo, intencionais e não intencionais, reversíveis e irreversíveis. Os impactos positivos não são alvo de qualquer classificação.

O processo de identificação dos impactos da AF teve por base a recolha e análise de duas dimensões: (1) dimensão interna e (2) dimensão externa. Na dimensão interna (1) foram analisados os valores, políticas e compromissos da organização. Para isso, analisou-se o relatório anual do SGQ da empresa, tomando 2021 como ano de referência, através dos resultados apresentados no seu plano de ações; da análise de riscos e oportunidades associados à organização; das metas e objetivos estratégicos e das políticas internas estabelecidas. Por sua vez, na dimensão externa (2) foi analisado o contexto onde a empresa se encontra inserida, nomeadamente, as tendências e tópicos emergentes no setor têxtil, do qual a AF faz parte. Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo aos RS de empresas associadas diretamente e indiretamente ao setor têxtil.

FASE ③ – *Avaliação de Significância dos Impactos*

Nesta fase, realizou-se a 'Avaliação de Significância' dos impactos identificados na Fase 2. Para a avaliação de significância dos impactos foi utilizada a metodologia já implementada pela AF no seu SGQ, com o recurso às escalas de *Likert* nele detalhadas, de acordo com a Tabela 3. A significância de um

impacto negativo real ou potencial foi determinada pelo nível de gravidade e probabilidade de ocorrer. O nível de gravidade foi medido numa escala de *Likert* de 1 a 3, onde 1 corresponde a uma gravidade leve e 3 a uma gravidade grave. A probabilidade de ocorrer foi também medida através de escala de *Likert*, sendo 1 pouco provável de o impacto poder vir a ocorrer e 3 muito provável. A combinação da gravidade com a probabilidade de um impacto negativo poder vir a ocorrer é designada de 'risco'. A 'avaliação de um risco' (R) é determinada através do produto da gravidade (G) com a probabilidade (P) de ocorrência do respetivo impacto negativo, de acordo com a Equação 1. Assim sendo, um risco será tanto maior quanto maior for o seu grau de gravidade e a sua probabilidade de poder vir a ocorrer.

$$R = G \times P, \quad G \in \{1,2,3\}, P \in \{1,2,3\} \quad (1)$$

Um risco pode ser classificado em seis níveis, sendo o nível 1 (Tolerável) o nível mais baixo de significância e o nível 9 (Intolerável) o nível mais elevado de significância.

Tabela 3 - Avaliação de significância dos impactos

Avaliação de Significância			
Impactos Negativos			Impactos Positivos
Gravidade	Probabilidade		
	3-Muito Provável	2-Provável	1-Pouco Provável
3-Grave	9-Intolerável	6-Alto	3-Médio
2-Moderado	6-Alto	4-Médio	2-Baixo
1-Leve	3-Médio	2-Baixo	1-Tolerável
Classificação da Probabilidade			
3 - Muito Provável	O dano/prejuízo ocorre com grande probabilidade.		
2 - Provável	O dano/prejuízo tem alguma probabilidade de ocorrer.		
1 - Pouco Provável	O dano/prejuízo ocorre raramente.		
Classificação da Gravidade			
3 - Grave	Quando pode provocar grave prejuízo/insatisfação		
2 - Moderado	Quando é suscetível de provocar prejuízo/insatisfação		
1 - Leve	Quando dificilmente gera prejuízo/insatisfação		
Classificação do Risco			
1 - Tolerável	Quando pode provocar grave prejuízo/insatisfação		
2 - Baixo	Quando é suscetível de provocar prejuízo/insatisfação		
3 - Médio	Quando dificilmente gera prejuízo/insatisfação		
4 - Médio	Quando pode provocar grave prejuízo/insatisfação		
6 - Alto	Quando é suscetível de provocar prejuízo/insatisfação		
9 - Muito Alto	Quando dificilmente gera prejuízo/insatisfação		

Não carecem de avaliação de significância

FASE ④ – Identificação dos Temas Relevantes

Após o cálculo da avaliação de significância dos impactos, a presente fase centra-se na identificação dos TR. Um risco transita como TR se a sua avaliação de significância for igual ou superior a 3 valores.

Seguindo a metodologia já implementada no SGQ da AF na gestão de impactos negativos (designados como ‘riscos’ no SGQ) e positivos (designados como ‘oportunidades’ no SGQ), um risco apresenta necessidade obrigatória de tratamento se a sua classificação for ‘média’, ‘alta’ ou ‘muito alta’. Por outro lado um impacto positivo não carece de avaliação de significância. Nesse sentido, um impacto negativo passa para a fase seguinte como TR se a sua avaliação de significância for igual ou superior a 3 valores. Um impacto positivo transita automaticamente como TR para a Fase 5. Qualquer rejeição na transição como TR de algum impacto que cumpra os requisitos atrás dispostos deve ser devidamente mencionada e fundamentada na Fase 4.

FASE ⑤ – Priorização dos Temas Relevantes

Nesta fase, os TR foram priorizados de acordo com as relevâncias atribuídas pela visão holística do negócio da empresa e por cada grupo de *stakeholders* da organização, já definidos na Fase 1. Os dados para a determinação dos níveis de relevância foram recolhidos por amostragens, a partir de fontes de informação diretas (auscultação direta) e indiretas (informações públicas e informações privadas referentes à AF de acesso concedido pela empresa) à organização.

Para a obtenção do grau de relevância dos TR foram realizados dois tratamentos de amostragem de acordo com as Equações 2 e 3. A Equação 2 foi aplicada para análises de dados que resultaram de uma atribuição de grau de importância às n fontes consultadas, de acordo com a escala de *Likert* apresentada na Tabela 4, atribuindo-se classificações desde ‘sem importância = 0’ até ‘importância alta = 3’.

Tabela 4 - Grau de relevância dos TR para dados com avaliação do grau de importância

Grau de Importância atribuída	Classificação	Descrição	Tratamento de Amostragem
0	Sem importância	O tema não possui importância	$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}, X_i \in \{0,1,2,3\} \quad (2)$
1	Importância Baixa	O tema apresenta importância BAIXA para o segmento	
2	Importância Média	O tema apresenta importância MÉDIA para o segmento	
3	Importância Alta	O tema apresenta importância ALTA para o segmento	

Para dados que resultaram de n fontes consultadas e que, ao invés ao grau de importância, foi apenas possível atribuir um grau de surgimento, foi utilizada a Equação 3, seguindo a escala de *Likert* apresentada na Tabela 5. Nesta situação, foram atribuídas classificações de ‘com importância’ ou ‘sem importância’ de acordo com o facto de o TR surgir ou não referenciado numa determinada fonte consultada.

Tabela 5 - Grau de relevância dos TR para dados com avaliação do grau de surgimento

Grau de Surgimento atribuído	Classificação	Descrição	Tratamento de Amostragem
0	Sem Importância	O tema não surge referenciado em nenhuma fonte consultada	$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n} \times 3, X_i \in \{0,1\}$ (3)
1	Com Importância	O tema surge referenciado em pelo menos uma fonte consultada	

Posteriormente, estes dados foram tratados de acordo com a escala de frequências apresentada na Tabela 6. A escala de frequências é composta por três graus de relevância: ‘Alta’, ‘Média’ e ‘Baixa’. Foi atribuída a classificação ‘Alta’ para os temas que surgiram referenciados em mais de 75% das fontes consultadas nos vários grupos pertencentes aos eixos da organização; a classificação ‘Média’ para os temas referenciados entre 25% a 75% das fontes consultadas; e a classificação ‘Baixa’ para os temas com surgimento em menos de 25% destas mesmas fontes. Dos resultados obtidos neste ponto, foi construída a ‘Matriz Corporativa’. Esta matriz relaciona o grau de relevância atribuído a cada TR, por cada grupo de *stakeholders*, e pela visão holística do negócio, sendo a ferramenta essencial para a elaboração da ‘Matriz de Materialidade’.

Tabela 6 - Grau de relevância dos TRs para as fontes consultadas

Grau de Relevância	Classificação	Descrição	Método de Atribuição da Classificação
>=2,5 - 3	Alta	O tema apresenta relevância ALTA para o segmento	O tema surge referenciado em mais de 75% das fontes consultadas.
>=1,5 - <2,5	Média	O tema apresenta relevância MÉDIA para o segmento	O tema surge referenciado entre 25% a 75% das fontes consultadas.
0 - <1,5	Baixa	O tema apresenta relevância BAIXA para o segmento	O tema surge referenciado em menos de 25% das fontes consultadas.

FASE ⑥ – *Matriz de Materialidade*

Foi desenvolvida a ‘Matriz de Materialidade’ da empresa a partir dos dados obtidos na ‘Matriz Corporativa’. Para isso, foi determinado o ponto para cada TR, correspondente ao cruzamento do grau

de relevância dos temas para os *stakeholders* e para o negócio. A coordenada x de cada ponto, para os n requisitos que suportam o negócio, foi obtida de acordo com a Equação 4. A coordenada y de cada ponto, para os s grupos de *stakeholders* em causa, foi determinada de acordo com a Equação 5.

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{3n}, X_i \in [0; 3] \quad (4)$$

$$\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^n Y_i}{3s}, Y_i \in [0; 3] \quad (5)$$

A 'Matriz de Materialidade' encontra-se dividida em quatro quadrantes (Q1, Q2, Q3 e Q4), donde são distribuídos os TRs em quatro níveis de relevância, de acordo com os dois eixos da organização (Eixo 1 e Eixo 2). Um tema posicionado no Q2 possui relevância alta para o Eixo 2 e relevância baixa para o Eixo 1. Um tema localizado no Q4 detém relevância alta para o Eixo 1 e relevância baixa para o Eixo 2. Finalmente, um tema posicionado no Q1 apresenta relevância alta e no Q3 relevância baixa para os dois eixos, respetivamente (Figura 9).

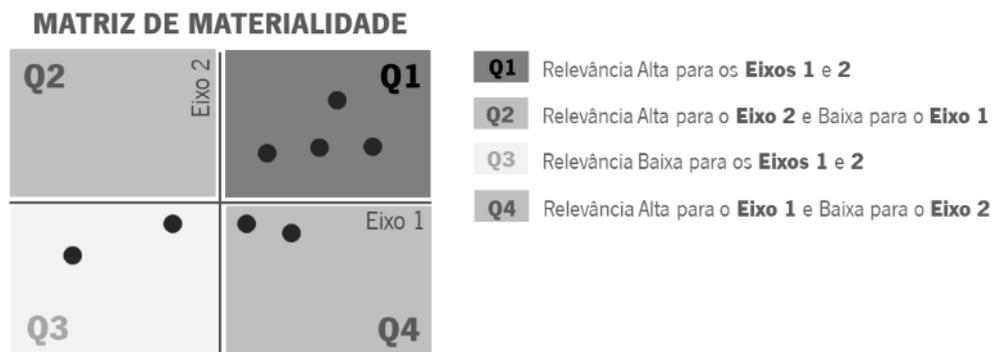


Figura 9 - Layout da Matriz de Materialidade.

FASE ⑦ – Tópicos Materiais

Nesta fase, e seguindo as orientações reportadas nas normas GRI (GRI, 2022b), foram identificados os 'tópicos materiais', também designados de 'temas críticos', para posterior gestão e análise crítica. Os tópicos materiais apresentam aspetos comuns entre si no facto de deterem uma relevância alta para ambos os eixos da organização. Nesse sentido, os temas identificados no quadrante Q1 da matriz de materialidade (Figura 9) são diretamente definidos como os tópicos materiais procurados. Todos estes tópicos são alvo de gestão na Fase 8.

FASE ⑧ – Gestão de Tópicos Materiais

Na última fase da Etapa A foram geridos os 'Tópicos Materiais', de acordo com as normas GRI (GRI 3, 2021). Os tópicos materiais são agrupados segundo a tipologia de impacto que estabelecem como, económicos, ambientais e sociais; e a eles são associadas as normas GRI universais (séries 1, 2 e 3), a norma GRI setorial respetiva (caso exista), e as normas GRI temáticas económicas, ambientais e sociais (séries 200, 300 e 400, respetivamente) (Figura 10). Simultaneamente, e de acordo com o tópico 3.3 da (GRI 3, 2021), são identificados os impactos positivos e negativos que a empresa detém, na atualidade, em cada tópico material, sendo explicada a forma como a organização faz a gestão de cada impacto relacionado.

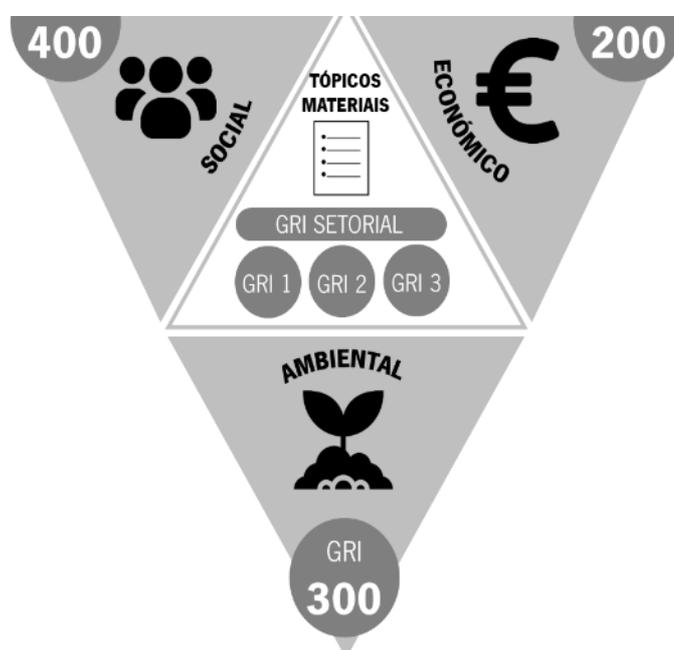


Figura 10 - Diagrama ilustrativo da gestão de tópicos materiais.

3.2.2 Etapa B - Elaboração do Relatório de Sustentabilidade

O índice de conteúdo GRI fornece uma visão geral das informações relatadas pela organização, ajudando as partes interessadas a descobrirem rapidamente as informações mais relevantes para elas (GRI 1, 2022; GRI 2, 2022). Nesse sentido, a construção do índice GRI torna-se uma parte importante da estruturação do RS, merecendo por isso atenção redobrada. A criação do índice GRI, como fase inicial de elaboração do RS, permite entender melhor qual o conteúdo essencial que deve ser desenvolvido no corpo do relatório (GRI 3, 2021).

Seguindo as ideias acima mencionadas, na Etapa B da metodologia sistematizada (Figura 8) composta pelas fases 9 e 10, foi inicialmente construído o Índice GRI, seguido da elaboração do RS da empresa.

FASE ⑨ – *Análise GRI*

Nesta fase são desenvolvidos os tópicos materiais identificados na Etapa A, através de informações e indicadores de desempenho, construindo-se o Índice GRI. A construção do Índice GRI segue o disposto na norma universal (GRI 1, 2022). O índice de conteúdo GRI apresenta quais as normas GRI que a organização utilizou. Fornece ainda uma visão geral das informações relatadas pela organização, expondo o local onde o leitor pode encontrar essas informações. Este índice apresenta também os números de referência GRI 'não aplicáveis' para a empresa, descrevendo o(s) motivo(s) dessa omissão.

FASE ⑩ – *Relatório de Sustentabilidade (RS)*

Na última fase da metodologia aplicada é estruturado o RS da empresa. Para isso, são examinadas as orientações da GRI, no sentido de compreender como a empresa deve relatar as suas práticas no seu RS, em conformidade com essas orientações, tendo em conta os tópicos materiais obtidos.

3.3 Empresa em Estudo

3.3.1 A AF Vilas Boas, Lda.

A AF é uma PME do setor têxtil industrial especializada no fabrico de bordados industriais e aplicações têxteis, sendo uma referência atual no mercado têxtil e do calçado. A empresa surgiu em 1996 com a designação em nome próprio de "António Figueiredo Vilas Boas". Em 2001 surge a A.F. Vilas Boas - Malhas e Bordados, Lda. com a constituição da sociedade entre António Vilas Boas, esposa e filhos, possuindo um cariz familiar. A estrutura do quadro dirigente desta empresa é expressa, atualmente, pelo sócio gerente António Vilas Boas e pelos filhos Paulo e César Vilas Boas.

Com o passar dos anos, o crescimento do negócio levou à necessidade de aumentar progressivamente a área de produção da empresa. Inicialmente com uma área total de 750 m², seguido de um aumento para 1500 m² em 2014, em 2019 foi iniciada a construção de uma nova e maior unidade industrial, inaugurada em 2021 no decorrer da comemoração do 25^o aniversário da empresa. Atualmente, a AF está localizada em Vila F. S. Pedro, no concelho de Barcelos, dispendo de uma área total de 3920 m², composta por três pisos e dividida por três setores. Para além da área da produção, os três pisos possuem espaços reservados a zonas de armazenamento, oficina, balneários, gabinetes de trabalho, zonas de refeição e lazer, receção, salas de atendimento, salas de reuniões, sala de formação, gabinete médico e showroom (Figura 11).



Figura 11 - Fachada exterior da atual unidade industrial da AF Vilas Boas, Lda.

Com mais de 25 anos no mercado, a empresa tem uma vasta carteira de clientes, na sua maioria nacionais, contribuindo indiretamente para as exportações do país, com produções destinadas, quase na sua totalidade, ao mercado externo internacional, donde fazem parte marcas de referência e de renome.

Graças à sua capacidade de inovação e a um esforço de atualização constantes, num mercado dominado pela evolução tecnológica, a empresa tem vindo a investir em equipamentos novos e sofisticados de modo a poder diferenciar-se no mercado, prestar o melhor serviço aos seus clientes e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores (AF Vilas Boas, 2022).

3.3.2 Produtos e Serviços

Apesar de estar registada legalmente como empresa de produção de malhas e bordados, desde 1996 a AF dedica-se exclusivamente ao fabrico de todo o tipo de bordados industriais e aplicações têxteis, onde tudo é feito de forma exclusiva à medida de cada cliente. As soluções em bordados são desenvolvidas desde a raiz até à sua conceção final, sempre com o compromisso de aplicar os melhores materiais, e com particular cuidado nos acabamentos e pormenores que personalizam as ideias dos seus clientes (Figura 12).

3.3.3 Processos de Produção

De modo a poder produzir bordados e aplicações têxteis com máxima definição, e a potenciar o máximo de combinações e técnicas possíveis numa só peça, a empresa conta com uma vasta gama de sistemas de bordar de última geração, desde máquinas de bordado tradicional, ponto alto, ponto cadeia, *fuwari*, aplicação de lantejoulas, cordão, missangas, vidrilhos; máquinas de bordar bonés e peças já confeccionadas, máquinas de alta frequência, máquinas de corte a laser, máquinas de fabrico e aplicação

de transferes e tachas, e ainda prensas manuais e pneumáticas. Os atuais processos produtivos da empresa englobam o descrito nos pontos seguintes (AF Vilas Boas, 2022).



Figura 12 - Bordado em missangas produzido pela AF Vilas Boas, Lda.

Bordadura

- Produção de bordados com recurso a linhas ou fios de bordar (exemplo de técnicas: ponto alto, ponto cadeia, ponto tradicional, *fuwari*, entre outros...)
- Aplicação de componentes têxteis como lantejoulas, missangas, vidrilhos, cordões e fitas

Corte a Laser

- Produção de aplicações têxteis
- Criação de efeitos de corte no bordado
- Gravação a laser de peças

Transferes

- Fixação de pedras, tachas e outros componentes

Prensagem Térmica

- Alisamento do bordado por ação da pressão e temperatura da prensa
- Eliminação de entretelas termocolantes de reforço do bordado
- Aplicação de transferes

Acabamento

- Eliminação de imperfeições no bordado, como aparamento linhas soltas
- Redução de excesso de entretelas de reforço do bordado

3.3.4 Certificações

O âmbito do SGQ da AF visa a “fabricação de bordados, corte laser e colocação de aplicações têxteis”, considerando e garantindo a satisfação de todas as partes interessadas, incluindo os colaboradores, clientes e fornecedores, relativamente às atividades exercidas pela empresa, numa perspetiva de melhoria contínua do desempenho do seu SGQ, como fator decisivo para o sucesso no setor têxtil. A organização pretende, por isso, ser uma referência no mercado. Para tal, deve garantir padrões e certificações de qualidade muito rigorosos, que respondam às necessidades atuais das várias partes interessadas.

Atualmente, a empresa possui as seguintes certificações (AF Vilas Boas, 2022):

- Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001:2015
- STANDARD 100 by OEKO-TEX®
- GOTS - *Global Organic Textile Standard*
- OCS - *Organic Content Standard*

A empresa não faz parte ainda do grupo de empresas relatoras de RS, contudo tem essa meta estabelecida para o ano 2022. A construção do primeiro RS da empresa será a um passo importante na sua demarcação no mercado têxtil no âmbito da sustentabilidade.

4. RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Contextualização da Organização

Para a definição de cada grupo de *stakeholders* da empresa foi implementado um modelo de categorização que envolveu o contributo da organização. Esse modelo permitiu criar grupos e subgrupos, a partir dos *stakeholders* já definidos no SGQ da empresa, nomeadamente, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade.

A estrutura de *stakeholders* da AF foi dividida em dois grupos de entidades intervenientes com relações comuns entre si: o grupo da 'Cadeia de Valor' e o grupo da 'Sociedade'. No primeiro grupo fazem parte os intervenientes diretos da Cadeia de Valor da empresa, nomeadamente os 'clientes', 'colaboradores' e 'fornecedores'. No grupo da 'Sociedade', estruturado em três subgrupos, tomam parte as 'entidades financeiras' e a 'concorrência' a constituírem o subgrupo 'Mercado'; os 'poderes políticos e regulação' a definir o subgrupo 'Democracia'; e as 'ONGs', a 'comunidade local', a 'autarquia' de Barcelos, e os 'Media' a comporem o subgrupo 'Envolvente Social e Territorial' (Figura 13).

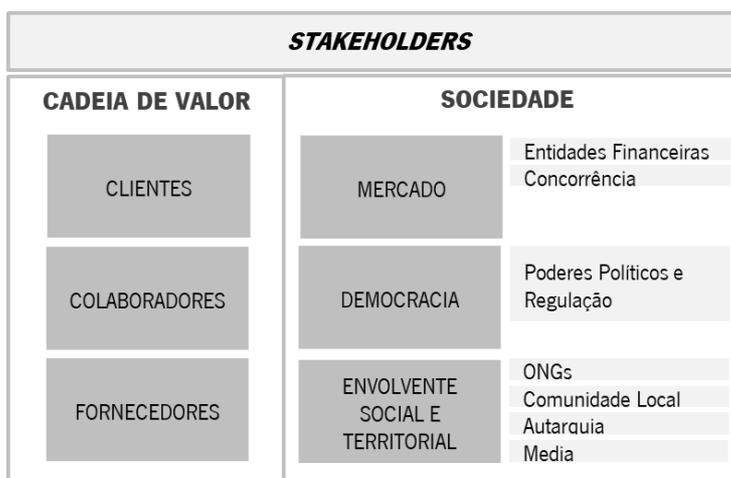


Figura 13 - Estrutura de Stakeholders da AF Vilas Boas, Lda.

Esta divisão dos *stakeholders* da empresa em dois grupos permitiu uma análise e identificação dos 'temas relevantes' mais pormenorizada e focada a cada entidade, levando dessa forma, a que todo o processo de Materialidade da AF fosse construído com maior rigor e imparcialidade.

Foram estabelecidos os eixos estratégicos de sustentabilidade para a organização: o 'Eixo *Stakeholders*' e o 'Eixo Negócio' (Figura 14). O 'Eixo *Stakeholders*' abrange por si só a estrutura dos *stakeholders* no ponto 4.1.1 definida. O 'Eixo Negócio', suporta a visão corporativa e holística das estratégias de negócio

da empresa, onde constam a ‘visão da administração’, as ‘metas e objetivos estratégicos’ delineados e ainda as ‘políticas internas e análise de risco’ por ela concebidas.

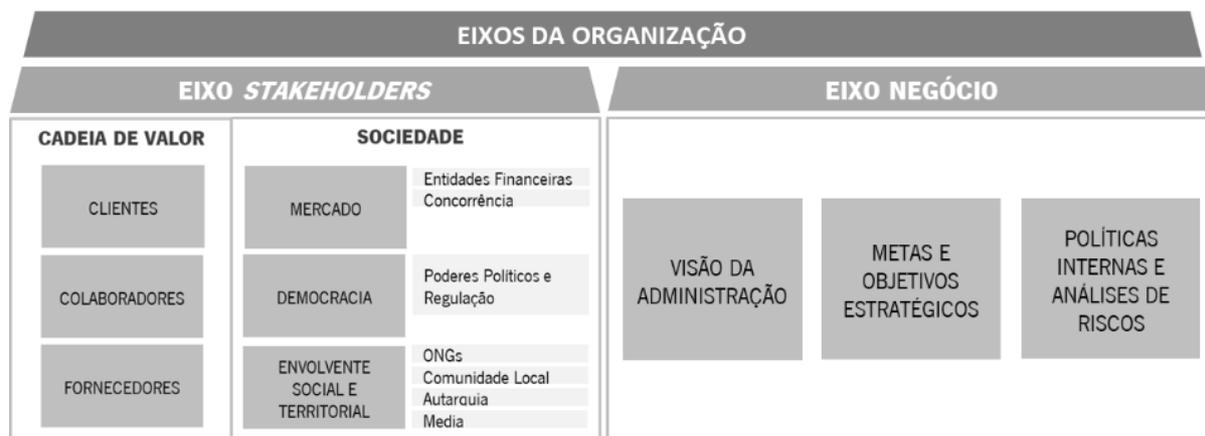


Figura 14 - Eixos estruturais da AF Vilas Boas, Lda.

A estruturação destes dois eixos da organização, funcionaram como pilares fulcrais para o desenvolvimento do processo de Materialidade da empresa, donde originaram os resultados apresentados nos pontos seguintes. De realçar que foram atribuídas iguais graus de importâncias de análise a cada um dos eixos, nunca prevalecendo um em detrimento do outro. Na visão da empresa, a não comunhão dos dois eixos, torna provável a insustentabilidade do negócio.

4.2 Identificação dos Impactos Positivos e Negativos

Foram identificados 25 impactos positivos e negativos à organização, assentes nos âmbitos económico, ambiental e social, sendo 16 deles impactos positivos, 2 impactos negativos reais e 7 impactos negativos potenciais. Todos estes impactos foram validados pelo Departamento da Qualidade da empresa, tendo em conta a sua atual relevância para a organização (Figura 15).

4.3 Avaliação de significância dos impactos

A avaliação de significância dos impactos negativos resultou de uma classificação dos riscos em dois níveis. Os impactos I5, I7, I11 e I23 foram avaliados com o nível 3-Médio. Os impactos I4, I13, I14, I16 e I22 com o nível 6-Alto. Todos estes impactos negativos transitaram para a etapa seguinte como ‘Temas Relevantes’ pelo facto da sua avaliação ser superior ou igual a 3, como definido na metodologia de avaliação de risco no SGQ da empresa. Cumprindo a mesma metodologia de avaliação definida, todos os impactos positivos transitaram diretamente para a etapa seguinte como ‘Temas Relevantes’ (Tabela 9 – Apêndice 1).

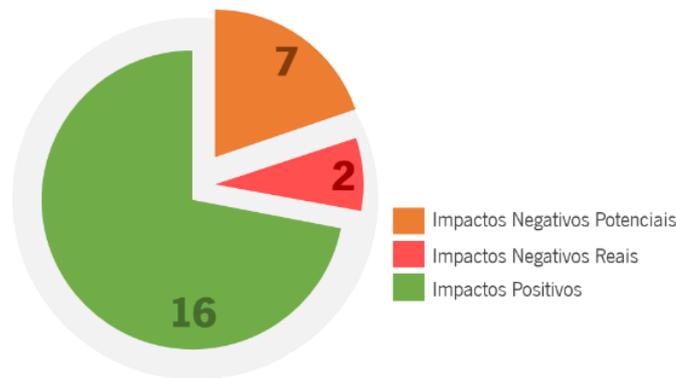


Figura 15 - Impactos positivos e negativos afetados à organização.

4.4 Identificação dos Temas Relevantes

Da identificação e avaliação dos impactos positivos e negativos foram obtidos 25 TR para este caso de estudo. Pelo facto de o número de temas ser consideravelmente alto e de modo a otimizar a determinação dos tópicos materiais, os 25 temas, assentes no âmbito ambiental, económico e social, foram organizados em 12 categorias de acordo com a Tabela 10 – Apêndice 2, onde é possível obter uma descrição pormenorizada de cada um dos TR.

4.5 Priorização dos Temas Relevantes

Para a recolha de dados foi estabelecida a amostragem apresentada na Tabela 7, onde é possível observar a quantidade de entidades ou elementos que foram analisados, distribuídos pelos dois eixos da organização.

Na análise ao eixo dos *stakeholders* foram utilizadas fontes diretas e indiretas para a recolha de dados. A seleção da população em análise, que compôs a amostra para cada grupo de *stakeholders* partiu do seu atual grau de relevância no setor têxtil, na sociedade em geral ou na cadeia de valor do negócio da empresa, de forma a elevar a credibilidade dos resultados obtidos. Nesse sentido, é importante que em cada novo RS elaborado a população a analisar seja revista.

Os dados referentes aos *stakeholders* do segmento da ‘Cadeia de Valor’ (clientes, fornecedores e colaborador) foram obtidos, sobretudo, através de reuniões, inquéritos e sugestões/reclamações recebidas (fontes diretas), e ainda de relatórios e informações via página oficial ou redes sociais (fontes indiretas). Para a aquisição de dados mais próximos da realidade foram utilizadas estratégias de amostragem para estes três grupos de *stakeholders*. Nesse sentido, tomaram-se em consideração os dados provenientes, entre os anos de 2019 e 2021, dos 20 maiores clientes por faturação da empresa,

dos 5 maiores fornecedores em termos de valor de compras efetuadas; e ainda dos inquéritos distribuídos a todos os seus colaboradores. Desta forma, a empresa otimiza a análise dos dados que possui, permitindo assim chegar a resultados direcionados diretamente para as entidades que mais contribuem para a cadeia de valor do negócio.

No que respeita ao segmento de *stakeholders* associado à ‘Sociedade’, partiu-se pela análise documental para a recolha de dados, com o recurso a fontes indiretas de modo exclusivo, nomeadamente, relatórios públicos, documentos normativos e regulamentares, *websites* e redes sociais, notícias, artigos informativos, e análise dados de navegação *Web Analytics*. Também neste segmento foram utilizadas estratégias de amostragem como o estudo de 5 das maiores empresas concorrentes ao negócio da AF e os 3 maiores bancos por ativos em Portugal no ano 2020 Tabela 11 – Apêndice 3.

Tabela 7 - Matriz corporativa 2021 da organização

		Âmbito	AMBIENTE			SOCIAL					ECONÓMICO				
		Temas	A1	A2	A3	S1	S2	S3	S4	S5	E1	E2	E3	E4	
		Categorias	Eficiência energética	Gestão Ambiental	Energias renováveis	Direitos Humanos	Envolvimento da Comunidade	Segurança	Satisfação de Serviço ao Cliente	Gestão de RH	Ética e Compliance	Comunicação e Transparência	Gestão de Fornecedores	Transformação Digital	
Stakeholders	Cadeia de Valor	Clientes	2,3	2,4	2,3	2,1	0,6	2,3	2,3	1,9	0,9	0,7	1,5	1,4	
		Fornecedores	2,4	2,4	1,8	0,6	0,6	0,6	2,7	1,8	1,1	0,6	2,4	1,2	
		Colaboradores	2	2	1	2	1	3	2	3	1,2	1	1	3	
	Mercado	Entidades Financeiras	2	1,89	2	1,3	2	0,2	2,5	0,9	2,4	2,3	0,7	1,3	
		Concorrência	3	3	0	0	0,6	3	2,1	1,9	0,5	0,3	1,2	0	
	Sociedade	Democracia	Poderes Públicos e Regulação	3	3	3	3	0	3	0	1,8	3	1,5	0	3
		Envolvente Social e Territorial	Associações do Setor/ ONGs	2,6	2,8	2,6	2,6	0,8	2,1	1,7	1,7	1,6	0,8	0	1,9
	Comunidade Local		1	0,3	0	1	0	1	0	0,6	0,6	0	0	0	
	Autarquias		3	2	0	3	3	3	3	1,2	1,8	1,5	0	3	
			Media	3	2,5	2,3	1,5	0	0,4	0	0,6	1,1	0,4	0	0,8
Negócio	Metas e Objetivos Estratégicos		3	2	2	2	1	2	3	3	1,2	1	2	3	
	Visão da Administração		3	2	2	3	1	2	3	2,8	1,8	2	2	3	
	Políticas e Análises de Risco		2	3	3	3	1	3	3	3	2,2	3	3	2	

Relativamente ao eixo do Negócio, para a obtenção de dados recorreu-se a fontes de informação diretas e indiretas, nomeadamente com reuniões e entrevistas estabelecidas com a administração da empresa (fontes diretas) e ainda através do estudo de relatórios de auditoria (anos de referência: 2019-2021), relatório da qualidade (ano de referência: 2021) certificados de conformidade GOTS®, OEKO-TEX Standard 100®, OCS® e ISO 9001®; avaliação de riscos e oportunidades (ano de referência: 2021); políticas e normas internas; metas e objetivos da empresa para 2022; relatórios de consumo de água e energia; e o Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) de 2021 (fontes indiretas).

Após os resultados obtidos da recolha de dados a todas as entidades e elementos envolvidos no processo de amostragem foi construída a 'Matriz Corporativa' apresentada na Tabela 7. Da análise à matriz é possível verificar que em determinados temas existe consonância de relevância entre as várias entidades ou elementos analisados. É o caso dos temas A1 (Eficiência Energética) e A2 (Gestão Ambiental) que, de forma genérica, apresentam um grau de relevância média-alta entre as várias entidades e elementos.

4.6 Matriz de Materialidade

Da 'Matriz Corporativa' foi possível efetuar o cruzamento da relevância dos temas para a sociedade e para o negócio, construindo assim a 'Matriz de Materialidade' apresentada na Figura 16. Analisando a matriz é possível verificar a seguinte distribuição de relevância:

- S2 – Tema com Relevância Baixa para o Eixo *Stakeholders* e o Eixo Negócio
- A3, E1, E2 e E3 – Temas com Relevância Baixa para o Eixo *Stakeholders*, mas Relevância Alta para o Eixo Negócio
- A1, A2, E4, S1, S3, S4 e S5 – Temas com Relevância Alta para o Eixo *Stakeholders* e o Eixo Negócio

De realçar que grande parte dos temas de âmbito social tem relevância alta para os dois eixos da organização, assim como os temas de âmbito ambiental, o que pode querer indicar que existe uma atual importância ou uma tendência recente dada do setor têxtil a questões que respondam aos requisitos destas duas áreas de atuação.

4.7 Tópicos Materiais

Todos os tópicos materiais obtidos no decorrer da aplicação da metodologia foram validados pela administração da empresa, tendo em conta os resultados obtidos e a sua atual relevância e exequibilidade para a organização. Nesse sentido, e tendo em conta os resultados obtidos na 'Matriz de

materialidade', a AF considerou assim, no cumprimento das diretrizes da (GRI 3, 2021), que todos os temas resultantes da avaliação de materialidade com relevância alta para o eixo dos *Stakeholders* e relevância alta para o eixo do Negócio são oficialmente 'Tópicos materiais', fazendo assim parte do seu primeiro RS referente ao ano 2021. Dos tópicos materiais presentes neste relatório fazem parte os tópicos sociais S1, S3, S4 e S5; os tópicos ambientais A1 e A2; e o tópico económico E4 (Tabela 8)

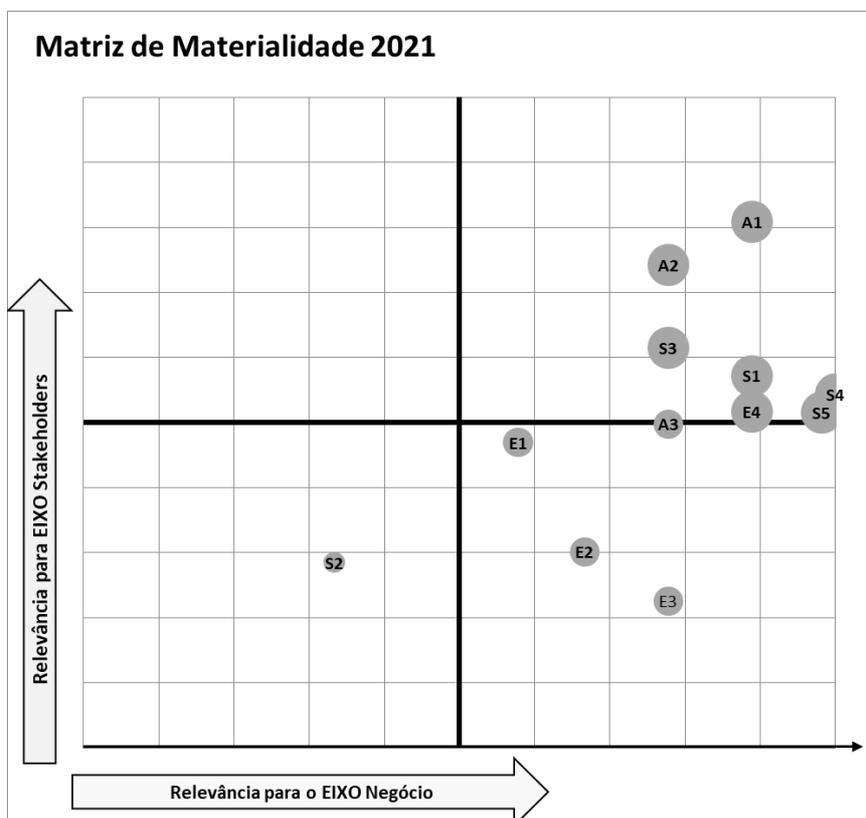


Figura 16 - Matriz de Materialidade 2021 da organização.

Para cada tópico material obtido foram definidas as normas GRI específicas a serem desenvolvidas no RS e no Índice GRI respetivo, a título de indispensabilidade. Em simultâneo, a gestão de cada tópico material, com a respetiva identificação e gestão dos impactos, foi devidamente apresentada (Tabela 8).

4.8 Gestão dos Tópicos Materiais

Foi construída a Tabela 8 com a identificação dos tópicos materiais a serem incorporados e desenvolvidos no RS 2021 da empresa, com a identificação e gestão dos impactos associados a cada tópico. Paralelamente foram identificadas as normas GRI específicas para o cumprimento dos requisitos normativos. Os resultados obtidos nesta tabela serviram como conteúdo de organização e preparação para a construção do índice GRI.

Tabela 8 - Tópicos Materiais 2021 afetos à organização

Âmbito	Tópicos Materiais 2021		Gestão dos Tópicos Materiais (GRI 3.3)		Normas GRI Específicas
			Identificação dos Impactos	Gestão dos Impactos	
Ambiental	A1	Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção "O nosso Impacto") 	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção "A nossa Gestão") Índice GRI 	2-22; 302
	A2	Gestão Ambiental			2-22; 301; 302; 303; 304; 305; 306; 307; 308
Social	S1	Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção "O nosso Impacto") 	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção "A nossa Gestão") Índice GRI 	411; 412
	S3	Segurança			403; 410; 416
	S4	Satisfação de Serviço ao Cliente			416; 418
	S5	Gestão de RH			2-19; 2-20; 2-21; 2-28; 2-26; 2-30; 401; 402; 403; 404; 405; 406; 407; 408; 409; 410
Económico	E4	Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção "O nosso Impacto") 	<ul style="list-style-type: none"> RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção "A nossa Gestão") Índice GRI 	201; 204

4.9 Índice GRI

O Apêndice 5 contém o Índice GRI com todos os indicadores de desempenho exequíveis, correspondente ao RS 2021 apresentado no Apêndice 4. O Índice GRI foi construído tendo por base os tópicos materiais identificados. A tabela GRI apresenta os desenvolvimentos e os indicadores de desempenho dos vários tópicos materiais, tendo em conta os vários padrões universais e setoriais normativos. No índice GRI estão também indicadas as diferentes partes do RS que se relacionam com os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), decorrentes da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

4.10 Relatório de Sustentabilidade

O Apêndice 4 apresenta o RS 2021 da AF. O RS é constituído por quatro secções, subdivididas em quinze tópicos temáticos. A primeira secção do relatório aborda a estrutura e governação da empresa, com a análise objetiva da relação da organização com os seus *stakeholders* e a sua abordagem na ótica da ética, transparência e inclusão. A segunda secção apresenta a gestão de risco seguida pela empresa,

com os resultados alcançados no âmbito da materialidade. O desempenho económico, social e ambiental da organização surge desenvolvido na terceira secção do relatório, culminando com a apresentação das políticas instituídas pela empresa nos vários pilares da sustentabilidade, com o respetivo 'Índice GRI', na quinta e última secção do RS.

5. CONCLUSÕES

Neste capítulo procura-se descrever o processo global realizado para a elaboração do RS de 2021 da AF e os principais desafios encontrados durante o desenvolvimento desta dissertação. Por último, são propostas ações de melhoria para a elaboração de futuros RS da empresa, bem como sugestões de promoção de melhoramento do desempenho da AF em matéria de sustentabilidade.

5.1 Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi desenvolver o primeiro relatório de sustentabilidade da AF, tendo em consideração a última atualização das Normas GRI, decorrentes do ano 2021. Dessa forma, procurou-se avaliar o desempenho da empresa no âmbito da sustentabilidade e, nesse sentido, estabelecer um procedimento padrão para o processo de avaliação de materialidade, que possa servir de ferramenta de auxílio também para outras PME's do setor têxtil, na elaboração de futuros RS.

Para a AF a sustentabilidade não era um conceito desconhecido antes da construção do seu primeiro RS. Na verdade, a empresa possui no seu espólio, desde 2020, a certificação GOTS, um referencial líder a nível mundial de processamento de produtos têxteis orgânicos, que define critérios ambientais e sociais de elevado nível em toda a cadeia de fornecimento, transformação e fabrico, onde a sustentabilidade toma um papel de extrema importância. Por outro lado, é notório o conhecimento sobre esta temática, quer por parte da gestão de topo, quer por parte dos colaboradores da empresa. Nesse sentido, verificou-se uma ampla aceitação à ideia de construção do primeiro RS da empresa por parte dos vários intervenientes e responsáveis internos.

De forma a criar um mecanismo facilitador para a construção de RS futuros e aproveitar o trabalho já desenvolvido pela empresa no âmbito da sustentabilidade foi desenvolvida uma metodologia de ajuste à avaliação da materialidade sugerida pela atualização de 2021 das Normas GRI, o que implicou recorrer a várias fontes diretas e indiretas de informação, onde a análise de conteúdos e referências em relatórios de sustentabilidade do setor têxtil tomou um papel importante.

O principal desafio com o qual este trabalho se viu confrontado foi encontrar uma amostragem significativa mínima de relatórios de sustentabilidade do setor, para efetuar estudos de comparação e segregação de dados que permitissem delinear uma metodologia de avaliação de materialidade moldada ao setor. A ausência de RS segundo as normas GRI de empresas têxteis portuguesas e a falta de literatura nacional, dentro da área de atuação, que aborde esta questão foram outras das principais limitações

confrontadas nesta dissertação. Nesse sentido, foi necessário construir uma metodologia própria tendo em linha de conta matrizes de materialidade de RS de outras empresas, com a limitação de estas seguirem, entre si, disposições muito diferentes, uma vez que as normas GRI são na sua essência diretrizes e não fornecem uma via única e exata para a construção de um RS. Outra limitação crítica detetada foi a subjetividade inerente às avaliações de materialidade seguidas nos variados RS analisados. No geral, as organizações publicam no RS as suas matrizes de avaliação de materialidade mas não explicam pormenorizadamente como alcançaram determinados resultados e/ou conclusões. Esta situação dificulta a análise de comparabilidade entre relatórios, que deveria ser um dos princípios básicos para a estruturação de um RS.

Verificou-se que alguns dos tópicos materiais determinadas para a AF, que refletem questões de grande importância para a organização, não estão abrangidos ou diretamente abrangidos nas diretrizes das GRI. É o caso do tópico S4 – Satisfação do Cliente e do tópico E4 – Transformação Digital. Esta situação cria dificuldades adicionais ao processo de construção do RS, uma vez que sendo difícil associar normas específicas GRI a um tópico material, limita a adequada identificação e gestão de impactos, respeitando assim o disposto na GRI 3.3. Em geral, o quadro das normas GRI detêm a maior parte da informação necessária para relatar contudo, verificou-se que alguns tópicos materiais não estão abrangidos por estas normas, o que demonstra a necessidade de o GRI poder vir a alargar as suas diretrizes futuramente.

Em síntese, é possível concluir que os objetivos propostos para o presente trabalho de dissertação foram alcançados, detendo a AF, atualmente, uma metodologia padronizada e organizada para desenvolver futuros RS próprios. Mais se destaca o reforço da imagem da empresa no mercado ao apostar na construção do seu primeiro RS. Com cada vez mais importância e influência no setor têxtil, a AF apresenta, no ano 2022, a sua aposta na sustentabilidade mais reforçada, manifestando crescimento, credibilidade e inovação aos seus *stakeholders*.

5.2 Investigações Futuras

No decurso do trabalho de investigação foram identificadas algumas práticas para futuras melhorias de desempenho de sustentabilidade e construção de RS na organização. Deste modo, respeitando o progresso de atualização das normas GRI, destacam-se as seguintes ações de melhoria:

- Rever periodicamente a lista de impactos positivos e negativos á organização, numa perspetiva de melhoria contínua, tendo em consideração os resultados e os erros identificados no processo

de materialidade do RS anterior. Esta revisão trará maior confiabilidade e integridade ao novo RS da organização.

- Obter verificação externa para futuros RS. Isto dará garantias de confiabilidade às partes interessadas que analisam o relatório, em como os compromissos que são assumidos são efetivamente suportados pela empresa.
- Aliar a construção e gestão do Relatório de Sustentabilidade da empresa ao seu relatório anual da Qualidade, decorrente do seu Sistema de Gestão da Qualidade, certificado segundo a ISO 9001. Isto permitirá evitar duplicar possíveis informações, poupar tempo e recursos e, simultaneamente, tornar o RS mais fortalecido ao nível de reporte de informações aos seus *stakeholders*.
- Apostar num SGI - Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Ambiente, Responsabilidade Social e Segurança e Saúde do Trabalho) de modo a otimizar os seus processos internos, reforçando a sua credibilidade e confiança perante os seus *stakeholders*.
- Avaliar o posicionamento da empresa face ao cumprimento dos ODS, estabelecendo metas e objetivos mensuráveis a alcançar até 2030, contribuindo assim, para o equilíbrio e modernidade da sociedade, gerando emprego e riqueza, respeitando, em simultâneo, a natureza e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AF Vilas Boas. (2022). *Website institucional*. AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda. Disponível em: www.afvilasboas.pt/, [acedido em 19/07/2022].
- Alhaddi, H. (2015). Triple Bottom Line and Sustainability: A Literature Review. *Business and Management Studies*, 1(2), 6. <https://doi.org/10.11114/bms.v1i2.752>
- ANIVÉC/APIV. (2022). Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção. Disponível em <https://www.anivec.com/>, [acedido em 10/07/2022]
- Ardi, G., Sasongko, G., Robiyanto, R., & Huruta, A. D. (2021). Determinants of Corporate Social Responsibility: Empirical Evidence from Sustainable and Responsible Investment Index. *Quality - Access to Success*, 22(183), 55–61.
- ATP [Associação Têxtil e Vestuário de Portugal]. (2019). Fashion from Portugal 4.0 - Directory 2019. ATP. Disponível em: <https://atp.pt/wp-content/uploads/2019/06/ATP-Diretorio-2019-1.pdf>, [acedido em 11/08/2022]
- ATP [Associação Têxtil e Vestuário de Portugal]. (2021). Contributo para um Plano Estratégico para o Setor Têxtil e Vestuário Português até 2030, ATP, Portugal
- Banco de Portugal. (2020). Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário. *Banco de Portugal*. Disponível em <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/publicacoes/1292>
- BarcP [Barcelos Popular]. (2022). Barcelos Popular, Seminário Regional Democrático e Independente. Disponível em <https://www.barcelos-popular.pt/>, [acedido em 22/07/2022]
- Belas, J., & Zvarikova, K. (2021). Triple bottom line of the CSR concept and its reporting. *21st International Scientific Conference Globalization and its Socio-Economic Consequences*, 129(07001). <https://doi.org/10.1051/shsconf/202112907001>
- Braccini, A., & Margherita, E. (2018). Exploring Organizational Sustainability of Industry 4.0 under the Triple Bottom Line: The Case of a Manufacturing Company. *Sustainability*, 11(1), 36. <https://doi.org/10.3390/su11010036>
- Brewer, M. K. (2019). Slow Fashion in a Fast Fashion World: Promoting Sustainability and Responsibility. *Laws*, 8(4), 24. <https://doi.org/10.3390/laws8040024>

- Bürklin, N. (2019). Institutional enhancement of consumer responsibility in fashion. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, 23 (1), 48–65. <https://doi.org/10.1108/JFMM-02-2018-0022>
- Carp, M., Păvăloaia, L., Afrăsinei, M.-B., & Georgescu, I. (2019). Is Sustainability Reporting a Business Strategy for Firm's Growth? Empirical Study on the Romanian Capital Market. *Sustainability*, 11(3), 658. <https://doi.org/10.3390/su11030658>
- Carungu, J., Molinari, M., Nicolò, G., Pigatto, G., & Sottoriva, C. (2022). Implementing SDGs and Mandatory Non-financial Reporting in Corporate Practices: Insight from an Italian Global Player. In: Cinquini, L., De Luca, F. (eds) *Non-financial Disclosure and Integrated Reporting. SIDREA Series in Accounting and Business Administration*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-90355-8_3
- CGIP [Consumer Guidance Institute Portugal]. (2020). Consumer Guidance Institute Portugal. Disponível em: <https://www.cgip.pt/consumer-infos/os-maiores-bancos-de-portugal/>, [acedido em 22/07/2022]
- CMB [Câmara Municipal de Barcelos]. (2022). Município de Barcelos. Disponível em: <https://www.cm-barcelos.pt/>, [acedido em 22/07/2022]
- Correia, M. S. (2019). Sustainability: An Overview of the Triple Bottom Line and Sustainability Implementation. *International Journal of Strategic Engineering*, 2(1),29-38. <http://doi.org/10.4018/IJoSE.2019010103>
- Costa, C., Azoia, N., Silva, C., & Marques, E. (2020). Textile Industry in a Changing World. *U.Porto Journal of Engineering*, 6(2), 86–97. https://doi.org/10.24840/2183-6493_006.002_0008
- de Villiers, C., la Torre, M., & Molinari, M. (2022). The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). *Pacific Accounting Review*. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2022-0034>
- DGAE. (2018). Sinopse - Indústria Têxtil e Vestuário. Disponível em: <https://www.dgae.gov.pt/gestao-de-ficheiros-externos-dgae-ano-2019/sinopse-textil-vestuario-17-04-2019.aspx>, [acedido em 13/08/2022]
- DRP [Diário da República Portuguesa]. (2022). *Diário da República Portuguesa*. Disponível em <http://www.dre.pt/>, [acedido em 22/07/2022]

- Eccles, R. G., Krzus, M., & Tapscott, D. (2015). One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy. *John Wiley & Sons*.
- Elkington, J. (1994). Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review*, 36(2), 90–100. <https://doi.org/10.2307/41165746>
- ERFAG. (2021). Proposals for a Relevant and Dynamic EU Sustainability Reporting Standard-setting. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/210308-report-efrag-sustainability-reporting-standard-setting_en.pdf , [acedido em 22/07/2022]
- Ethical Trading Initiative. (2019). About ETI. Ethical Trading Initiative. Disponível em: <https://www.ethicaltrade.org/about-eti> , [acedido em 22/07/2022]
- EURATEX. (2022). EURATEX - European Apparel and Textile Confederation. Disponível em: <https://euratex.eu/>, [acedido em 22/07/2022]
- European Commission. (2019). The European Green Deal sets out how to make Europe the first climate-neutral continent by 2050, boosting the economy, improving people's health and quality of life, caring for nature, and leaving no one behind. *European Commission*. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_19_6691 [acedido em 22/07/2022]
- Evans, S., Vladimirova, D., Holgado, M., van Fossen, K., Yang, M., Silva, E. A., & Barlow, C. Y. (2017). Business Model Innovation for Sustainability: Towards a Unified Perspective for Creation of Sustainable Business Models. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 597–608. <https://doi.org/10.1002/bse.1939>
- Freeman, R. E. (2010). Strategic Management. *Cambridge University Press*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139192675>
- Freitas, B. F. G. de, & Freire, F. D. S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13399
- Gacek, J. and Jochelson, R., eds. (2022), Green Criminology and the Law. *Palgrave*.

- GOTS (2022). Global Organic Textile Standard. *GOTS*. Disponível em: <https://global-standard.org/>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI (2022a). A Short Introduction to the GRI Standards. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/media/wtaf14tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI (2022b). Download the Standards. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI (2022c). GRI raises the global bar for due diligence and human rights reporting. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/news/news-center/gri-raises-the-global-bar-for-due-diligence-and-human-rights-reporting/>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI (2022d). Our mission and history. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI (2022e). The global standards for sustainability reporting. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI1 (2022). GRI 1: Foundation 2021. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI2 (2022). GRI 2: General Disclosures 2021. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>, [acedido em 22/07/2022]
- GRI3 (2021). *GRI 3: Material Topics 2021*. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>, [acedido em 22/07/2022]
- Hák, T., Janoušková, S., & Moldan, B. (2016). Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. *Ecological Indicators*, 60, 565–573. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.08.003>
- IAPMEI. (2022). Agência para a Competitividade e Inovação: informações Setoriais - Setor Têxtil e Vestuário. *Agência Para a Competitividade e Inovação*. Disponível em: <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Industria-e-Sustentabilidade/Informacao-Setorial.aspx>, [acedido em 13/07/2022]
- IFRS. (2022). IFRS Foundation and GRI to align capital market and multi-stakeholder standards to create an interconnected approach for sustainability disclosures. *International Financial Reporting*

- Standards*. Disponível em: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/03/ifrs-foundation-signs-agreement-with-gri/>, [acedido em 13/078/2022]
- IIRC. (2011). Towards Integrated Reporting. *Communicating Value in the 21st Century*. Disponível em: http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf, [acedido em 13/078/2022]
- IIRC. (2013). The International < IR > Framework. Disponível em: <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>, [acedido em 13/078/2022]
- Islam, M. M., Perry, P., & Gill, S. (2021). Mapping environmentally sustainable practices in textiles, apparel and fashion industries: a systematic literature review. *Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal*, 25(2), 331–353. <https://doi.org/10.1108/JFMM-07-2020-0130>
- Jeffrey D. Sachs. (2015). The Age of Sustainable Development. *Columbia University Press*.
- JornalT. (2022). *Jornal T*. Disponível em: JT. <https://jornal-t.pt/>, [acedido em 13/078/2022]
- KPMG International. (2020). *The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020*.
- Krawczyk, P. (2021). Non-Financial Reporting—Standardization Options for SME Sector. *Journal of Risk and Financial Management*, 14(9), 417. <https://doi.org/10.3390/jrfm14090417>
- Księżak, P., & Fischbach, B. (2018). Triple Bottom Line: The Pillars of CSR. *Journal of Corporate Responsibility and Leadership*, 4(3), 95. <https://doi.org/10.12775/JCRL.2017.018>
- Lombardi Netto, A., Salomon, V. A. P., Ortiz-Barrios, M. A., Florek-Paszowska, A. K., Petrillo, A., & de Oliveira, O. J. (2021). Multiple criteria assessment of sustainability programs in the textile industry. *International Transactions in Operational Research*, 28(3), 1550–1572. <https://doi.org/10.1111/itor.12871>
- Lu, Y., Nakicenovic, N., Visbeck, M., & Stevance, A.-S. (2015). Policy: Five priorities for the UN Sustainable Development Goals. *Nature*, 520(7548), 432–433. <https://doi.org/10.1038/520432a>
- Lutge, C., & Uhl, M. (2021). Business Ethics: An Economically Informed Perspective. *Oxford University Press*.
- Malyan, R. S., & Duhan, P. (2021). Green Consumerism: Perspectives, Sustainability, and Behavior (1st ed.). *Apple Academic Press*.

- McGrath, S. K., & Whitty, S. J. (2017). Stakeholder defined. *International Journal of Managing Projects in Business*, *10*(4), 721–748. <https://doi.org/10.1108/IJMPB-12-2016-0097>
- Mio, C. (2020). Integrated reporting: the state of the art of Corporate Reporting. *Revista Contabilidade & Finanças*, *31*(83), 207–211. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202090330>
- Masum, M., Hasan, M., Miraz, M., Tuhin, K., & Chowdhury, A. (2020). Factors Affecting the Sustainability Reporting, Evidence from Bangladesh. *International Journal of Mechanical and Production Engineering Research and Development*, *10*(3), 8323–8338. <https://doi.org/10.24247/ijmperdjun2020792>
- Moiescu, O.-I., & Gică, O.-A. (2020). The Impact of Environmental and Social Responsibility on Customer Loyalty: A Multigroup Analysis among Generations X and Y. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*(18), 6466. <https://doi.org/10.3390/ijerph17186466>
- Musova, Z., Musa, H., & Matiova, V. (2021). Environmentally responsible behaviour of consumers: Evidence from Slovakia. *Economics & Sociology*, *14*(1), 178–198. <https://doi.org/10.14254/2071-789X.2021/14-1/12>
- Niinimäki, K., Peters, G., Dahlbo, H., Perry, P., Rissanen, T., & Gwilt, A. (2020). The environmental price of fast fashion. *Nature Reviews Earth & Environment*, *1*(4), 189–200. <https://doi.org/10.1038/s43017-020-0039-9>
- Nogueira, E., Gomes, S., & Lopes, J. M. (2022). The Key to Sustainable Economic Development: A Triple Bottom Line Approach. *Resources*, *11*(5), 46. <https://doi.org/10.3390/resources11050046>
- Nurse, A. (2022). *Cleaning Up Greenwash: Corporate Environmental Crime and the Crisis of Capitalism. Lexington Books.*
- Orzes, G., Moretto, A. M., Moro, M., Rossi, M., Sartor, M., Caniato, F., & Nassimbeni, G. (2020). The impact of the United Nations global compact on firm performance: A longitudinal analysis. *International Journal of Production Economics*, *227*, 107664. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2020.107664>
- Parry, A. (2018). Sustainability is no longer an option but an imperative. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d5c571e4-47c3-11e8-8ee8-cae73aab7ccb>, [acedido em 13/08/2022)

- Pemer, F., Börjeson, L., & Werr, A. (2020). The role of chief executive tenure for public organizations' hiring of management consultants. *Governance*, *33*(2), 269–285. <https://doi.org/10.1111/gove.12422>
- Perello-Marin, M. R., Rodríguez-Rodríguez, R., & Alfaro-Saiz, J.-J. (2022). Analysing GRI reports for the disclosure of SDG contribution in European car manufacturers. *Technological Forecasting and Social Change*, *181*, 121744. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.121744>
- Phillips, R., Freeman, R. E., & Wicks, A. C. (2003). What Stakeholder Theory is Not. *Business Ethics Quarterly*, *13*(4), 479–502. <https://doi.org/10.5840/beq200313434>
- PORDATA. (2022). PORDATA – Base de Dados do Portugal Contemporâneo. PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>, [acedido em 22/07/2022]
- Portugal Têxtil. (2021a). A inegável sustentabilidade da ITV. Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/a-inegavel-sustentabilidade-da-itv/>, [acedido em 22/07/2022]
- Portugal Têxtil. (2021b.). Sustentabilidade norteia Vilartex. Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/sustentabilidade-norteia-vilartex/>, [acedido em 22/07/2022]
- Portugal Têxtil. (2022a). Tintex avança na sustentabilidade com aWaRe. Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/tintex-avanca-na-sustentabilidade-com-aware/>, [acedido em 22/07/2022]
- Portugal Têxtil. (2022b). TMG inova com sustentabilidade. Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/tmg-inova-com-sustentabilidade/>, [acedido em 22/07/2022]
- PTex. (2022). Portugal Têxtil. Disponível em: <https://www.portugaltexil.com/>, [acedido em 22/07/2022]
- Rather, L. J., Shabbir, M., & Haji, A. (2021). Sustainable Practices in the Textile Industry (L. J. Rather, M. Shabbir, & A. Haji, Eds.). *Wiley*. <https://doi.org/10.1002/9781119818915>
- Salomão, K. (2020). Indústria da moda é responsável por até 10% das emissões de CO₂. *Revista Exame*. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/uma-nova-roupa-para-o-futuro>, [acedido em 22/07/2022].
- Shi, L., Han, L., Yang, F., & Gao, L. (2019). The Evolution of Sustainable Development Theory: Types, Goals, and Research Prospects. *Sustainability*, *11*(24), 7158. <https://doi.org/10.3390/su11247158>

- Silva, D. (2021). The fight against greenwashing in the European Union. *UNIO – EU Law Journal*, 7(2), 124–137. <https://doi.org/10.21814/onio.7.2.4029>
- Singh, A., & Trivedi, A. (2016). Sustainable green supply chain management: trends and current practices. *Competitiveness Review*, 26(3), 265–288. <https://doi.org/10.1108/CR-05-2015-0034>
- Sneddon, C., Howarth, R. B., & Norgaard, R. B. (2006). Sustainable development in a post-Brundtland world. *Ecological Economics*, 57(2), 253–268. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.04.013>
- Spangenberg, J. H. (2005). Economic sustainability of the economy: concepts and indicators. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 47. <https://doi.org/10.1504/IJSD.2005.007374>
- TexE. (2022). Textile Exchange. TE. Disponível em: <https://textileexchange.org/>, [acedido em 22/07/2022].
- Tjahjadi, B., Soewarno, N., & Mustikaningtyas, F. (2021). Good corporate governance and corporate sustainability performance in Indonesia: A triple bottom line approach. *Heliyon*, 7(3), e06453. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e06453>
- UE. (2014). *Diretiva 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho* (Vol. 2). União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32014L0095> [acedido em 22/07/2022].
- United Nations. (2022). Sustainable Development Goals. *United Nations*. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>, [acedido em 22/07/2022].
- VRF. (2022). IIRC and SASB form the Value Reporting Foundation, providing comprehensive suite of tools to assess, manage and communicate value. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/news/iirc-and-sasb-form-the-value-reporting-foundation-providing-comprehensive-suite-of-tools-to-assess-manage-and-communicate-value/>, [acedido em 22/07/2022].
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*.
- World Wildlife Fund. (2019). World Wildlife Fund. 2019. Sustainable Agriculture. *Cotton*. WWF. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/industries/cotton/>, [acedido em 22/07/2022].
- Zhou, H. (2009). The simple thought of sustainable development and practice in ancient China (12th ed.). *Li Lun Dao Bao*.

APÊNDICE 1 – AVALIAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DOS IMPACTOS

Tabela 9 - Avaliação de significância dos impactos positivos e negativos

Impactos													
Âmbito	Tópicos		Nº	Descrição Geral	Origem	Fonte	Tipologia			Significância			TR
							IP	RN	PN	G	P	A	
Ambiental	A1	Eficiência Energética	I1	Aposta na eficiência energética.	I, E	(1); (2)	X			-	-	-	●
	A2	Gestão Ambiental	I2	Utilização sustentável de recursos hídricos.	E	(2)	X			-	-	-	●
			I3	Redução, reutilização e reciclagem de materiais.	I, E	(2); (3)	X			-	-	-	●
			I4	Contaminação de resíduos na sua origem.	I, E	(1); (2); (3)		X	3	2	6	●	
	A3	Energias Renováveis	I5	Alterações climáticas.	I, E	(1); (2)		X	3	1	3	●	
Económico	E1	Comunicação e Transparência	I6	Partilha de informações relevantes para os <i>stakeholders</i>	E	(2)	X			-	-	-	●
			I7	Alterações regulatórias desfavoráveis no desempenho financeiro/operacional da empresa.	I, E	(1); (2)		X	3	1	3	●	
	E2	Ética e <i>Compliance</i>	I10	Denúncia de comportamentos não éticos ou ilegais	I, E	(2); (4)	X			-	-	-	●
			I11	Condutas ilícitas dos colaboradores e/ou administradores da empresa	I	(5)		X	3	1	3	●	
			I12	Sensibilização e comunicação da ética empresarial	E	(2)	X			-	-	-	●
			I13	Violação de privacidade dos dados dos <i>stakeholders</i> .	I	(1)		X	3	2	6	●	
			I14	Doenças infecciosas de disseminação rápida.	I, E	(1), (2)		X	3	2	6	●	
	E3	Gestão de Fornecedores	I15	Procedimentos justos e rigorosos para a seleção de fornecedores	I	(1)	X			-	-	-	●
	E4	Transformação Digital	I25	Integração de tecnologia digital	I	(1)	X			-	-	-	●
	Social	S1	Direitos Humanos	I8	Cumprimento dos direitos humanos.	I, E	(2); (4)	X			-	-	-
S2		Envolvimento da Comunidade	I9	Empregabilidade qualificada e não	E	(2)	X			-	-	-	●

Impactos													
Âmbito	Tópicos		Nº	Descrição Geral	Origem	Fonte	Tipologia			Significância			TR
							IP	RN	PN	G	P	A	
				qualificada da comunidade local									
S3	Gestão de Recursos Humanos	I16	Dificuldade de atração de colaboradores especializados e retenção de talentos.	I, E	(1); (2)			X	3	2	6	●	
		I17	Capacitação de colaboradores na aquisição de novas competências com a aplicação de formações.	I, E	(2); (4)	X			-	-	-	●	
		I18	Garantia de satisfação dos colaboradores.	I, E	(2); (4)	X			-	-	-	●	
		I19	Atribuição de compensações ou benefícios aos colaboradores.	I	(4)	X			-	-	-	●	
		I20	Direitos legais entre o empregador e o colaborador	E	(2)	X			-	-	-	●	
S4	Satisfação do Serviço ao Cliente	I21	Satisfação do cliente.	I	(6)	X			-	-	-	●	
		I22	Reclamações dos <i>stakeholders</i> .	I	(6)			X	3	2	6	●	
S5	Segurança	I23	Incidentes e doenças profissionais.	I, E	(2); (4)			X	3	1	3	●	
		I24	Melhoria da Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores	I, E	(2); (4)	X			-	-	-	●	

Legenda: IP-Impacto Positivo; RN-Impacto Real Negativo; PN-Impacto Potencial Negativo; G-Gravidade; P-Probabilidade; A-Avaliação; TR-Tema Relevante; I-Interna, E-Externa; (1)-SGQ da AF; (2)-Tópico Material de RS de organizações do setor têxtil; (3)-Política Ambiental da AF; (4)-Política de Responsabilidade Social da AF; (5)-Regulamento Interno da AF; (6)-Política da Qualidade da AF.

APÊNDICE 2 – TEMAS RELEVANTES

Tabela 10 - Temas Relevantes identificados no caso de estudo

Nº	Tema	Categoria	Âmbito	Descrição	Impacto
T1	Eficiência Energética	Eficiência Energética	Ambiental	Medidas para melhorar a eficiência energética da empresa. Desenvolvimento de iniciativas de eficiência energética junto dos <i>stakeholders</i> , nomeadamente em ações de sensibilização para a utilização de recursos energéticos eficientes.	I1
T2	Gestão de Recursos Hídricos	Gestão Ambiental	Ambiental	Ações de otimização da utilização de recursos hídricos, garantindo a monitorização contínua do desempenho da empresa.	I2
T3	Economia Circular	Gestão Ambiental	Ambiental	Economia eficiente no uso de recursos e materiais. Redução, reutilização e reciclagem de materiais e recursos nas operações, atividades, produtos e serviços da empresa.	I3
T4	Prevenção da Poluição	Gestão Ambiental	Ambiental	Ações de prevenção da poluição. Gestão de resíduos utilizados nas operações e/ou presentes nos produtos que representam um risco substancial e potencial à saúde pública ou ao meio ambiente.	I4
T5	Promoção da Energia Renovável	Energias Renováveis	Ambiental	Medidas para promoção do consumo de energias renováveis, prevenindo o risco de emissões e consequente redução da pegada de carbono da empresa.	I5
T6	Comunicação e Transparência	Comunicação e Transparência	Económico	Medidas para maior disponibilidade da empresa em partilhar informações relevantes na área com todos os seus <i>stakeholders</i> .	I6
T7	Transparência fiscal	Comunicação e Transparência	Económico	Clarificação dos riscos associados ao impacto das alterações regulatórias no desempenho financeiro/operacional da empresa.	I7
T8	Respeito pelos Direitos Humanos	Direitos Humanos	Social	Ações que garantam o cumprimento dos direitos humanos.	I8
T9	Desenvolvimento das comunidades	Envolvimento da Comunidade	Social	Promoção da empregabilidade qualificada e não qualificada da comunidade local.	I9
T10	Gestão de reclamações éticas	Ética e <i>Compliance</i>	Económico	Mecanismos eficazes de denúncia de comportamentos não éticos ou ilegais para os diferentes grupos de <i>stakeholders</i> .	I10
T11	Risco de Corrupção/Suborno/Fraude	Ética e <i>Compliance</i>	Económico	Medidas para evitar e minimizar riscos associados a condutas ilícitas dos colaboradores e/ou administradores da empresa	I11
T12	Promoção e capacitação de uma cultura ética na empresa	Ética e <i>Compliance</i>	Económico	Medidas internas de sensibilização e comunicação da ética empresarial, incluindo junto dos prestadores de serviços.	I12

Nº	Tema	Categoria	Âmbito	Descrição	Impacto
T13	Privacidade e Segurança da Informação	Ética e <i>Compliance</i>	Económico	Ações de promoção dos direitos de privacidade dos <i>stakeholders</i> , garantindo os requisitos de confidencialidade e proteção da informação e a redução dos riscos de violação de dados.	I13
T14	Doenças infecciosas	Ética e <i>Compliance</i>	Económico	Medidas para minimizar o risco de propagação de doenças infecciosas de disseminação rápida, que causam problemas de saúde pública e perturbações económicas.	I14
T15	Seleção e Relação com fornecedores	Gestão de Fornecedores	Económico	Procedimentos justos e rigorosos para a seleção de fornecedores. Valorização das práticas de sustentabilidade dos fornecedores na comparação de produtos e serviços.	I15
T16	Atratividade e retenção de talentos	Gestão de RH	Social	Ações que reduzam o risco na captação de colaboradores especializados e retenção daqueles que apresentam competências valiosas para a organização. Práticas de meritocracia e justiça remuneratória.	I16
T17	Formação e desenvolvimento	Gestão de RH	Social	Capacitação dos colaboradores na aquisição de novas competências, na aplicação de formações, programas de progressão na carreira, bolsas de estudo, etc.	I17
T18	Satisfação dos colaboradores	Gestão de RH	Social	Mecanismos que garantam a satisfação dos colaboradores.	I18
T19	Compensação e benefícios	Gestão de RH	Social	Iniciativas que promovem a atribuição de compensações ou benefícios aos colaboradores, sejam de natureza financeira, médica, entre outros.	I19
T20	Direitos Laborais	Gestão de RH	Social	Ações de promoção dos direitos legais que regulam a relação entre o empregador e o colaborador.	I20
T21	Satisfação e Serviço ao Cliente	Satisfação do Serviço ao Cliente	Social	Melhoria dos processos que promovam a satisfação do cliente. Melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade da empresa.	I21
T22	Gestão de queixas e reclamações	Satisfação de Serviço ao Cliente	Social	Canais e mecanismos que permitam a comunicação e a gestão de reclamações dos clientes. Ações que promovam a diminuição do risco de reclamações.	I22
T23	Incidentes e doenças profissionais	Segurança	Social	Implementação de medidas para a eliminação ou minimização de ocorrência de incidentes e doenças profissionais nos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros.	I23
T24	Segurança nas instalações	Segurança	Social	Promoção da higiene e segurança das instalações quer para os colaboradores, quer para os visitantes da empresa, sejam eles clientes, fornecedores ou qualquer outra entidade.	I24
T25	Transformação Digital	Transformação Digital	Económico	Integração de tecnologia digital tanto na produção como na criação de valor para os	I25

Nº	Tema	Categoria	Âmbito	Descrição	Impacto
				clientes, estando também associada ao contexto de sustentabilidade ambiental.	

APÊNDICE 3 – FONTES DE INFORMAÇÃO

Tabela 11 - Fontes de informação consultadas

			FONTES DE INFORMAÇÃO											
			Diretas					Indiretas						
			Amostragem	Reuniões	Inquéritos	Entrevistas	Fóruns	Sugestões/ Reclamações	Informações e Relatórios	Regulamentação Nacional e Internacional	Estudos e Relatórios Públicos	Análise de Dados ('Web Analytics')	Websites/ Redes	Notícias e <i>Opinion Makers</i>
EIXO Stakeholders	Cadeia de Valor	Clientes	(1)	X	X			X	X				X	
		Fornecedores	(2)	X	X			X	X				X	
		Colaboradores	(3)	X	X			X						
	Sociedade	Mercado	Entidades Financeiras	(4)					X	X	X		X	
			Concorrência	(5)					X				X	X
	Sociedade	Democrática	Poderes Públicos e Regulação	(6)						X				
			Associações do Setor/ ONGs	(7)					X	X	X		X	X
			Comunidade Local	(8)					X			X		
			Autarquias	(9)						X			X	
	Sociedade	Envolvente Social e Territorial	<i>Media</i>	(10)					X	X			X	X
Metas e Objetivos Estratégicos			(11)					X						
EIXO Negócio	Visão da Administração		(12)	X		X		X						
	Políticas e Análises de Risco		(13)					X						

(1) 20 maiores clientes/faturação (€) entre o período 2019-2021

(2) 5 maiores fornecedores/compras (€) entre o período 2019-2021

(3) 107 inquéritos de satisfação/colaborador distribuídos no período entre 2019-2021

(4) 3 maiores bancos por ativos em Portugal 2020 (CGD, Millenium BCP e Santander)(CGIP, 2020).

(5) 5 maiores empresas concorrentes

(6) Consulta e acesso de documentos normativos e regulamentares no 'Diário da República' em www.dre.pt(DRP, 2022).

(7) 8 Associações e ONGs: ATP; ANIVEC; IAPMEI; CITEVE; Portugal Têxtil; GOTS; Textile Exchange(ANIVEC/APIV, 2022; ATP, 2021; GOTS, 2022; IAPMEI, 2022; PTex, 2022; TexE, 2022).

(8) Análise de dados de navegação *Web Analytics* com recuo ao Google TRENDS para o Distrito de Braga

(9) Autarquia de Barcelos(CMB, 2022).

(10) 4 Jornais e Bases Estatísticas: Jornal T; Barcelos Popular; PORDATA; EURATEX(BarcP, 2022; EURATEX, 2022; JornalT, 2022; PORDATA, 2022).

(11) Relatórios da Qualidade (2019, 2020 e 2021)

(12) Reuniões e entrevistas com os representantes da Administração + Relatórios da Qualidade

(13) Relatórios da Qualidade (2019, 2020 e 2021) + Políticas e normas Internas + Avaliação de Riscos

APÊNDICE 4 – RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2021



Sobre este Relatório

A AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda. (adiante designada AF), é uma organização que resulta de uma sociedade por cotas, com sede na Rua da Etar, nº331, Vila Frescaíña (S. Pedro), em Barcelos, matriculada na Conservatória do Registo Predial/ Comercial de Barcelos, com a matrícula nº4188/20010712.

A AF é uma PME do setor têxtil industrial especializada no fabrico de bordados industriais e aplicações têxteis, sendo uma referência atual no mercado têxtil e do calçado, operando, essencialmente, direta e indiretamente para os mercados Europeu e Americano.

O Relatório de Sustentabilidade (RS) da AF foi elaborado de acordo com as normas constantes da *Global Reporting Initiative 2021* (GRI Standards), com o objetivo de relatar, de forma transparente, o desempenho da organização no ano abrangido, nas diferentes dimensões da sustentabilidade, com especial foco nos temas materiais. Este relatório encontra-se ainda suportado e em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade da empresa certificado desde 2016, segundo o referencial ISO 9001.

Alguma da informação de sustentabilidade apresentada neste relatório, segue ainda diretrizes de orientação voluntárias, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pela Organização das Nações Unidas.

Estrutura

Global Reporting Initiative (GRI)

Este relatório foi construído em conformidade com as mais recentes Normas Universais GRI, atualizadas no ano 2021.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

Pautamos a nossa gestão de materialidade de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU que inclui as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico e ambiental), com o fim de promover a paz, a justiça e a eficácia dentro e fora das organizações.

Período e Frequência

O presente relatório de 2021 abrange o período de atividades de 1 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021. A AF tem a pretensão de elaborar anualmente um relatório de sustentabilidade que contemple a sustentabilidade estratégia, políticas, objetivos, e os resultados de desempenho das suas operações.

Opinião e Contactos

A sua opinião é importante para nós.

Entre em contacto connosco e deixe-nos as suas questões, críticas ou sugestões através do endereço:

qualidade@afvilasboas.pt

01

A EMPRESA

- 1.1 - Mensagem da Administração
- 1.2 - Sobre a AF Vilas Boas
- 1.3 - Modelo do Negócio e Governação
- 1.4 - Relacionamento com os *Stakeholders*
- 1.5 - Ética, Transparência e Inclusão

02

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

- 2.1 - Gestão de Risco
- 2.2 - Materialidade
- 2.3 - Contributos para os ODS

Índice

03

DESEMPENHO

- 3.1 - Desempenho Ambiental
- 3.2 - Desempenho Social
- 3.3 - Desempenho Económico

04

ANEXOS

- 4.1 - Políticas AF
- 4.2 - Certificações
- 4.3 - Reconhecimentos e Iniciativas
- 4.4 - Índice GRI

1

A Empresa

1.1 - Mensagem da Administração

1.2 - Modelo do Negócio

1.3 - Gestão de *Stakeholders*

1.4 - Principais Eventos 2021

1.1 - Mensagem da Administração

Em momentos de instabilidade como aqueles que vivemos, a responsabilidade por contribuir para a construção de um planeta Terra sustentável é cada vez mais importante. Todos temos um papel a desempenhar na transformação da nossa sociedade. Uma transformação positiva em defesa dos valores de preservação da Natureza e do respeito pelos Direitos Humanos.

A AF, ao longo destes 25 anos de existência, tem vindo continuamente a diferenciar-se pela inovação, empenho e profissionalismo que dedica a todos os serviços e produtos que desenvolve, nunca descartando a importância de avaliar e assumir os impactos das suas atividades na sustentabilidade do nosso planeta.

Somos uma empresa têxtil, pautada pela modernização constante do seu equipamento produtivo, reconhecida pela aposta na **QUALIDADE** e **SUSTENTABILIDADE** certificadas, assim como pelo respeito atribuído à **Responsabilidade Social** e **Ambiental** inerentes à nossa organização.

Estamos atentos aos desafios que o futuro nos reserva, encarando-o com grande expectativa. Com a nossa experiência continuaremos focados em criar valor superior para os nossos *stakeholder*, assegurando que a AF continuará a contribuir para um futuro melhor e para a prosperidade da humanidade.

A Administração

AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021



— António Vilas Boas — Maria Silva — César Vilas Boas — Paulo Vilas Boas



"Estamos atentos aos desafios que o futuro nos reserva, encarando-o com grande expectativa"



AF VILAS BOAS

MALHAS & BORDADOS, LDA.

25
anos
1996 | 2021

1.2 Sobre a AF Vilas Boas

A empresa foi fundada em 1996 com a designação em nome próprio de "António Figueiredo Vilas Boas".

Em **2001** surge a A.F. Vilas Boas - Malhas e Bordados, Lda. com a constituição da sociedade entre António Vilas Boas, esposa e filhos, possuindo um cariz familiar.

Com o passar dos anos, o crescimento do negócio levou à necessidade de aumentar progressivamente a área de produção da empresa. Inicialmente com uma área total de 750 m², seguido de um aumento para 1500 m² em **2014**.

Em **2021** foi inaugurada uma nova e maior unidade industrial, no decorrer da comemoração do 25º aniversário da empresa.

Atualmente, a AF está localizada em Vila Frescaíinha (S. Pedro), no concelho de Barcelos, dispendo de uma área total de 3920 m², composta por três pisos e dividida por três setores. Para além da área da produção, os três pisos possuem espaços reservados a zonas de armazenamento, oficina, balneários, gabinetes de trabalho, zonas de refeição e lazer, receção, salas de atendimento, salas de reuniões, sala de formação, gabinete médico e *showroom*.

AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021

Com mais de 25 anos no mercado, a empresa tem uma vasta carteira de clientes, na sua maioria nacionais, contribuindo indiretamente para as exportações do país, com produções destinadas, quase na sua totalidade, ao mercado externo, donde fazem parte marcas de referência e de renome.

Graças à sua capacidade de inovação e a um esforço de atualização constantes, num mercado dominado pela evolução tecnológica, a empresa tem vindo a investir em equipamentos novos e sofisticados de modo a poder diferenciar-se no mercado, prestar o melhor serviço aos seus clientes e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores.



1.3 Modelo do Negócio e Governação

A AF tem como principal foco os setores têxtil, vestuário e calçado, oferecendo diversos produtos e serviços especializados, de valor acrescentado, nas mais variadas áreas de negócio: bordados industriais, cortes *laser*, aplicações têxteis e transferes.



AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021

A AF assegura a rastreabilidade dos produtos desde a chegada das matérias-primas até à expedição do produto final, seguindo o disposto no seu Sistema da Qualidade da empresa, certificado desde **2016**, de acordo com a norma **ISO 9001**. Ao longo do sistema é possível seguir a localização de qualquer produto por todas as etapas que ele atravessa, como produção, acabamento e expedição, até chegar ao cliente final, atuando como uma ferramenta de comunicação para garantir a conexão de toda a informação sobre o produto ao longo de toda a cadeia de fornecimento.

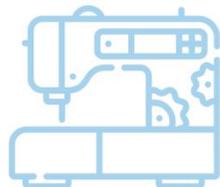
São também efetuados, através de procedimentos rigorosos, análises de conformidade dos produtos ao longo de toda a cadeia de valor, através de inspeções que seguem critérios rigorosos de avaliação de conformidade, com o objetivo de impedir a chegada de produtos não conformes ao cliente. Todos os produtos não conformes detetados internamente são alvo de tratamento para avaliar a sua recuperação, de modo a evitar o desperdício de recursos, promovendo assim a sustentabilidade do nosso planeta.

A governação da AF apoia e suporta as atividades empresariais diárias, contribuindo para o crescimento sustentável da empresa. Existe um claro compromisso de assumir a responsabilidade de cumprimento dos regulamentos legais aplicáveis às atividades da organização, no âmbito da ética empresarial, criando continuamente valor e respeitando os interesses dos seus *stakeholders*.

A governação da AF é composta por quatro sócios, e ainda por gestores de departamentos e/ou setores da AF. Por esta razão, decorrem mensalmente reuniões internas com estes membros, com o objetivo de comunicar a situação atual dos assuntos relativos aos diferentes departamentos e/ou setores da empresa. Através da cooperação entre todos, é possível alcançar uma melhor resolução dos problemas e uma tomada de decisões mais responsável. Assim, cada membro contribui ativamente para a estratégia e melhoria da organização.

Mais informações em:

-  www.afvilasboas.pt
-  [facebook/afvilasboas](https://facebook.com/afvilasboas)
-  [instagram/afvilasboas](https://instagram.com/afvilasboas)
-  [linkedin/afvilasboas](https://linkedin.com/company/afvilasboas)



— Produtos & Serviços da AF

1.4 Relacionamento com os Stakeholders

Para a AF o relacionamento com os seus **stakeholders** é um fator fundamental na forma como conduz as suas atividades e o seu negócio. A empresa promove um conjunto de ferramentas que permitem criar mecanismos de comunicação entre as várias partes.

Estes mecanismos permitem responder às expectativas das várias partes interessadas, permitindo que a AF consiga consolidar relações de confiança, aumentar a transparência, e ainda identificar possíveis riscos e oportunidades para o seu negócio.

Cadeia de Valor

Melhorar o desempenho das operações em toda cadeia de valor das suas áreas de negócio é um ponto fulcral para a AF. Nesse sentido, a empresa investe em assegurar o controlo de qualidade dos produtos e serviços em toda a cadeia de valor. De forma a assegurar a satisfação dos clientes, colaboradores e demais *stakeholders*, a AF aplica metodologias de medição da satisfação, que permitem parametrizar o sucesso e o impacto da empresa e do valor criado na cadeia de valor.

Sociedade

Ao trabalhar em áreas distintas, e adotando medidas mais éticas, a empresa tem um impacto positivo não só na sua cadeia de valor, mas também na sociedade. A AF tem o seu foco na criação de valor, assente num desempenho económico com resultados positivos, tendo presentes os impactos diretos e indiretos na sociedade onde se insere.



Comunicação

O envolvimento com os nossos *stakeholders* está no coração da estratégia de negócio da AF. São eles que moldam a forma de fazer um negócio responsável. Para a AF, o relacionamento com os *stakeholders* é uma peça chave na forma como conduz as suas atividades e o seu negócio. A empresa promove um conjunto de ferramentas (ex: inquéritos) que permitem não só ouvir e comunicar, mas também responder às expectativas de todas as partes interessadas. É nestas formas de interação que a AF procura consolidar as relações de confiança e aumentar a transparência, identificando possíveis riscos e oportunidades para o seu negócio. É esta visão que pretendemos transmitir no nosso envolvimento com todos os *stakeholders*.



— Máquina de Bordar Industrial

AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021



1.5 Ética, Transparência e Inclusão

A AF tem uma abordagem de gestão assente em princípios de ética, integridade e inclusão com todos os seus *stakeholders* que direta ou indiretamente fazem parte das várias fases de atividade ao longo da sua cadeia de valor. Esta abordagem é essencial para que a empresa promova a criação sustentada de valor, que leve à satisfação e proteção de todos os intervenientes.

A AF desenvolve políticas que garantam a transparência e a integridade das suas práticas, bem como a sensibilização dos colaboradores pelos valores da ética no negócio, permitindo atuar em conformidade com a lei, as normas internas e as várias regulamentações legais nesta matéria.

A promoção da inclusão, através da diversidade e da igualdade de oportunidades, entendidas como o reconhecimento, o respeito e a valorização das diferenças entre as pessoas, são também princípios seguidos e carimbados nas regulamentações internas da empresa.

No âmbito da ética, transparência e inclusão merecem relevo a lista de diplomas apresentados nesta página, criados e implementados pela empresa desde o ano 2018, e nos quais estão pautados os princípios fundamentais.

- Código de Ética e de Conduta;
- Regulamento Interno
- Política de Privacidade
- Política da Qualidade
- Política Ambiental
- Política de Responsabilidade Social
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho



— Sala de Lazer e Convívio

2

Abordagem Estratégica

2.1 - Gestão de Risco

2.2 - Materialidade

2.3 - Contributos para os ODS

2.1 - Gestão de Risco

A AF assume a responsabilidade e o dever de realizar a gestão dos riscos inerentes à sua atividade, aos quais os seus *stakeholders* se encontram expostos. Neste sentido, a empresa considera essencial investir na melhoria contínua do seu Sistema de Gestão da Qualidade, certificado segundo o referencial ISO 9001, dispondo por isso de um sistema ágil e robusto de controlo e gestão de riscos, de modo a responder às diferentes situações que a empresa se encontra exposta.

A empresa procura construir diariamente um negócio que respeite e preserve as três dimensões importantes do conceito de sustentabilidade: **ambiental, social e económica**.

Ambiente



- Uso responsáveis dos recursos
- Eficiência energética
- Utilização de recursos renováveis

Social



- Saúde, segurança e Bem-estar
- Envolvimento com os *Stakeholders*
- Defesa dos Direitos Humanos

Económico



- Ética e *compliance*
- Comunicação e transparência
- Transformação digital



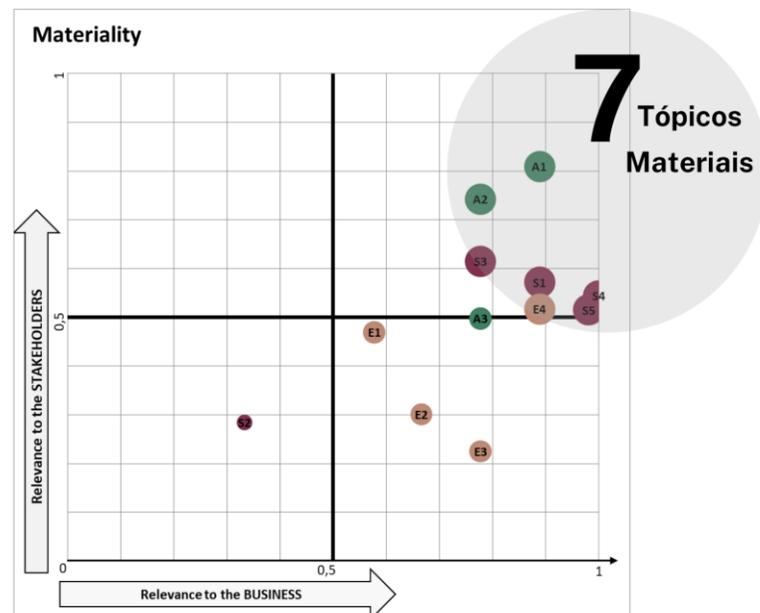
A AF identificou impactos positivos e negativos relacionados com os seus *stakeholders* e, simultaneamente, com o seu negócio, tendo por base áreas de atuação dentro das três dimensões da sustentabilidade. Estas áreas contemplam, por exemplo, o uso eficiente de recursos, a defesa dos direitos humanos ou ainda questões de ética, transparência e comunicação.

2.2 - Materialidade

A Análise de Materialidade

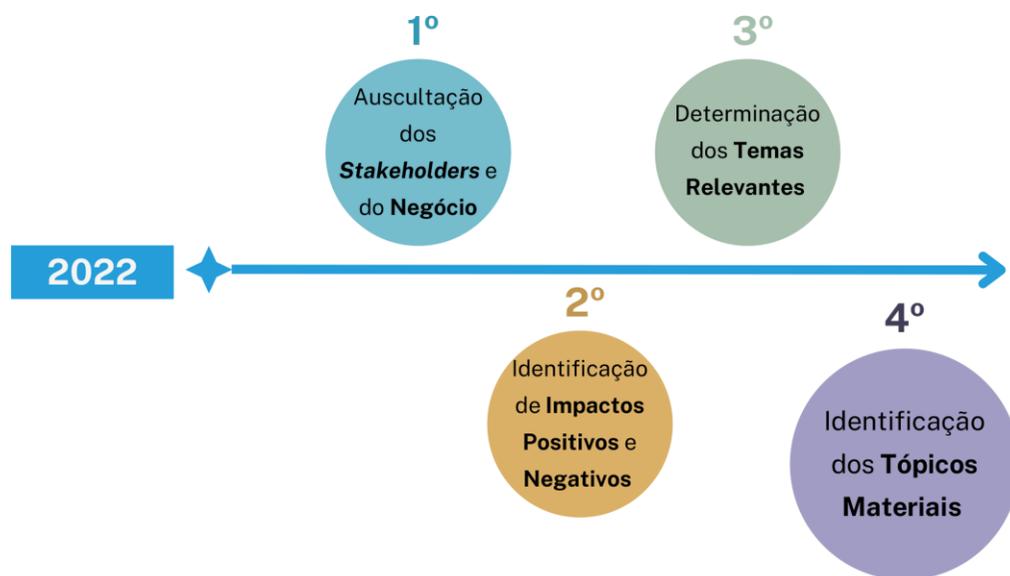
A obtenção de tópicos materiais é o resultado de um processo abrangente e profundo, desenvolvido no âmbito de uma análise de materialidade realizada em 2022, com o envolvimento dos *stakeholders* da empresa. Trata-se de um processo de auscultação, e de reflexão estratégica, que culminou com a obtenção de uma lista de 7 tópicos materiais, que estão na origem dos dois eixos estratégicos da AF.

Foram definidos dois eixos estratégicos de sustentabilidade para a organização: o 'Eixo Stakeholders' e o 'Eixo Negócio'. O 'Eixo Stakeholders' abrange por si só a estrutura de organização dos vários *stakeholders* da empresa. O 'Eixo Negócio', suporta a visão corporativa e holística das estratégias de negócio da organização.



Os nossos tópicos materiais

Os tópicos materiais da AF foram identificados tendo por base os temas relevantes para o seu negócio e os seus *stakeholders*. Os tópicos materiais foram divididos nas três áreas apresentadas pelo conceito *Triple Bottom Line*, que fornecem orientações para a medição e avaliação do desempenho de uma organização na ótica do desenvolvimento sustentável: **ambiental, social e económico**.



1ª ANÁLISE DE MATERIALIDADE AF

Realizada em 2022, com base numa auscultação ao negócio e aos *Stakeholders*.

Âmbito	Tópicos Materiais	
Ambiental	A1	Eficiência energética
	A2	Gestão Ambiental
Social	S1	Direiros Humanos
	S3	Segurança
	S4	Satisfação de Serviço ao Cliente
	S5	Gestão de RH
Económico	E4	Transformação Digital

2.3 - Contributos para os ODS

A AF está empenhada em contribuir para a Agenda 2030 das Nações Unidas, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para isso, pretende alinhar a sua estratégia com estes objetivos, assumindo a sua responsabilidade enquanto empresa no cumprimento destas metas globais.

O nosso objetivo é minimizar o nosso impacto negativo e maximizar a contribuição positiva em todas as áreas cobertas pelos ODS, com foco nos nossos objetivos materiais.



Os ODS foram divididos em dois grupos de aplicação, tendo em conta a materialidade afeta à AF:

- **Prioritários:** ODS para os quais a empresa está diretamente a contribuir de forma ativa.
- **Suporte:** ODS em que a empresa tem impacto de forma indireta.

Este exercício de identificação e escolha teve por base a análise de materialidade da empresa, com a respetiva identificação e avaliação dos seus tópicos materiais.

3 Desempenho

3.1 - Desempenho Ambiental

3.2 - Desempenho Social

3.3 - Desempenho Económico

3.1 - Desempenho Ambiental

● A1 - Eficiência Energética

O nosso impacto

O compromisso com a eficiência energética é um componente essencial do propósito corporativo da AF. O seu foco principal é a gestão responsável com vista a aumentar a contribuição para a criação de valor e o crescimento sustentável numa necessidade de transição para um mundo assente numa economia descarbonizada. O destino é alcançar o selo de empresa 100% autossustentável energeticamente num futuro que esperamos ser o mais próximo possível.

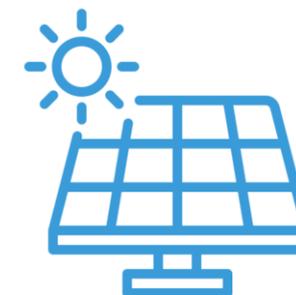
Como uma aposta bastante grande na produção e consumo de energia solar produzida internamente, direcionada para alimentar as suas máquinas, equipamentos, e até frota automóvel, a empresa procura cada vez mais a sua autossuficiência energética. Contudo, atualmente nem toda a energia produzida consegue satisfazer na totalidade a necessária para o seu funcionamento operacional.

A aposta em 2021 na área útil de painéis solares na sua nova unidade industrial é uma clara expressão do compromisso da AF com os seus objetivos na melhoria da eficiência energética.

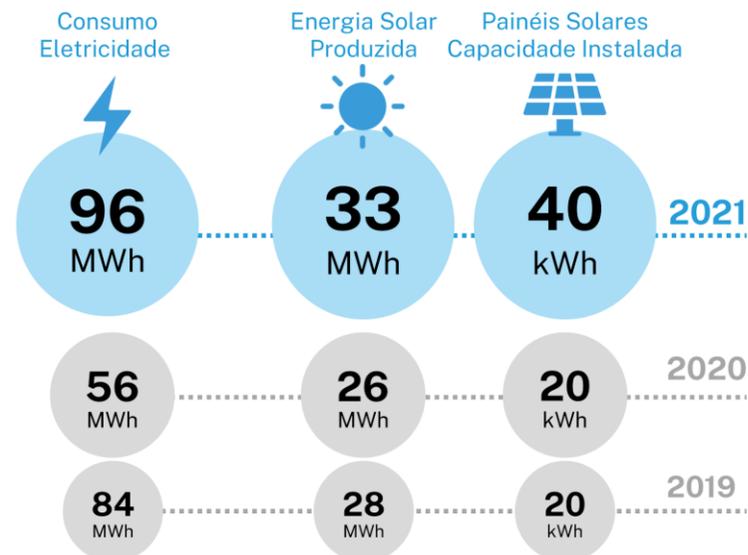
GRI 2-22; GRI 302



AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021



A nossa gestão*
GRI 302



*mais dados e informações no Índice GRI 2021 deste relatório.

● A2 - Gestão Ambiental

O nosso impacto

O gestão responsável dos recursos ambientais pela AF assenta na identificação e gestão dos recursos utilizados ao longo de todo o seu processo produtivo de forma a minimizar o seu impacte ambiental. Neste âmbito é realizada a identificação dos aspetos ambientais, com destaque para os seguintes aspetos: utilização de recursos, emissões atmosféricas e produção de resíduos.

Ciente dos impactos que gera no consumo de energia e na produção de resíduos sólidos e gasosos ao longo do processo produtivo, a AF vem aplicando, ao longo dos últimos anos medidas de redução de consumo e de uso mais eficiente dos recursos.

O reforço da área útil de painéis solares na sua unidade industrial foi uma das medidas para reduzir o impacto do consumo de energia. A reciclagem e/ou reutilização a 100% de cartão, plástico ou resíduos têxteis produzidos tem sido uma outra medida que tem vindo a ser adotada. A empresa vem assumindo a responsabilidade de estar continuamente atenta à aplicação de práticas adicionais que visam a proteção ambiental e a prevenção da poluição, num cumprimento permanente da sua "Política Ambiental".

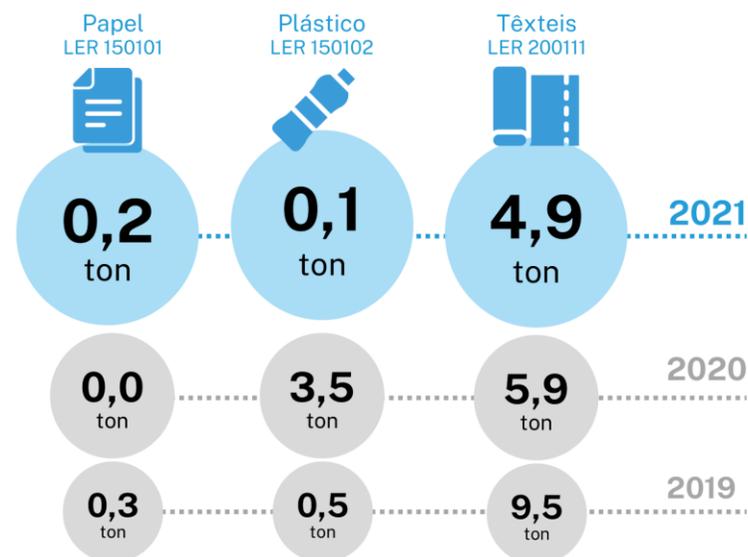
GRI 2-22; GRI 301-308



AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda.
Relatório de Sustentabilidade 2021



A nossa gestão* GRI 306



*mais dados e informações no Índice GRI 2021 deste relatório.

3.2 - Desempenho Social

● S1 - Direitos Humanos

O nosso impacto

Desde o ano 2019 que a AF vem construindo mecanismos que integram expressamente o compromisso de respeitar e promover os Direitos Humanos dentro e fora da organização. Procuramos cultivar os valores socioculturais, assim como o respeito pelos direitos dos trabalhadores, das comunidades locais e dos restantes *stakeholders* ao longo de toda a cadeia de valor. A AF acredita que as empresas são responsáveis por construir uma sociedade melhor, conduzindo as suas operações, atividades e cultura empresarial de forma ética.

Cientes da importância pelo respeito dos Direitos Humanos, a AF segue um conjunto de princípios que se espelham nas diversas políticas, códigos e regulamentos internos, os quais visam garantir a melhor conduta associada ao seu negócio, sendo exemplos: o Código de Ética e Conduta, o Regulamento Interno e a Política de Responsabilidade Social.

GRI 411; GRI 412



A nossa gestão* GRI 412

Publicações



- Código de Ética e de Conduta
- Regulamento Interno
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

Desde
2018



- Política de Responsabilidade Social

Desde
2020



3

2021
Auditorias Externas de
Responsabilidade Social

● S3 - Segurança

O nosso impacto

A defesa de uma cultura de Saúde e Segurança plenamente integrada no local de trabalho faz com que o negócio seja conduzido de uma forma responsável, motivando os colaboradores, refletindo-se na melhoria do desempenho e na produtividade, com a redução de custos e um impacto positivo nos resultados.

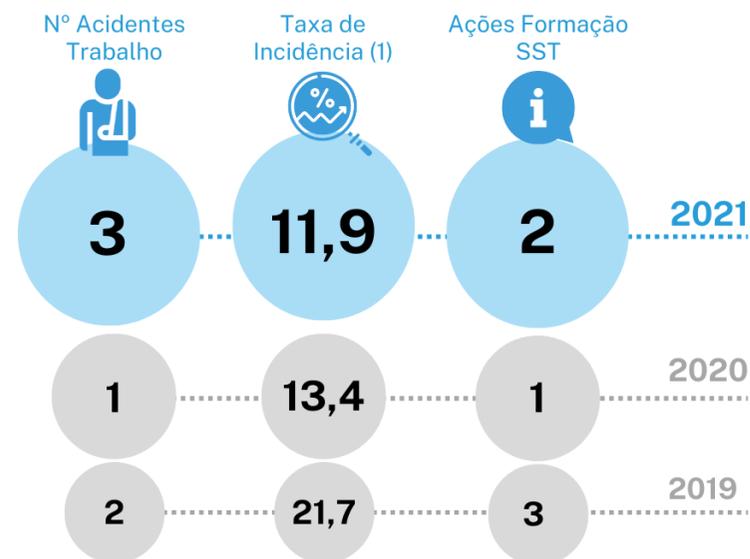
Por mais robusto que seja um sistema de Saúde e Segurança implementado numa organização existe sempre a possibilidade de ocorrência de situações, no decurso das atividades operacionais diárias, que conduzem a danos pessoais e materiais.

A AF empenha-se diariamente para implementar uma cultura de segurança e saúde dentro da organização, respeitando as normas legais aplicáveis, espelhadas no selo de certificação GOTS que orgulhosamente a empresa possui desde o ano 2020. Para promover a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores a AF oferece um seguro de saúde anual. Esta iniciativa tem vindo a ser cumprida desde o ano 2021.

GRI 403; GRI 410; GRI 416



A nossa gestão* GRI 403



(1) N° de acidentes de trab. com baixa /N° horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000

● S4 - Satisfação de Serviço ao Cliente

O nosso impacto

A melhoria contínua do "Sistema de Gestão da Qualidade", criado e certificado desde 2016 segundo a norma ISO 9001, vem suportando a oferta dos mais elevados padrões de qualidade no fornecimento de bens e serviços aos seus Clientes. esta certificação vem permitindo à empresa atribuir a conformidade, qualidade e segurança dos produtos e serviços que presta aos seus clientes.

A privacidade é um assunto de grande importância para a AF. Além de pretender mostrar a preocupação com o tema, a empresa procura demonstrar o respeito pela legislação em vigor, adotando procedimentos conducentes à conformidade com o RGPD. A criação e implementação de uma Política de Privacidade em 2018, vem confirmando que a empresa defende a confidencialidade dos dados pessoais, procurando respeitar a privacidade dos seus titulares, dando prioridade à satisfação dos seus pedidos, no exercício dos seus direitos.

GRI 416; GRI 418



A nossa gestão*
GRI 418

Publicações



- Sistema de Gestão da Qualidade

Certificado de acordo com
o normativo ISO 9001 | PT16/05709

Desde
2016

Nº Queixas Comprovadas
por Violação Privacidade



2018 - 2021

● S5 - Gestão de RH

O nosso impacto

A AF procura permanentemente desenvolver os seus Recursos Humanos, proporcionando-lhes valorização permanente e oportunidades de carreira de acordo com a ambição e capacidades demonstradas.

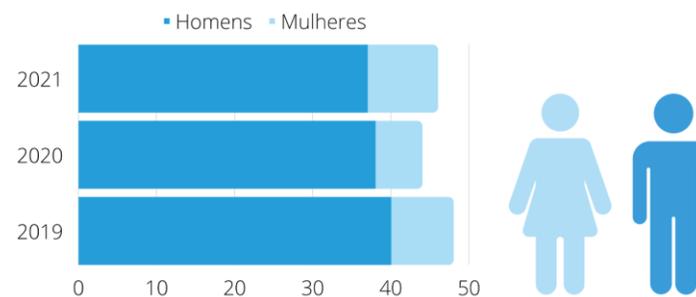
Um dos principais desafios com que a empresa se defronta prende-se com a falta e disponibilidade de recursos humanos especializados a curto e médio prazo para efeitos de contratação. Isto exige investimento permanente na formação interna, no sentido de capacitar os recém-colaboradores para o correto desempenho de suas funções. Dotar os recursos humanos das competências necessárias ao desenvolvimento e estratégias da AF é um ponto fulcral ao qual a organização vem ano após ano investindo.

GRI 2-19; GRI 2-20; GRI 2-21; GRI 2-28; GRI 2-26; GRI 2-30; GRI 401-409

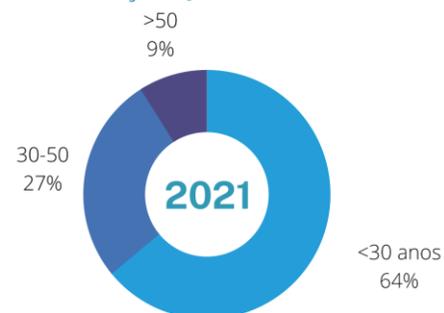


A nossa gestão* GRI 405

Número de Colaboradores



Contratações por Faixas Etárias



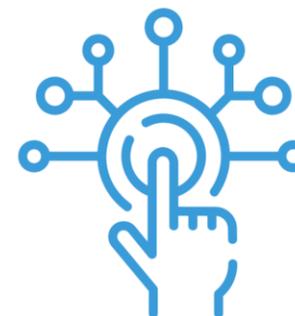
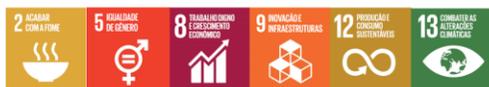
3.3 - Desempenho Económico

E4 - Transformação Digital

O nosso impacto

A AF está focada na transição para uma economia digitalizada e neutra em carbono, o que trará inerentemente alterações internas nos procedimentos e processos de trabalho. A aposta na transformação digital abre portas às organizações para obterem novas soluções e vantagens competitivas face á concorrência. Nesse sentido, a empresa procura assegurar o crescimento sustentável de longo prazo, respondendo aos desafios da transição digital com a aposta na integração de dados e registos internos, otimizando, dessa forma, processos e procedimentos internos. Para isso, haverá a necessidade de requalificar e preparar o capital humano para esta transição, fator no qual a AF vê como ponto chave para que estas mudanças surtam o efeito pretendido.

GRI 201; GRI 204



A nossa gestão*
GRI 201



- Transição digital por fases
- Formação de Recursos Humanos

Desde
2018

4

Anexos

4.1 - Políticas AF

4.2 - Certificações

4.3 - Sobre este Relatório

4.4 - Tabela GRI

4.1 - Políticas AF

O respeito pelos direitos humanos, pelo ambiente e pela saúde e segurança dos nossos *stakeholders* está intrínseco a todas as atividades da AF. Todos estes princípios encontram-se espelhados em documentos orientadores partilhados e disponíveis para consulta a qualquer momento, para qualquer parte interessada.

Pode aceder de modo integral aos diplomas criados e implementados pela empresa desde o ano 2018, e nos quais estão pautados os princípios fundamentais forçosamente defendidos pela organização, através das seguintes ligações:

- [Código de Ética e de Conduta](#);
- [Regulamento Interno](#)
- [Política de Privacidade](#)
- [Política da Qualidade](#)
- [Política Ambiental](#)
- [Política de Responsabilidade Social](#)
- [Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho](#)



4.2 - Certificações

A AF assume o compromisso de desenvolver processos mais sustentáveis e mais seguros para o ambiente e os consumidores, procurando a satisfação máxima dos seus *stakeholders*. Por esta razão, a AF é atualmente detentora dos certificados GOTS, OCS, OEKOTEX Class I e ISO 9001.

Estas certificações asseguram a conformidade da empresa com rigorosos padrões ambientais e sociais ao longo de todo o processo. Asseguram também a conformidade com parâmetros relacionados com a saúde humana, nomeadamente a não utilização de substâncias perigosas ou banidas, sendo o principal objetivo a produção de produtos isentos de substâncias nocivas para a saúde humana.



Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma ISO 9001

PT16/05709



Certificação OEKO-TEX Standard 100 - Classe I

8202 CIT



Certificação GOTS (*Global Organic Textile Standard*)

U1004387 GOTS



Certificação OCS (*Organic Content Standard*)

U1004387 GOTS

AF Vilas Boas - Malhas & Bordados, Lda. is a OCS certified company. Only products which are covered by a valid Transaction Certificate are OCS certified.

4.3 - Reconhecimentos e Iniciativas

Ao longo do ano 2021 a AF conquistou algumas distinções atribuídas por entidades independentes e autónomas, foi notícia nos meios de comunicação social, e desenvolveu iniciativas de comunicação, partilha de conhecimento e promoção do seu negócio com os seus vários *stakeholders*.

Distinções



Prémio
PME Excelência'20



Prémio
PME Líder'21

Iniciativas



Conferência
17.dez

"O Têxtil (a)Bordado"

Conferência organizada pela AF, com as participações da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Barcelos), o IAPMEI, a Câmara Municipal de Barcelos e a MADEIRA Ibérica, SA.



O TÊXTIL
(A)BORDADO
CONFERÊNCIA
17.dez.2021



BARCELOS

MADEIRA



Exposição
17-18.dez

"Embroidery Show"

Exposição de Bordados em tempo real, organizada pela AF, com a produção de bordados exclusivos, com técnicas e produtos inovadores e sustentáveis.



Embroidery
SHOW

17 / 18.dez.2021

Comunicação Social



Jornal T
9.dez.2021



AF Vilas Boas faz conferência e inaugura novas instalações

Especializada no fabrico de todo o tipo de bordados, transferes e aplicações têxteis, a AF Vilas Boas está a comemorar o seu 25.º aniversário. O ponto alto é a...



AF Vilas Boas investe 1,5 milhões nas novas instalações

O programa é vasto e tem na inauguração esta tarde das novas instalações fabris o ponto mais alto. A AF Vilas Boas, empresa especializada no fabrico de todo o tipo ...



Jornal T
17.dez.2021

4.4 - Índice GRI

Declaração de Utilização	A.F. Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. reporta em conformidade com a GRI <i>Standards</i> para o período de 01.01.2021 a 31.12.2021.
GRI 1 utilizado	GRI 1: Fundação 2021
Setor GRI Standard	<i>Não Aplicável</i> (setor têxtil ainda não disponível na GRI)

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
Padrões Universais							
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-1 Perfil organizacional	<p>a. Nome da Organização AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda.</p> <p>b. Localização da sede da organização Rua da Etar, nº331 4750-837 Vila Frescainha (S. Pedro) – Barcelos</p> <p>c. Natureza legal e propriedade A AF Vilas Boas, Lda. é uma sociedade por cotas, com sede na Rua da Etar, nº331, Vila Frescainha (S. Pedro), em Barcelos, matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Barcelos, com a matrícula nº4188/20010712.</p> <p>d. Países em Operação Portugal</p>	<i>Uma célula cinza indica que não são permitidos motivos de omissão para o número de referência GRI em causa, ou que um número de referência GRI não se encontra disponível.</i>				-
	2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade	a. Este relatório cobre o desempenho de sustentabilidade da AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. às atividades realizadas durante o ano de 2021.	2-2-b. 2-2-c.	N/A	A organização não auditou demonstrações		+





AF VILAS BOAS

MALHAS & BORDADOS, LDA.

Rua da Etar, nº331, Vila Frescaíña (S.Pedro)

4750-837 Barcelos

Tel (351) 213 818 333 | M:(+351) 962 421 398

www.afvilasboas.pt

NOTA: as páginas 31-57 do presente RS foram omitidas no presente trabalho de dissertação, de modo a ser evitada duplicação de informação. Estas correspondem ao Apêndice 5 deste documento, encontrando-se, integralmente disponíveis para consulta e análise.

APÊNDICE 5 – ÍNDICE GRI

Declaração de Utilização	A.F. Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. reporta em conformidade com a GRI <i>Standards</i> para o período de 01.01.2021 a 31.12.2021.
GRI 1 utilizado	GRI 1: Fundação 2021
Setor GRI Standard	<i>Não Aplicável</i> (setor têxtil ainda não disponível na GRI)

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor N ^o	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
Padrões Universais							
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021	2-1 Perfil organizacional	<p>a. Nome da Organização AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda.</p> <p>b. Localização da sede da organização Rua da Etar, n^o331 4750-837 Vila Frescaíinha (S. Pedro) – Barcelos</p> <p>c. Natureza legal e propriedade A AF Vilas Boas, Lda. é uma sociedade por cotas, com sede na Rua da Etar, n^o331, Vila Frescaíinha (S. Pedro), em Barcelos, matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Barcelos, com a matrícula n^o4188/20010712.</p> <p>d. Países em Operação Portugal</p>	<i>Uma célula cinza indica que não são permitidos motivos de omissão para o número de referência GRI em causa, ou que um número de referência GRI não se encontra disponível.</i>				-
	2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade	a. Este relatório cobre o desempenho de sustentabilidade da AF Vilas Boas – Malhas & Bordados, Lda. às atividades realizadas durante o ano de 2021.	2-2-b. 2-2-c.	N/A	A organização não auditou demonstrações		-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
		b. N/A c. N/A			financeiras nem é constituída por múltiplas entidades		
	2-3 Período do relatório, frequência e pontos de contacto	a. O relatório abrange o seguinte período de análise: de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021. b. O ciclo de relatórios de sustentabilidade é anual e está alinhado com o ciclo de relatórios financeiros da empresa. c. A data de publicação do RS mais recentemente é 31/10/2022. d. Para qualquer dúvida sobre este relatório, entre em contato com a empresa através do endereço: qualidade@afvilasboas.pt					-
	2-4 Reformulações de informações	N/A	2-4	N/A	Não existem reformulações associadas, uma vez que se trata do primeiro RS		-
	2-5 Verificação externa	N/A	2-5	N/A	Não há verificação externa acreditada sobre este RS.		-
	2-6 Atividades, cadeias de valor e outras relações negociais	“1.3 Modelo do Negócio e Governação” - Página pág.7 do RS					-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor N ^o	ODS																																		
			Req. Omitidos	Razão	Explicação																																				
	2-7 Colaboradores	<p>Nº Total de Trabalhadores por tipo de contrato:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2020</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="3">Contrato s/ termo</td> <td>Homens</td> <td>32</td> <td>34</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>6</td> <td>6</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td><i>Subtotal</i></td> <td>38</td> <td>40</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td rowspan="3">Contrato a termo certo</td> <td>Homens</td> <td>8</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td><i>Subtotal</i></td> <td>9</td> <td>4</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>47</td> <td>44</td> <td>46</td> </tr> </tbody> </table>		2019	2020	2021	Contrato s/ termo	Homens	32	34	33	Mulheres	6	6	5	<i>Subtotal</i>	38	40	38	Contrato a termo certo	Homens	8	4	4	Mulheres	1	0	4	<i>Subtotal</i>	9	4	8	TOTAL	47	44	46					ODS8
	2019	2020	2021																																						
Contrato s/ termo	Homens	32	34	33																																					
	Mulheres	6	6	5																																					
	<i>Subtotal</i>	38	40	38																																					
Contrato a termo certo	Homens	8	4	4																																					
	Mulheres	1	0	4																																					
	<i>Subtotal</i>	9	4	8																																					
TOTAL	47	44	46																																						
	2-8 Trabalhadores que não são colaboradores	-	2-8	N/A	A empresa não tem trabalhadores externos.		-																																		
	2-9 Estrutura de governança e gestão	<p>A AF Vilas Boas, Lda. é uma sociedade por cotas, composta por 4 sócios, em atual exercício das suas funções, sendo 3 deles sócios-gerentes. Mais informações em:</p> <p>“1.3 Modelo do Negócio e Governação” - Página pág.8 do RS</p>					-																																		
	2-10 Nomeação e seleção do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	-	2-10	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		-																																		
	2-11 Presidência do órgão de governança hierarquicamente mais elevado	Presidência formada por 4 sócios.					-																																		
	2-12 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado na		2-12	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		-																																		

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor N ^o	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	supervisão da gestão de impactes						
	2-13 Atribuição de responsabilidade da gestão de impactos	No âmbito da sustentabilidade, é nomeado o Departamento da Qualidade (DQ) da empresa para tratar de temas específicos. Em resultado, é elaborado anualmente pelo DQ o respetivo “Relatório de Sustentabilidade” com avaliação de aprovação a cargo da administração. Através do DQ, a administração da AF assegura a gestão e análise de impactos resultantes dos vários assuntos incluídos, tratados e apresentados no RS. Mais informações: “Sobre este Relatório” - Página pág.2 do RS					-
	2-14 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade	A aprovação do Relatório de Sustentabilidade (incluindo tópicos materiais) é feita pela Administração. Mais informações: “1.3 Modelo do Negócio e Governação” - Página pág.8 do RS					-
	2-15 Conflitos de interesse		2-15	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		ODS 16
	2-16 Comunicação de preocupações críticas		2-16	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		-
	2-17 Conhecimento coletivo do órgão de governança hierarquicamente mais elevado		2-17	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	2-18 Avaliação de desempenho do órgão de governança hierarquicamente mais elevado		2-18	N/A	Não aplicável devido à estrutura de governança da empresa.		-
	2-19 Políticas de remuneração		2-19	Restrições de Confidencialidade	Motivos contratuais		ODS 8
	2-20 Processos que determinam a remuneração		2-20	Restrições de Confidencialidade	Motivos contratuais		ODS 8
	2-21 Rácio de compensação anual		2-21	Restrições de Confidencialidade	Motivos contratuais		ODS 8
	2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	“1.1 - Mensagem da Administração” - Página pág.5 do RS					-
	2-23 Compromissos relacionados com políticas	A AF apresenta um conjunto de princípios que se refletem nas diversas políticas, códigos e regulamentos internos, os quais visam garantir a melhor conduta associada ao seu negócio. Os princípios estão estabelecidos nos documentos descritos abaixo e incluem, entre outros pontos, cumprimento da lei; transparência; integridade; confidencialidade; não discriminação; e formação. Documentos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Código de Ética e de Conduta; ▪ Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho ▪ Regulamento Interno 					-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor N ^o	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Privacidade ▪ Política da Qualidade ▪ Política Ambiental ▪ Política de Responsabilidade Social <p>Estes documentos podem ser acedidos na íntegra em: www.afvilasboas.pt</p>					
	2-24 Incorporação de compromissos	“1.5 Ética, Transparência e Inclusão” - Página pág.11 do RS					-
	2-25 Processos para remediar impactos negativos	Os processos encontram-se apresentados ao longo do RS 2021, na resposta da AF a cada um dos tópicos materiais. Em cada um dos tópicos, a AF descreve as ações e iniciativas desenvolvidas para gerir e remediar os impactos associados à sua atividade.					-
	2-26 Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões	Estão em vigor o Código de Ética e de Conduta, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, o Regulamento Interno e a Política de Privacidade. Nestes documentos são descritos os procedimentos para o levantamento de questões ou a comunicação de irregularidades. Estes documentos podem ser acedidos na íntegra em www.afvilasboas.pt					-
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Não se registaram ocorrências significativas nem multas pagas resultantes de não conformidades com leis e/ou regulamentos no período em análise do RS (de 1 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021)					ODS 16
	2-28 Participação em associações		2-28	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio		-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	2-29 Abordagem ao envolvimento das partes interessadas	"1.4 Relacionamento com os <i>Stakeholders</i> " - Página pág.9 do RS					-
	2-30 Acordos de negociação coletiva		2-30	N/A	À data do RS não existem colaboradores sindicalizados		ODS 8
Tópicos Materiais							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-1 Processo de definição da materialidade	"2.2 Materialidade" - Página pág.14 do RS	<i>Uma célula cinza indica que não são permitidos motivos de omissão para o número de referência GRI em causa, ou que um número de referência GRI não se encontra disponível.</i>				-
	3-2 Lista de tópicos materiais	"2.2 Materialidade" - Página pág.15 do RS					-
Desempenho Económico							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")					
GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	-	201-1	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 2 ODS 5 ODS 8 ODS 9
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	-	201-2	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 13

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	-	201-3	Informações indisponíveis	Tema ainda não desenvolvido pela empresa	(1)	-
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	Os projetos da AF financiados pelo governo, com os respetivos valores de financiamento, encontram-se disponíveis para leitura integral em www.afvilasboas.pt no separador 'PT2020'				(1)	-
Presença no Mercado							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")	-	-	-	-	-
GRI 202: Presença no mercado 2016	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	-	201-1	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 5 ODS 8 ODS 10
	202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	-	201-2	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	-
Práticas de aquisição							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 204: Práticas de aquisição 2016	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	a. 90% b. Portugal c. Unidade de Produção situada em Barcelos, Portugal				(1)	ODS 12

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
Práticas anti concorrenciais							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.3 - Desempenho Económico (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 206: Práticas anti concorrenciais 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	a. 0 ações judiciais pendentes ou encerradas no período coberto pelo RS (de 1 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021) b. N/A				(1)	ODS 16
Materiais							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 301: Materiais 2016	301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	a. 4,94 m ³ b. 0 m ³				(1)	ODS 8 ODS 12
	301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	a. 10%				(1)	ODS 8 ODS 12
	301-3 Produtos e suas embalagens recuperados	a. 20% (entretelas e embalagens de cartão, cones de plástico, bobines lantejoulas) b. Dados recolhidos a partir de registos de produção				(1)	ODS 8 ODS 12
Energia							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	a. 95 kWh (≈10L) (gasolina utilizada p/ limpeza) b. 33400 kWh c i. 95945 kWh ii. 0 kWh iii. 0 kWh iv. 0 kWh				(1)	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
		d. N/A e. 129440 kWh f. Energia produzida nos painéis solares constante no ano g. 1L gasolina = 9,5 kWh					
	302-2 Consumo de energia fora da organização		302-2a. 302-2b. 302-2c.	Informações indisponíveis	Dados não recolhidos e/ou não acessíveis à AF	(1)	-
	302-3 Intensidade energética	a. 71,37 kWh/mil unidades produzidas b. Mil unidades produzidas c. Eletricidade e Energia solar d. Taxa utilizada apenas dentro da organização				(1)	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
	302-4 Redução do consumo de energia		302-4a. 302-4b. 302-4c. 302-4d.	Informações indisponíveis	Não foram calculados níveis de redução de consumo de energia no ano 2020	(1)	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
	302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços		302-5a. 302-5b. 302-5c.	Informações indisponíveis	Não foram calculados níveis de redução de consumo de energia no ano 2020	(1)	-
Água e Efluentes							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-1 Interações com a água como	a. Toda a água utilizada é oriunda do serviço público de distribuição. Apenas são utilizados recursos de água nas instalações sanitárias e refeitório.				(1)	ODS 6

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	um recurso compartilhado	<p>b. Todos os impactos associados à utilização de água na empresa estão devidamente abordados na 'Lista de Impactes e Aspetos Ambientais 2021' documento avaliado anualmente no decorrer da renovação da certificação GOTS.</p> <p>c. Comemoração do Dia Mundial da Água através de mensagens de sensibilização para o uso racional da água nas redes sociais. Nas instalações, são publicadas mensagens de sensibilização para os colaboradores.</p> <p>d. Disponível em 'Metas e Objetivos Ambientais 2021' documento avaliado anualmente no decorrer da renovação da certificação GOTS.</p>					
	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	<p>a.</p> <p>i. As descargas são realizadas em coletor municipal devidamente licenciado.</p> <p>ii. Nenhuma iii. Nenhuma iv. N/A</p>	303-2-aiv.	Não aplicável	A descarga de água é realizada em coletor municipal	(1)	ODS 6
	303-3 Captação de água	<p>a.</p> <p>i. 0 ML ii. 0 ML iii. 0 ML iv. 0 ML v. 0,103 ML</p> <p>b. N/A não são captadas águas em áreas com <i>stress</i> hídrico</p> <p>c.</p> <p>i. 0,103 ML ii. 0 ML</p> <p>d. Metodologias: valores de consumo cedidos pela entidade municipal responsável pela distribuição e venda de água.</p>	303-3b.	Não aplicável	Não são captadas águas em áreas com <i>stress</i> hídrico	(1)	ODS 6
	303-4 Descarga de água		303-4a. 303-4b. 303-4c. 303-4d. 303-4e.	Não aplicável	Apenas produzidos efluentes domésticos vindos das instalações sanitárias. Volumes não registados	(1)	ODS 6
	303-5 Consumo de água	<p>a. 0,103 ML</p> <p>c. Não há armazenamento de água</p> <p>d. N/A</p>	303-5b.	Informações indisponíveis	A água consumida é gerida pela entidade municipal	(1)	ODS 6

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
					responsável pela distribuição e venda.		
Biodiversidade							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	a. i. Rua da Etar, nº331, Vila Frescainha (S. Pedro) – Barcelos ii. Áreas próprias iii. Fora das áreas de proteção ambiental iv. Tipo operação: Fabricação/Produção v. $3,91 \times 10^3$ km ² vi. Ecossistema terrestre e água doce vii. Categoria VI (Sistema IUCN)				(1)	ODS 13 ODS 14 ODS 15
	304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	Todos os impactos significativos na biodiversidade estão devidamente abordados na 'Lista de Impactes e Aspetos Ambientais 2021': documento avaliado anualmente no decorrer da renovação da certificação GOTS.				(1)	ODS 13 ODS 14 ODS 15
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados	b. Sem parcerias com terceiros para proteção ou restauração de habitats.	304-3a. 304-3c. 304-3d.	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 13 ODS 14 ODS 15
	304-4 Espécies incluídas na lista		304-4a.	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que	(1)	ODS 13 ODS 14

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização				permitam relatar neste conteúdo		ODS 15
Emissões							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	a. 0 ton CO ₂ b. CO ₂ c. N/A d. i. Ano 2021 devido a ser o período em análise do atual RS ii. 0 ton CO ₂ iii. N/A e. N/A f. Controlo operacional g. Protocolo GEE				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	a. 24 ton CO ₂ b. N/A c. CO ₂ d. i. Ano 2021 devido a ser o período em análise do atual RS ii. 24 ton CO ₂ iii. N/A e. Eletricidade: 1 kWh = 0,2525kg CO ₂ e/kWh f. Controlo operacional g. Protocolo GEE				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	305-3 Outras emissões indiretas		305-3	Não aplicável	AF não está associada a outras	(1)	ODS 13 ODS 14

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	de gases de efeito estufa (GEE)				fontes indiretas de emissões de GEE.		ODS 15
	305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	a. 1,34×10 ² GEE/mil unidades produzidas b. Mil unidades produzidas c. Escopo 1 e 2 d. CO ₂				(1)	ODS 13 ODS 14 ODS 15
	305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)		305-5	Não aplicável	Iniciativas implementadas em 2021 (aumento da capacidade de painéis solares) que poderão ser analisadas em 2022.	(1)	ODS 13 ODS 14 ODS 15
	305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono		305-6	Não aplicável	Não são aplicadas substâncias causadoras da destruição da camada de ozono no seu processo.	(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	a. i. N/A ii. N/A iii. N/A iv. Compostos Orgânicos Voláteis (COV) 22,67 kg COV/ano v. N/A vi. N/A vii. N/A b. <i>Sprays</i> de adesivo temporário (cola têxtil) c. 3,25×10 ² kg COV /mil unidades produzidas				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
Resíduos							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
GRI 306: Resíduos 2020	306-1 Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	a. i. Produção de resíduos perigosos com consequente contaminação de ecossistemas naturais. (Outros impactos desenvolvidos na página 19 do RS) ii. Impactos relacionados com resíduos gerados na própria atividade da organização. (Tópico material desenvolvido na página 19 do RS)				(1)	ODS 6 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos	a. São reutilizadas as embalagens das matérias-primas para armazenamento de excedentes. Algumas embalagens de matérias-primas são reenviadas para o fornecedor para serem reutilizadas. b. Os resíduos gerados pela AF são encaminhados e tratados por um operador licenciado para o efeito.				(1)	ODS 3 ODS 6 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	306-3 Resíduos produzidos	a. LER040221=1,7 ton; LER150101 = 0,235 ton; LER150102=0,095 ton; LER200111=4,94ton; LER200301=3,86 ton b. Os dados são gerados pelo operador de resíduos e validados pela AF. O operador faz o devido tratamento dos resíduos de acordo com o estipulado na Guia eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR).				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	306-4 Resíduos não destinados para depósito final	e. N/A	306-4a. 306-4b. 306-4c. 306-4d.	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
	306-5 Resíduos destinados a depósito final	a. Resíduos destinados a disposição = 0 ton b. Resíduos Perigosos = 0 ton i. Incineração c/ rec. = 0 ton ii. Incineração s/ rec. = 0 ton iii. Confinamento em aterro = 0 ton				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
		iv. Outras operações = 0 ton c. Resíduos Não perigosos = 0 ton i. Incineração c/ rec. = 0 ton ii. Incineração s/ rec. = 0 ton iii. Confinamento em aterro = 0 ton iv. Outras operações = 0 ton d. i. Dentro da organização = 0 ton ii. Fora da organização = 0 ton e. N/A					
Conformidade Ambiental							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 307: Conformidade Ambiental 2016	307-1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Nos últimos anos não houve identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais				(1)	ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15 ODS 16
Avaliação ambiental de fornecedores							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.1 - Desempenho Ambiental (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 308: Avaliação ambiental de	308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de	a. 8 Fornecedores (empresas nacionais de fornecimento de linhas e outros componentes têxteis. Todos os fornecedores garantem o cumprimento de critérios ambientais na produção dos produtos adquiridos pela AF)				(1)	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
fornecedores 2016	fornecedores e medidas tomadas	b. 0 Fornecedores c.0 impactos d. 0% e. 0%					ODS 15
	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	a. 100% de fornecedores				(1)	ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
Emprego							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	a. Novas Contratações (p/ Faixa Etária): <30 – 7 (64%); 30-50 – 3 (27%); >50 – 1 (9%) Novas Contratações (p/ Género): Homens – 7 (64%); Mulheres – 4 (36%)	401-1b.	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 5 ODS 8
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	a. i. Sim ii. Não iii. Não iv. Não v. Não vi. Não vii. outros. não b. Unidade fabril localizada em Barcelos - Portugal				(1)	ODS 5

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	401-3 Licença maternidade/paternidade	a. 50 funcionários b. Apenas 1 homem c. Apenas 1 homem d. Apenas 1 homem e. Regresso ao trabalho e taxas de retenção de trabalhadores que tiraram licença parental por género: apenas houveram homens afetos a licença parental entre 2019 e 2020. Taxa de regresso ao trabalho: 100% Taxa de Retenção: 100%				(1)	ODS 5 ODS 8
Relações entre empregados e empregadores							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 402: Relações entre empregados e empregadores 2016	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	a. N° de dias de acordo com o especificado na Lei vigente b. Não existe prazo de aviso especificado (acordo entre a entidade patronal e o colaborador)				(1)	ODS 5
Segurança e Saúde no Trabalho							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	-	403-1	Não aplicável	Não foi ainda implementado nenhum Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho	(1)	ODS 8

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor N ^o	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	403-2 Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	<p>a.</p> <p>i. Serviço externo contratualizado de Saúde e Segurança no Trabalho (SST).</p> <p>ii. Todos os resultados dos processos para identificar níveis de perigosidade e avaliar riscos são tratados de acordo com o SGQ da empresa certificado segundo a ISO 9001.</p> <p>b. São distribuídos anualmente a todos os colaboradores inquéritos de satisfação no âmbito SST. A empresa possui um Regulamento Interno com procedimentos internos para a proteção dos colaboradores contra represálias.</p> <p>c. A empresa possui um Regulamento Interno com procedimentos internos para a proteção dos colaboradores contra represálias.</p> <p>d. Periodicamente ao longo do ano a AF é alvo de inspeções formalizadas pela empresa prestadora de serviços SST que identifica periculosidades, avalia riscos e promove ações corretivas no imediato.</p>				(1)	ODS 8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	a. Empresa certificada que presta serviços de SST à AF, assegurando a confidencialidade das informações médicas dos trabalhadores.				(1)	ODS 8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	<p>a. Os trabalhadores deverão comunicar informações relevantes ao responsável interno de SST da AF.</p> <p>b. N/A</p>				(1)	ODS 8

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	a. São promovidas ações de formação aos colaboradores, associadas aos riscos e perigos que eles estão sujeitos no seu local de trabalho, sensibilizando-os para a importância da permanente utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).				(1)	ODS 8
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	a. Seguro de Saúde. b. 403-6a.					ODS 3
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	a. As ações no ponto 405-6 ajudam a prevenir e mitigar os impactos significativos na saúde e segurança dos colaboradores.				(1)	ODS 8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho		403-1	Não aplicável	Não foi ainda implementado nenhum Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho	(1)	ODS 3 ODS 8
	403-9 Acidentes de trabalho	a. i. 0 ii. 0 iii. 2 acidentes de trabalho. Índice de 5,39 iv. acidentes por corte e perfuração por metal nos membros superiores por ação de agulhas de bordar. b. N/A	401-1a.v.	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 3 ODS 8

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
		c. Manuseamento de máquinas de bordar, utilização de ferramentas cortantes manuais (tesouras), entre outros. i. Avaliação de Riscos (realizada pela Empresa prestadora de serviços de SST). ii. Manuseamento de máquinas de bordar na zona das agulhas iii. Ações de sensibilização para os cuidados a ter no manuseamento de máquinas de bordar d. Ações de formação periódicas e uso permanente de EPI e. 200000 h trabalhadas f. Nenhum g. N/A					
	403-10 Doenças profissionais	A AF não controla registos relacionados com doenças profissionais e, no que diz respeito às instalações, nunca foi relatada qualquer situação resultante de doença profissional, desde o ano de constituição da empresa.				(1)	ODS 3 ODS 8
Formação e Educação							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	
GRI 404: Formação e educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	-	404-1a.	Restrições de Confidencialidade de	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 4 ODS 5 ODS 8
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de	a. Formações que desenvolvam competências técnicas e <i>Soft Skills</i> , por exemplo, nas áreas da Qualidade, Primeiros Socorros, Comunicação Interpessoal e Assertividade e Melhoria contínua). b. N/A.				(1)	ODS 8

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
	assistência para transição de carreira						
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	-	404-3	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 5 ODS 8
Diversidade e igualdade de oportunidades							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	a. i. Homens – 3; Mulheres – 1 ii. <30 – 0 (0%); 30-50 – 2 (50%); >50 – 2 (50%) iii. N/A b. i. Ver gráfico da página 23 do RS				(1)	ODS 5 ODS 8
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	-	405-2	Restrições de Confidencialidade	Confidencialidade do negócio	(1)	ODS 5 ODS 8 ODS 10
Não Discriminação							

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 406: Não discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	a. 0 casos ocorridos (de 01.02.2021 até 31-12-2021) b. N/A				(1)	ODS 5 ODS 8 ODS 16
Liberdade de associação e negociação coletiva							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	-	407-1	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 16
Trabalho Infantil							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	c. Responsabilização no cumprimento do Código de Responsabilidade Social interno da AF exigido a todos os seus fornecedores	408-1a 408-1b	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 8 ODS 16
Trabalho forçado ou coercivo							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
GRI 409: Trabalho forçado ou coercivo 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	b. Responsabilização no cumprimento do Código de Responsabilidade Social interno da AF exigido a todos os seus fornecedores	409-1a	Informações indisponíveis	Não há dados suficientes que permitam relatar neste conteúdo	(1)	ODS 8
Práticas de segurança							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 410: Práticas de segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	a. 0% b. Responsabilização no cumprimento do Código de Responsabilidade Social interno da AF exigido a todos os seus fornecedores				(1)	ODS 16
Direitos dos povos indígenas							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-
GRI 411: Direitos dos povos indígenas 2016	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	-	411-1	Não aplicável	A AF não tem qualquer relação comercial ou contratual com países detentores de povos indígenas.	(1)	ODS 10 ODS 16
Avaliação dos Direitos Humanos							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção " <i>O nosso Impacto</i> ")				(1)	-

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
GRI 412: Avaliação dos direitos humanos 2016	412-1 Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	a. Em 2021 a AF foi confrontada com auditorias de responsabilidade social, promovidas por entidades externas.				(1)	ODS 5 ODS 10 ODS 16
	412-2 Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	a. Número de horas variável por colaborador consoante a 'Formação de Integração' promovida pela AF, por setor de atividade dentro da empresa. b. Todos os colaboradores têm formação no âmbito do 'Código de Ética e Conduta' interno.				(1)	ODS 5 ODS 10 ODS 16
	412-3 Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	N/A	412-3	Não aplicável	Não foram realizados contratos ou acordos de investimento significativos no período em análise	(1)	ODS 5 ODS 10 ODS 16
Saúde e segurança do cliente							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 416: Saúde e segurança do cliente 2016	416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	N/A	416-1	Não aplicável	A organização não efetua avaliações de produtos e serviços no âmbito de	(1)	ODS 3 ODS 16

GRI Standard/ Outras Fontes	Descrição	Localização / Informação	Omissão			GRI Setor Nº	ODS
			Req. Omitidos	Razão	Explicação		
					impactos na saúde e segurança		
	416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	a. i. 0 casos de NC com leis que resultaram em multa ou penalidade ii. 0 casos de NC com leis que resultaram em advertência iii. 0 casos de NC com códigos voluntários b. A organização não identificou nenhum caso de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários no período coberto pelo relatório.				(1)	ODS 3 ODS 16
Privacidade do Cliente							
GRI 3: Tópicos Materiais 2021	3-3 Gestão dos tópicos materiais	RS: Ponto 3.2 - Desempenho Social (secção "O nosso Impacto")				(1)	-
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016	418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	a. i. 0 queixas recebidas de partes externas ii. 0 queixas de agências reguladoras b. 0 c. A organização não detetou nenhuma queixa comprovada.				(1)	ODS 12

Legenda: N/A – Não aplicável (1) – Inexistência de uma Norma GRI Setorial específica para a indústria Têxtil e Vestuário à data de criação deste RS 2021.

Padrões Temáticos da GRI determinados como não materiais	
TEMA	EXPLICAÇÃO
Impactos económicos indirectos	
GRI 203: Impactos económicos indirectos 2016	(2)
Anticorrupção	
GRI 205: Anticorrupção 2016	(2)
Tributos, impostos, tributação	
GRI 207: Tributos, impostos, tributação 2019	(2)
Comunidades Locais	
GRI 413: Comunidades Locais 2016	(2)
Avaliação social dos fornecedores	
GRI 414: Avaliação social dos fornecedores 2016	(2)
Política pública	
GRI 415: Política pública 2016	(2)
Comercialização e rotulagem	
GRI 417: Comercialização e rotulagem 2016	(2)
Conformidade socioeconómica	

Padrões Temáticos da GRI determinados como não materiais	
TEMA	EXPLICAÇÃO
GRI 419: Conformidade socioeconómica 2016	(2)

(2) Tema não material para o ano 2021, pelo facto de não derivar de um tópico material que detenha uma relevância alta para ambos os eixos da organização, como apresentado na 'Matriz de Materialidade'.

ANEXO 1 – Os 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tabela 12 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
(United Nations, 2022).

Objetivo	Descrição
 1 ERRADICAR A POBREZA	ODS 1: Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
 2 ERRADICAR A FOME	ODS 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
 3 SAÚDE DE QUALIDADE	ODS 3: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	ODS 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
 5 IGUALDADE DE GÉNERO	ODS 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	ODS 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	ODS 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	ODS 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	ODS 10: Reduzir as desigualdades no interior de países e entre países
 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	ODS 11: Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	ODS 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
 13 ACÇÃO CLIMÁTICA	ODS 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Objetivo	Descrição
	<p>ODS 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>
	<p>ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade</p>
	<p>ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis</p>
	<p>ODS 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>